



Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação nacional

Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2014/15

Ministério de Economia e Finanças
Direcção de Estudos Económicos e Financeiros





Ministério De Economia E Finanças

Direcção De Estudos Económicos E Financeiros

**POBREZA E BEM-ESTAR EM MOÇAMBIQUE:
QUARTA AVALIAÇÃO NACIONAL
(IOF 2014/15)**

Outubro 2016

Abreviaturas

Sigla	Português	Inglês
A-F	Alkire-Foster	Alkire-Foster
CBN	Custo de Necessidades Básicas	Cost of Basic Needs
DEEF	Direcção de Estudos Económicos e Financeiros	Directorate of Economic and Financial Studies
DPO	Dominância da Primeira Ordem	First Order Dominance (FOD)
EP1	Ensino Primário 1º Grau	Primary Education, 1st Grade
IAF96	Inquérito aos Agregados Familiares 1996/97	Household Survey 1996/97
IAF02	Inquérito aos Agregados Familiares 2002/03	Household Survey 2002/03
INE	Instituto Nacional de Estatística	National Statistics Institute
IOF08	Inquérito ao Orçamento Familiar 2008/09	Household Budget Survey 2008/09
IOF14	Inquérito ao Orçamento Familiar 2014/15	Household Budget Survey 2014/15
IPC	Índice de Preços ao Consumidor	Consumer Price Index
MEF	Ministério de Economia e Finanças	Ministry of Economics and Finance
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta	Poverty Reduction Strategy Paper
UNU-WIDER	Universidade das Nações Unidas – World Institute for Development Economics Research	United Nations University – World Institute for Development Economics Research

Prefácio

É com imensa satisfação que apresentamos os resultados da 4ª Avaliação Nacional da Pobreza baseados nos dados do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar (IOF) 2014/15. Esperamos que as constatações resumidas neste relatório contribuam para o reforço do conhecimento sobre a realidade da pobreza e bem-estar da população moçambicana e, simultaneamente, para o fortalecimento dos processos de planificação, monitoria e diálogo entre os diferentes intervenientes no desenvolvimento socioeconómico de Moçambique.

Os resultados apresentados no presente relatório revelam progressos no bem-estar da população e redução da pobreza, mas também desafios a ser considerados. Por exemplo, os dados indicam que a pobreza de consumo reduziu e o bem-estar em múltiplas dimensões melhorou. Em contrapartida, as diferenças entre áreas urbanas e rurais permanecem substanciais, e em algumas províncias observamos uma estagnação ou aumento da taxa de pobreza.

Este estudo foi preparado por uma equipa da Direcção de Estudos Económicos e Financeiros (DEEF) do Ministério de Economia e Finanças (MEF) em colaboração com uma equipa de assessoria da Universidade das Nações Unidas – World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER) e da Universidade de Copenhaga. Estamos gratos pela assistência financeira dos governos da Dinamarca, Finlândia, Suíça e Noruega para este trabalho assim como pelo apoio geral dado à DEEF através do projecto “Scaling-up Research and Capacity Building for Improved Development in Mozambique”.

O processo beneficiou-se de uma colaboração de perto entre o MEF e o Instituto Nacional de Estatística (INE) – desde a formulação do inquérito familiar 2014/15, em que se baseia este relatório, o trabalho de campo, a limpeza final e a análise dos dados recolhidos. O Banco Mundial, o PNUD e a UNICEF forneceram comentários importantes sobre os indicadores multidimensionais bem como sobre o inquérito e a sua investigação. Muitos outros Ministérios e instituições internacionais e locais contribuíram com dados e comentários. Todavia, quaisquer erros ou omissões são da responsabilidade do MEF.

Maputo, 25 de Outubro 2016

Vasco Correia Nhabinde

Director Nacional, DEEF

Adriano Maleiane

Ministro da Economia e Finanças

Índice

Abstracto	x
Resumo executivo	xii
1 Introdução	1
1.1 Pobreza de consumo	1
1.2 Pobreza multidimensional	2
1.3 Limitações da análise.....	2
1.4 Conclusões.....	3
1.5 Análises futuras	3
2 Dados e definições	4
2.1 Fontes de dados.....	4
2.2 Definição da pobreza	5
3 Pobreza de consumo.....	6
3.1 Pressupostos e limitações da pobreza de consumo	8
3.2 Resultados.....	9
3.2.1 Resultados da pobreza de consumo aplicando a metodologia original	9
3.2.2 Resultados da pobreza de consumo aplicando a metodologia PLEASE.....	10
3.2.3 Resultados da pobreza de consumo com ajustamentos	14
3.2.4 Resultados adicionais sobre pobreza de consumo.....	22
3.3 Desigualdade.....	25
3.3.1 Medidas de desigualdade.....	26
3.3.2 Resultados de desigualdade.....	26
4 Avaliação da pobreza e bem-estar multidimensional em Moçambique.....	28
4.1 Metodologia Alkire-Foster	28
4.2 Avaliação da pobreza multidimensional no longo prazo, 1996/97-2014/15	29
4.2.1 Dimensões, indicadores e os respectivos ponderadores	29
4.2.2 Níveis de privação por cada indicador	30

4.2.3	Agregação dos indicadores e estimativas de pobreza multidimensional	32
4.2.4	Variação do índice de pobreza multidimensional com diferentes <i>cutoffs</i>	37
4.3	Estimativas de pobreza multidimensional usando o método da Dominância da Primeira Ordem (DPO).....	38
4.3.1	Resultados de pobreza multidimensional usando a abordagem da DPO	40
4.3.2	Comparação dos resultados de pobreza multidimensional obtidos usando as abordagens A-F e DPO.....	43
4.3.3	Comparações Internacionais.....	44
4.4	Índice de Pobreza Multidimensional específico para o IOF 2014/15 usando a metodologia Alkire-Foster.....	47
4.4.1	Dimensões, indicadores e ponderadores.....	47
4.4.2	Níveis de privação por cada indicador	49
4.4.3	Agregação dos indicadores e estimativas de pobreza multidimensional	49
4.4.4	Variação do índice de pobreza multidimensional com diferentes <i>cutoffs</i>	54
4.5	Comparação entre os resultados da pobreza de consumo e da pobreza multidimensional	55
5	Conclusões e passos futuros.....	57
6	Referências bibliográficas	58
7	Apêndices.....	60
7.1	Metodologia para a medição da pobreza monetária	60
7.1.1	O agregado de consumo	60
7.1.2	Linhas de pobreza.....	61
7.1.3	As diferenças entre a abordagem PLEASE e a metodologia anterior.....	64
7.2	Sub-registo do consumo alimentar	66
7.2.1	Questionários do consumo alimentar	66
7.2.2	Evidência sobre sub-registo de alimentos	68
7.2.3	Consumo calórico.....	71
7.2.4	Possíveis explicações para os baixos níveis de consumo calórico	72
7.3	Análises adicionais: pobreza de consumo, 2014/15	74

7.4	Análises adicionais: pobreza multidimensional, 1996/97-2014/15	77
7.5	Indicadores de privação usados nas comparações internacionais.....	80
7.5.1	Níveis de Privação.....	81
7.6	Análises adicionais: pobreza multidimensional, 2014/15	82
7.7	Comparação entre os dois IOF mais recentes (IOF08 e IOF14) usando um conjunto alargado de indicadores	85
7.8	Implicações da falta de dados no terceiro trimestre do IOF 2014/15	86

Lista de Tabelas

Tabela RE-1: Incidência da Pobreza (medida P_0) usando a metodologia PLEASE (%).....	xvi
Tabela RE-2: Incidência da Pobreza (medida P_0) usando a metodologia PLEASE e corrigido pela subestimação do consumo, IOF 2014/15.	xvii
Tabela RE-3: Indicadores de desigualdade a nível nacional	xviii
Tabela RE-4: Percentagens relativas ao número de privações sofridas, nível nacional. (1996/97-2014/15) (%)	xix
Tabela RE-5: Alkire-Foster índice de pobreza multidimensional. 1996/97-2014/15 (%).....	xix
Tabela RE-6: Dominância da Primeira Ordem (DPO) (temporal, nível nacional, urbano/rural, regional, regional-urbano/rural) (1996/97-2014/15).....	xxi
Tabela 3-1: Incidência da Pobreza (medida P_0) usando a metodologia “original” (%).....	10
Tabela 3-2: Incidência da Pobreza (medida P_0) usando a metodologia PLEASE (%).....	12
Tabela 3-3: Sensibilidade das taxas de pobreza a variações nas linhas de pobreza, IOF14 (%)	14
Tabela 3-4: Consumo calórico mediano <i>per capita</i>	15
Tabela 3-5: Percentagem de agregados familiares reportando consumir uma determinada categoria de alimentos no ficheiro das refeições, mas não reportando essa categoria no autoconsumo ou nas despesas diárias (%)	19
Tabela 3-6: Consumo calórico mediano <i>per capita</i> , ajustado pela subestimação do consumo, IOF 2014/15.	20
Tabela 3-7: Incidência da Pobreza (medida P_0) usando a metodologia PLEASE e corrigindo pela subestimação do consumo, IOF 2014/15.	21
Tabela 3-8: Proporção do consumo alimentar sobre o total do consumo (<i>food share</i>), IAF02, IOF08 e IOF14 (%).....	23
Tabela 3-9: Média e mediana do consumo real <i>per capita</i>	24

Tabela 3-10: Indicadores de desigualdade	27
Tabela 4-1: Dimensões, indicadores, condição de privação e ponderadores.....	30
Tabela 4-2: Prevalência de privação por cada indicador, 1996/97-2014/15 (%).....	31
Tabela 4-3: Incidência da pobreza (<i>H</i>), intensidade (<i>A</i>), e índice de pobreza multidimensional (<i>M⁰</i>). 1996/97-2014/15.....	33
Tabela 4-4: Distribuição hipotética de dois indicadores de bem-estar (água e electricidade) para duas populações, A e B.....	39
Tabela 4-5: Transferências dentro da população A, dos menos privados aos mais privados, para obter a distribuição da população B.....	39
Tabela 4-6: Frequências relativas ao número de privações sofridas, nível nacional, urbano/rural, e regional. 1996/97-2014/15 (%)	41
Tabela 4-7: Probabilidades líquidas da DPO Espacial (a) e relativos rankings (b), nível provincial. 1996/97-2014/15.....	42
Tabela 4-8: DPO Temporal, nível nacional, urbano/rural, regional, regional-urbano/rural, e provincial. 1996/97-2014/15.....	43
Tabela 4-9: Correlação entre os resultados da Incidência da Pobreza (<i>H</i>) e os resultados da probabilidade líquida da DPO Espacial, nível provincial. 1996/97-2014/15	44
Tabela 4-10: Correlação entre variações temporais no índice <i>M⁰</i> e probabilidades da DPO temporal, nível provincial. 1996/97-2014/15.....	44
Tabela 4-11: Probabilidade de avanço usando a abordagem da DPO, 1996/97, 2001/04, 2007/10, 2013/14	46
Tabela 4-12: Dimensões, indicadores, condição de privação e ponderadores, IOF14	48
Tabela 4-13: Prevalência de privação por cada indicador (2014/15)	50
Tabela 4-14: Incidência da pobreza (<i>H</i>), intensidade (<i>A</i>), e índice de pobreza multidimensional (<i>M⁰</i>) (2014/15)	52

Tabela 4-15: Tabela da incidência ajustada da pobreza (M^0), nível provincial, diferentes <i>cutoffs</i> (2014/15).....	55
Tabela 4-16: Correlação entre a pobreza de consumo e a pobreza multidimensional, IOF14	56
Tabela 4-17: Incidência da pobreza de consumo, incidência da pobreza multidimensional, união e intersecção dos dois indicadores de pobreza, IOF14 (%)	56
Tabela 7-1: Proporção das despesas em refeições fora de casa nas despesas alimentares totais	67
Tabela 7-2: Estimativas do consumo calórico mediano por estado de pobreza	71
Tabela 7-3: Linhas de pobreza alimentares, linhas de pobreza não alimentares e linhas de pobreza totais, IOF14.....	74
Tabela 7-4: Incidência da pobreza de consumo em cada trimestre e para a amostra completa (%).....	75
Tabela 7-5: Profundidade da Pobreza (medida PI) usando a metodologia PLEASE, IAF96, IAF02, IOF08, IOF14.	75
Tabela 7-6: Indivíduos pobres (números absolutos) usando a metodologia PLEASE, IAF96, IAF02, IOF08, IOF14.	76
Tabela 7-7: Prevalência de privação por cada indicador, 1996/97-2014/15 (%).....	77
Tabela 7-8: Indicadores de privação multidimensional e condição de não privação para os países em comparação.....	80
Tabela 7-9: Anos dos inquéritos dos países em comparação.....	81
Tabela 7-10: Correlação entre os indicadores de bem-estar (2014/15)	84
Tabela 7-11: Incidência da pobreza (H), intensidade (A), e índice de pobreza multidimensional (M^0) utilizando os indicadores da Tabela 4-12. 2008/09-2014/15.....	85
Tabela 7-12: Taxas de pobreza incluindo e excluindo as entrevistas realizadas em Fevereiro, Março e Abril.....	87

Lista de Figuras

Figura 4-1: Prevalência de privação por cada indicador, 1996/97-2014/15 (%).....	31
Figura 4-2: Incidência da pobreza multidimensional (H). 1996/97-2014/15	34
Figura 4-3: Índice de pobreza multidimensional (M^0). 1996/97-2014/15	34
Figura 4-4: Mapas da incidência da pobreza (H), nível provincial. 1996/97-2014/15	35
Figura 4-5: Mapas do índice de pobreza multidimensional (M0), nível provincial. 1996/97-2014/15	36
Figura 4-6: Incidência ajustada da pobreza (M^0) com diferentes <i>cutoffs</i> , nível nacional. 1996/97-2014/15	37
Figura 4-7: Incidência da Pobreza Multidimensional (M^0) por área de residência, 1996/97, 2001/04, 2007/10, 2013/14	45
Figura 4-8: Prevalência de privação por cada indicador (2014/15).....	52
Figura 4-9: Incidência da pobreza (H) (2014/15)	53
Figura 4-10: Mapas da incidência da pobreza (H) e do índice de pobreza multidimensional (M^0), nível provincial (2014/15)	54
Figura 7-1: Curvas de incidência do crescimento (do consumo) real <i>per capita</i> para as zonas rurais, 2008/09 - 2014/15.....	69
Figura 7-2: Curvas de incidência do crescimento (do consumo) real <i>per capita</i> para as zonas urbanas, 2008/09 - 2014/15.....	70
Figura 7-3: Consumo calórico mediano por tamanho do agregado familiar e área de residência	73
Figura 7-4: Contribuição de cada província para a pobreza multidimensional do país e contribuição de cada província para a população total do país, 1996/97-2014/15	78
Figura 7-5: Melhorias nos níveis de privação para os indicadores seleccionados (em pontos percentuais).....	81

Figura 7-6: Contribuição de cada província para a pobreza multidimensional do país e contribuição de cada província para a população total do país, 2014/15 (%).....82

Figura 7-7: Contribuição percentual de cada indicador para a pobreza multidimensional, 2014/15 (%)83

Abstracto

Este relatório apresenta uma análise abrangente de pobreza e bem-estar, e suas tendências em Moçambique entre 2008/09 e 2014/15. Os dados provêm principalmente do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar (IOF) 2014/15 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Os resultados deste último inquérito são comparados com os obtidos nos inquéritos anteriores (2008/09, 2002/03 e 1996/97).

Tanto a pobreza como o nível de bem-estar são analisados segundo várias dimensões e utilizando duas abordagens principais. A primeira abordagem está focada no consumo, permitindo avaliar o progresso até 2015 rumo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A segunda abordagem baseia-se em métodos multidimensionais para avaliar a pobreza e o bem-estar. Os indicadores usados têm como foco a educação, saúde, habitação e a posse de bens duráveis.

De todas as abordagens emerge uma história coerente. Quando comparados com o inquérito anterior, realizado em 2008/09, os níveis de bem-estar melhoraram a nível nacional. Olhando mais para trás no tempo e comparando os níveis de 2014/15 com os níveis muito baixos observados em 1996/97, torna-se claro que os avanços em termos de bem-estar têm sido substanciais. Os avanços foram rápidos entre 1996/97 e 2002/03, mas desaceleraram entre 2002/03 e 2008/09, tendo voltado a acelerar no período mais recente. Em relação a 1996/97, avanços substanciais têm sido registados tanto nas zonas rurais como nas urbanas e em todas as províncias.

Contudo, estes avanços não ajudaram na convergência dos níveis de bem-estar entre as zonas rurais e urbanas ou entre regiões geográficas, e ainda persistem diferenças muito substanciais nos níveis de bem-estar. O hiato ou *gap* entre zonas rurais e urbanas é grande e na melhor das hipóteses é persistente (se não tendente a piorar). As condições de vida no sul são muito melhores do que nas outras regiões, em quase a totalidade das dimensões de bem-estar consideradas e de acordo com todos os métodos (em parte devido a um maior nível de urbanização no sul). Além disso, a desigualdade de consumo no país tem aumentado muito desde 1996/97 em todas as medidas consideradas, tendo o incremento acelerado no período mais recente.

Antes de continuar, é necessário apresentar alguns dos problemas encontrados com a qualidade dos dados. Conforme enfatizado na Terceira Avaliação Nacional da Pobreza, existe uma elevada probabilidade de o consumo alimentar ter sido subestimado tanto no inquérito de 2002/03 como no de 2008/09, particularmente nas zonas urbanas e no sul. Chegou-se a esta conclusão porque em muitos casos nessas áreas o consumo estimado de calorias estava bastante abaixo das normas aceites para uma nutrição adequada. Apesar dos esforços exercidos em 2014/15 para melhor captar o consumo alimentar, em particular nas zonas urbanas, o problema não parece ter sido resolvido. De facto, é muito provável que piorou e que atingiu também as zonas rurais, onde reside a maioria da população e sobre tudo onde reside uma proporção muito maior de pessoas pobres.

Os problemas encontrados com os dados fazem com que as estimativas da pobreza de consumo sejam menos precisas do que o desejado. Utilizando os dados oficiais (sem correcção da subestimação do consumo em nenhum ano), a pobreza diminuiu mais de cinco pontos percentuais quando comparada com os valores de 2008/09, a nível nacional. As taxas de redução são mais acentuadas nas zonas urbanas (nove pontos) do que nas zonas rurais (quatro pontos). Numa perspectiva regional, a redução da pobreza foi rápida nas províncias do sul, onde a taxa de pobreza diminuiu cerca de 18 pontos percentuais, com destaque para a Província de Maputo. As reduções foram significativas, mas menos rápidas, no Centro onde as taxas de pobreza diminuíram cerca de 11 pontos percentuais. Estas reduções distribuíram-se de forma bastante homogénea pelas quatro províncias centrais do país. No entanto, estes ganhos foram compensados por um aumento estimado em cerca de dez pontos percentuais no Norte, em particular na província do Niassa, onde ocorreu o maior aumento.

Três diferentes cenários de ajustamento foram aplicados na análise de 2014/15. Esses ajustes colocam as taxas de pobreza nacionais no intervalo de cerca de 41 a 45 por cento da população (correspondente a valores entre 10,5 e 11,3 milhões de pessoas em situação de pobreza absoluta, inferiores ao número de 12 milhões em 1996/97). Como indicado na Terceira Avaliação Nacional, “um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) para Moçambique é o alcance de uma taxa de pobreza de consumo de 40% em 2015 comparativamente a uma taxa estimada de 80% em 1990.” Os resultados obtidos a partir do inquérito aos agregados familiares 2014/15 indicam que Moçambique se aproximou bastante deste objectivo.

Na sua essência, todas as tendências principais identificadas na análise da pobreza de consumo estão reflectidas nas análises de pobreza multidimensional. Este facto é de particular importância uma vez que os indicadores multidimensionais de bem-estar são de muito mais fácil observação do que os níveis de consumo e muito menos voláteis. A título de exemplo, note-se que os níveis de educação dos membros de um agregado familiar são muito mais fáceis de obter e, tipicamente, mantêm-se constantes ao longo da vida adulta de um indivíduo. Ambos os métodos de análise da pobreza multidimensional sugerem grandes melhorias relativamente a 2008/09, sendo ainda mais significativas relativamente a 1996/97. Novamente e como anotado no que respeita à análise da pobreza de consumo, estas melhorias não coincidem com uma redução de disparidades entre áreas urbanas e rurais e entre regiões ou províncias. Também numa perspectiva multidimensional, as condições de vida são notavelmente superiores nas áreas urbanas e no sul.

Em conclusão, a Quarta Avaliação Nacional da Pobreza confirma que Moçambique, ao longo das últimas duas décadas, alcançou progressos significativos em ordem ao seu desenvolvimento. O relatório mostra também que grandes diferenças permanecem entre grupos socioeconómicos e áreas geográficas, em termos de bem-estar, tendo a tendência sido de manutenção ou mesmo crescimento dessas diferenças. Em geral, desigualdade e as diferenças espaciais aumentaram. Daqui decorre a necessidade imprescindível de políticas equilibradas do ponto de vista espacial, económico, infra-estrutural e social, tanto numa perspectiva do bem-estar como na perspectiva da economia política.

Resumo executivo

Este relatório apresenta uma análise abrangente de pobreza e bem-estar, e suas tendências em Moçambique entre 2008/09 e 2014/15. Os dados provêm principalmente do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar (IOF) 2014/15 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Os resultados deste último inquérito são comparados com os obtidos nos inquéritos anteriores (2008/09, 2002/03 e 1996/97).

Analisamos pobreza e bem-estar através de várias perspectivas e utilizando duas abordagens principais. A primeira abordagem está focada no consumo. Especificamente, calculamos uma linha de pobreza que representa o nível de consumo básico por pessoa. As famílias que consomem abaixo deste nível (calculado *per capita*) são consideradas pobres. No âmbito desta abordagem, três conjuntos de resultados são apresentados. Em primeiro lugar, aplicamos os métodos utilizados para medir a pobreza de consumo em 2002/03 e 2008/09 aos dados de 2014/15. Em segundo lugar, dado que a teoria e a prática da medição da pobreza de consumo não são estáticas, aplicamos uma abordagem actualizada a todos os quatro inquéritos sobre orçamento familiar. Em terceiro lugar, devido à persistência da subestimação do consumo alimentar e sua provável propagação nas áreas rurais, o consumo alimentar em falta é estimado no inquérito mais recente. Isto permite também fazer comparações em relação aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A segunda abordagem principal baseia-se em métodos multidimensionais para avaliar a pobreza e o bem-estar. Os indicadores utilizados provêm dos quatro inquéritos sobre orçamento familiar. Eles estão relacionados com educação, saúde, habitação e posse de bens duráveis. Dois métodos distintos para avaliar a pobreza multidimensional são aplicados:

- i. O método Alkire-Foster. Esta abordagem aplica ponderadores a uma série de indicadores de bem-estar binários, em que a população está dividida entre aqueles que são considerados privados e aqueles considerados não privados para cada indicador. Por exemplo, na análise apresentada neste relatório, uma família é considerada privada se ninguém na família tem concluído o primeiro nível do ensino primário (EP1). A este indicador de educação é dado um peso de 1/6. As famílias que estão privadas em dimensões cuja soma ponderada dá um valor maior do que o ponto de corte ou *cutoff* (0,60 na análise de base) são consideradas pobres. Esta incidência da pobreza multidimensional é depois combinada com uma medida da distância do *cutoff* (para ter em conta que as famílias privadas em dimensões cuja soma ponderada é 0,50 estão numa situação pior do que as famílias cuja soma ponderada é 0,20), a fim de chegar a um índice de pobreza multidimensional.
- ii. Um método relativamente recente, baseado no conceito de dominância da primeira ordem. Esta abordagem baseia-se na tese de que ser não privado é melhor do que ser privado. Com vários indicadores binários, é possível identificar estados que são comprovadamente melhores (por exemplo, não privados em todas as dimensões) e estados que são comprovadamente piores (por exemplo, privados em todas as dimensões). Usando uma abordagem estatística chamada *bootstrap*, é possível calcular

a probabilidade com que uma população está tendendo para estados inequivocamente melhores.

Estes métodos servem-se essencialmente dos mesmos dados, de formas complementares. O método Alkire-Foster tem sido amplamente utilizado em toda a África Subsaariana e outros países do mundo, e é simples de aplicar; no entanto, como se referiu, este método requer ponderadores atribuídos de forma explícita e arbitrária que são associados a cada dimensão, bem como conjecturas sobre o ponto de corte ou *cutoff* que separa os agregados familiares pobres dos não pobres. A abordagem da dominância da primeira ordem tem sido menos utilizada e é levemente menos simples de interpretar; no entanto, ela não necessita de quaisquer conjecturas com respeito à importância relativa das diferentes dimensões de bem-estar.

Em todas as abordagens, emerge uma história coerente. A nível nacional, os níveis de bem-estar melhoraram em comparação com o inquérito anterior realizado em 2008/09. Olhando mais para trás no tempo, comparando os níveis de 2014/15 com os níveis muito baixos observados em 1996/97, os avanços em termos de bem-estar têm sido substanciais. Os avanços foram rápidos entre 1996/97 e 2002/03, mas desaceleraram entre 2002/03 e 2008/09. A dimensão da desaceleração depende da dimensão de bem-estar em análise e do método utilizado. Como observado, os avanços voltaram a acelerar no período mais recente com o grau de aceleração dependente, mais uma vez, do indicador de bem-estar e (em menor grau) do método usado. No geral, e especificamente em relação a 1996/97, avanços substanciais têm sido registados tanto nas zonas rurais como nas urbanas e em todas as províncias.

Contudo, estes avanços não ajudaram na convergência dos níveis de bem-estar entre as zonas rurais e urbanas ou entre regiões geográficas, e ainda persistem diferenças muito substanciais nos níveis de bem-estar. O hiato ou *gap* entre zonas rurais e urbanas é grande e na melhor das hipóteses é persistente (se não tendente a piorar). As condições de vida no sul são muito melhores do que no Norte e no Centro em todas as dimensões de bem-estar e em todos os métodos (em parte devido a um maior nível de urbanização no sul em comparação com o Norte e o Centro).

Além disso, a desigualdade do consumo tem aumentado consistentemente desde 1996/97 em todas as medidas consideradas, e o incremento acelerou no período mais recente. Deve-se ressaltar que as medidas de desigualdade requerem que os dados tenham características muito diferentes. Em particular, as famílias com níveis de consumo muito altos são muito influentes para as medidas de desigualdade, mas essencialmente irrelevantes para as medidas de pobreza de consumo. Por esta e outras razões, a avaliação das tendências da desigualdade merece análises ulteriores que já estão planeadas.

Antes de continuar com uma discussão mais detalhada dos resultados de 2014/15, é necessário apresentar alguns dos problemas encontrados com a qualidade dos dados. Conforme enfatizado na Terceira Avaliação Nacional da Pobreza, existe uma alta probabilidade que o consumo alimentar foi subestimado tanto no inquérito de 2002/03 como naquele de 2008/09, particularmente nas zonas urbanas e no sul. Chegou-se a esta conclusão porque em muitos casos nessas áreas o consumo estimado de calorias estava bastante abaixo das normas aceites

para uma nutrição adequada. Apesar dos esforços realizados em 2014/15 para melhor captar o consumo alimentar, em particular nas zonas urbanas, o problema não foi resolvido. De facto, é muito provável que piorou e que atingiu também as zonas rurais, onde reside a maioria da população e sobre tudo onde reside uma proporção muito maior de pessoas pobres.

Os objectivos da recolha de dados para o inquérito de 2014/15 foram muito ambiciosos. Ao invés de entrevistar cerca de 10.000 famílias durante o período inteiro (cerca de 2.500 por trimestre) como havia sido feito nos três inquéritos anteriores, no inquérito mais recente procurou-se entrevistar cerca de 11.000 agregados familiares quatro vezes por ano, uma vez por trimestre. Por uma série de razões, o terceiro trimestre (Fevereiro, Março e Abril de 2015) foi abandonado completamente (nenhuma entrevista foi realizada). No entanto, o número de entrevistas aproximadamente triplicou-se comparado com os inquéritos anteriores. Além disso, os inquiridores tiveram que lidar com o novo desafio de localizar e entrevistar os mesmos agregados familiares em três alturas diferentes ao longo do ano.

Estas grandes incumbências provavelmente contribuíram para que a questão da subestimação não tivesse uma resposta eficaz em 2014/15. Outras questões, como problemas de conversão a partir de unidades locais ou valores implausíveis, são mais prevalentes. Por exemplo, o número de observações que não apresentam nenhum tipo de consumo alimentar durante todo o período de referência (uma semana) subiu de forma significativa até atingir cerca de três por cento da amostra, enquanto no passado estes números eram insignificantes. Discussões aprofundadas sobre questões-chave relativas aos dados estão contidas nos apêndices deste relatório. Um passo futuro importante é a realização de inquéritos-piloto detalhados, idealmente usando uma pequena sub-amostra obtida dos agregados familiares inquiridos em 2014/15, para determinar com maior precisão a natureza da questão da subestimação e avaliar de forma geral as técnicas e a qualidade da recolha de dados.

Entretanto, os problemas encontrados com os dados fazem com que as estimativas da pobreza de consumo sejam menos precisas do que o desejado. É particularmente difícil estimar a dimensão do agravamento dos problemas com os dados ao longo do tempo. Aqui, nós consideramos dois factores que indicam que provavelmente o problema da subestimação do consumo de alimentos piorou. Em primeiro lugar, as estimativas do consumo calórico são geralmente mais baixas do que os níveis, já baixos (muitas vezes implausivelmente baixos), observados em 2008/09. Este agravamento é parcialmente compensado pelo aumento nas compras de refeições fora de casa (pelas quais não é possível fazer estimativas exactas de calorias porque apenas são registadas as despesas e não o conteúdo da refeição). Em segundo lugar, as despesas alimentares, em muitas áreas, estão a estagnar ou até a diminuir enquanto as despesas não-alimentares estão a crescer rapidamente e fortemente (ver secção 7.2.2). Isso não faz muito sentido no contexto moçambicano. A combinação destes dois factores, junto com outras observações, aponta para um provável agravamento da subestimação do consumo alimentar.

No que se refere às medidas multidimensionais, os problemas com os dados são muito menos pronunciados. Os indicadores utilizados para as análises multidimensionais são relativamente fáceis de observar. Assim, as medidas multidimensionais são importantes em si mas também

são importantes porque fornecem uma verificação cruzada muito valiosa dos números da pobreza de consumo.

Em termos de estimativas da pobreza de consumo, a abordagem usada é primeiro avançar com métodos consistentes para todos os quatro inquéritos sem abordar a questão da subestimação do consumo alimentar. Isto tem a vantagem da simplicidade. Como acima mencionado, as estimativas são obtidas usando tanto os mesmos métodos usados em 2002/03 e 2008/09, como uma abordagem revista e actualizada, denominada abordagem PLEASE, que reflecte as experiências adquiridas com as estimativas de pobreza em Moçambique, bem como na Etiópia, Madagáscar, Malawi, Paquistão, Tanzânia e Uganda.

Em termos de tendências, os dois métodos fornecem resultados quase idênticos. Os resultados gerais da abordagem PLEASE são apresentados na Tabela RE-1.¹ A nível nacional, a pobreza diminuiu mais de cinco pontos percentuais quando comparada com 2008/09. As taxas de redução são mais rápidas nas zonas urbanas (nove pontos) do que nas zonas rurais (quase quatro pontos). Os resultados a nível provincial são apresentados mas devem ser interpretados com cautela, tendo em conta a pequena dimensão da amostra e erros não amostrais, como a subestimação do consumo alimentar acima discutido. A elevada variabilidade das taxas de pobreza é igualmente uma indicação da vulnerabilidade dos agregados familiares a choques.

Seguindo uma perspectiva regional, observa-se uma rápida redução da pobreza nas províncias do sul, onde a taxa de pobreza diminuiu cerca de 18 pontos percentuais, com destaque para a Província de Maputo. As reduções foram significativas, mas menos rápidas, no centro onde as taxas de pobreza diminuíram cerca de 11 pontos percentuais. Estas reduções distribuíram-se de forma muito homogénea entre as quatro províncias do centro do país. Estes ganhos foram contrariados por um aumento estimado em cerca de dez pontos percentuais no norte, em particular na província do Niassa, onde ocorreu, de longe, o maior aumento.

Em relação a 1996/97, a redução da pobreza é impressionante em todas as áreas com reduções particularmente fortes observadas no sul. No entanto, em relação a 2002/03, as taxas de pobreza de consumo nas províncias do Norte e do Centro na prática estagnaram. Como tem sido enfatizado acima e nas avaliações anteriores, essas taxas são bastante variáveis, o que provavelmente reflecte conjunturas particulares de eventos, como por exemplo as variações meteorológicas, que influenciam fortemente a produção e, portanto, o bem-estar das famílias que praticam agricultura de subsistência as quais são predominantes nessas regiões. Os erros, amostral e não-amostal, também contribuem para a volatilidade observada.²

¹Em comparação com os resultados a nível nacional apresentados nas avaliações de pobreza anteriores, as estimativas nacionais para 2002/03 e 2008/09 são um pouco mais baixas, enquanto o resultado de 1996/97 é levemente mais elevado. As diferenças com as avaliações anteriores caem bem dentro dos intervalos de confiança estatística, e a tendência do ponto de vista qualitativo é a mesma: uma queda substancial nas taxas de pobreza entre 1996/97 e 2002/03 e uma estagnação entre 2002/03 e 2008/09.

² Como é frequentemente o caso, a medida de profundidade de pobreza (*poverty gap*, P_1) sugere uma evolução muito semelhante àquela apresentada pela taxa de pobreza (P_0). A nível nacional (usando os mesmos dados de

Tabela RE-1: Incidência da Pobreza (medida P_0) usando a metodologia PLEASE (%)

Área	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	69,7	52,8	51,7	46,1
Urbano	61,8	48,2	46,8	37,4
Rural	71,8	55,0	53,8	50,1
Norte	67,3	51,9	45,1	55,1
Centro	74,1	49,2	57,0	46,2
Sul	65,5	59,9	51,2	32,8
Niassa	71,9	48,3	33,0	60,6
Cabo Delgado	59,1	60,3	39,0	44,8
Nampula	69,4	49,1	51,4	57,1
Zambézia	67,6	49,7	67,2	56,5
Tete	81,9	60,5	41,0	31,8
Manica	62,4	44,7	52,8	41,0
Sofala	87,8	41,3	54,4	44,2
Inhambane	83,0	78,1	54,6	48,6
Gaza	64,8	55,4	61,0	51,2
Maputo Província	65,6	59,0	55,9	18,9
Maputo Cidade	47,1	42,9	29,9	11,6

Com base nos dados empregues no cálculo das taxas de pobreza apresentados na Tabela RE-1, verifica-se que, embora as taxas de pobreza tenham decaído significativamente, o número absoluto de pessoas em situação de pobreza se manteve relativamente constante. Partindo de uma base de, aproximadamente, 12 milhões em 1996/97, o número de pobres reduziu-se para perto de 9,7 milhões em 2002/03. Com a relativa manutenção das taxas de pobreza observadas entre 2002/03 e 2008/09 e o crescimento da população, a estimativa do número de pobres subiu para 11,1 milhões no fim desse período. A redução das taxas de pobreza entre 2008/09 e 2014/15 foi insuficiente para produzir uma redução da estimativa do número absoluto de pessoas em situação de pobreza que, novamente, subiu para 11,8 milhões. Assim sendo, enquanto a população moçambicana aumentou em mais de 50 por cento entre 1996/97 e 2014/15, o número de pessoas em situação de pobreza no país apresenta-se aproximadamente igual ao verificado no início do período.

Como acima referenciado, existem evidências fortes de subestimação do consumo alimentar devido ao reporte de níveis de consumo calórico demasiado baixos para serem plausíveis. Se fosse possível corrigir esse registo de consumo alimentar, as taxas de pobreza seriam inferiores, o número de pessoas contadas como em pobreza absoluta seria reduzido e aumentado as estimativas de consumo daquelas famílias que, ainda assim, ficassem abaixo da linha de pobreza. Infelizmente, corrigir o sub-registo de calorias é muito difícil com base na informação

suporte à Tabela RE-1), a profundidade de pobreza reduz-se de, aproximadamente 0,29 em 1996/97 para aproximadamente 0,19, tanto em 2002/03 e 2008/09. Em 2014/15, o índice de profundidade de pobreza reduz-se para, aproximadamente, 0,17.

existente. As informações qualitativas sobre o consumo alimentar obtidas no inquérito 2014/15 fornecem uma opção.³ Especificamente, os agregados familiares entrevistados também reportaram os alimentos que foram consumidos no pequeno-almoço, almoço e jantar de cada dia durante o período de referência de uma semana. Se durante o período de referência um alimento é indicado no ficheiro que contém a informação qualitativa sobre consumo, mas não é reportado nas compras ou no autoconsumo durante esse mesmo período, então consideramos isso como uma ocorrência da subestimação.

Infelizmente, o grau de subestimação permanece desconhecido. A Tabela RE-2 mostra as taxas de pobreza para 2014/15 relativas a três diferentes cenários de ajustamento. No cenário menos invasivo, um valor monetário correspondente a uma pequena porção de cada item alimentar em falta (durante o período de referência de uma semana) é adicionado. No cenário médio, a mesma quantidade é adicionada para cada dia do período de referência em que o item em falta é reportado. No cenário mais invasivo, a mesma quantidade é adicionada para cada refeição no período de referência em que o produto alimentar é reportado.

Tabela RE-2: Incidência da Pobreza (medida P_0) usando a metodologia PLEASE e corrigido pela subestimação do consumo, IOF 2014/15.

Área	IOF14			
	Não ajustado	Um ajuste por semana	Um ajuste por dia	Um ajuste por refeição
Nacional	46,1	44,9	41,9	40,9
Urbano	37,4	36,3	33,0	31,6
Rural	50,1	48,9	46,0	45,2
Norte	55,1	54,1	52,2	51,4
Centro	46,2	44,7	40,5	39,5
Sul	32,8	31,9	29,2	28,2
Niassa	60,6	59,6	58,0	57,8
Cabo Delgado	44,8	44,1	42,7	42,4
Nampula	57,1	56,2	54,0	52,7
Zambézia	56,5	54,9	51,1	50,7
Tete	31,8	30,2	25,8	25,2
Manica	41,0	39,6	34,8	32,6
Sofala	44,2	43,0	39,1	37,2
Inhambane	48,6	47,5	45,5	44,9
Gaza	51,2	50,3	45,5	42,2
Maputo Província	18,9	17,9	16,1	15,9
Maputo Cidade	11,6	10,8	8,6	8,6

³ Infelizmente, esta opção de correcção não está disponível em anos anteriores por falta de dados. Deste modo, não é possível deduzir uma série temporal das taxas de pobreza com correcção do consumo. As taxas corrigidas de 2014/15 podem ser comparadas com as de 1996/97, uma vez que o problema da subestimação de consumo foi muito inferior nesse inquérito.

Esses ajustes colocam as taxas de pobreza nacionais no intervalo de cerca de 41 a 45 por cento da população (correspondente a valores entre 10,5 e 11,3 milhões de pessoas em situação de pobreza absoluta). O perfil da pobreza continua a ser bastante semelhante embora as zonas urbanas recebam um ajuste maior onde o problema da subestimação tendeu a ser mais grave. Como indicado na Terceira Avaliação Nacional, “um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) para Moçambique é o alcance de uma taxa de pobreza de consumo de 40% em 2015 comparativamente a uma taxa estimada de 80% em 1990.” Os resultados obtidos a partir do inquérito aos agregados familiares 2014/15 indicam que Moçambique se aproximou bastante deste objectivo.

Consistente com avanços mais robustos nas áreas urbanas do que nas rurais, e com um progresso geralmente mais forte no sul em comparação com outras regiões as medidas de desigualdade do consumo pioram independentemente das medidas consideradas. A Tabela RE-3 mostra o coeficiente de Gini e alguns rácios entre percentis de consumo real em vários pontos de corte da distribuição de consumo. A tendência para uma maior desigualdade é evidente em todos os inquéritos, mas esta tendência acelerou dramaticamente no período mais recente. Como acima mencionado, a desigualdade será considerada em maior detalhe em estudos futuros.

Tabela RE-3: Indicadores de desigualdade a nível nacional

	Gini	p95/p05	p90/p10	p90/p50	p10/p50
IAF96	0,40	9,29	5,23	2,37	0,45
IAF02	0,42	9,53	5,44	2,42	0,45
IOF08	0,42	9,93	5,55	2,37	0,43
IOF14	0,47	12,15	6,24	2,60	0,42

Em suma, enquanto os frutos do crescimento beneficiaram mais as famílias melhores sucedidas do que as mais pobres, os agregados familiares mais pobres também têm beneficiado, e isso levou a uma diminuição substancial da taxa de pobreza de consumo.

Esta conclusão de que as famílias pobres estão também progredindo é fortemente reforçada pela análise multidimensional. A Tabela RE-4 mostra as percentagens da população por número de dimensões em que as famílias são consideradas privadas, para cada um dos inquéritos, a nível nacional. São considerados seis indicadores (educação, água, saneamento, cobertura, electricidade e posse de bens duráveis).

A Tabela RE-4 ilustra claramente tão profundos eram os níveis de pobreza existentes em 1996/97. Naquela altura, quase a metade da população vivia em agregados familiares privados em todas as dimensões. Estas famílias eram caracterizadas por: não ter nenhum membro do agregado familiar com ensino primário (primeiro ciclo, EP1) completo, não ter acesso a água potável, ter saneamento inadequado, cobertura de capim, não ter electricidade, e posse muito limitada de bens duráveis. Além disso, apenas dois por cento da população vivia num agregado familiar onde todas essas características básicas estavam presentes (zero privações). Esta situação tem melhorado consistentemente. Em 2014/15, menos de 15 por cento da população

estava privada em todas as dimensões e mais de 15 por cento estava caracterizada por ter zero privações.

Tabela RE-4: Percentagens relativas ao número de privações sofridas, nível nacional. (1996/97-2014/15) (%)

Número de privações sofridas	1996	2002	2008	2014	Varição 1996-2014
0	2,0	5,1	8,5	15,9	13,8
1	2,3	4,0	5,3	8,2	5,9
2	3,0	6,1	6,8	8,6	5,6
3	6,9	9,0	10,1	12,5	5,6
4	12,1	16,0	18,6	19,0	6,9
5	27,2	26,5	27,1	21,4	-5,7
6	46,5	33,2	23,7	14,4	-32,1

As tendências ilustradas na Tabela RE-4 são reflectidas também nas tendências do índice de pobreza multidimensional de Alkire-Foster, o qual é mostrado na Tabela RE-5. O índice começa com níveis muito elevados mas baixa muito substancialmente nos períodos seguintes.

Tabela RE-5: Alkire-Foster índice de pobreza multidimensional. 1996/97-2014/15 (%)

	1997	2002	2008	2014
País	0,77	0,66	0,59	0,45
Urbano	0,40	0,32	0,25	0,14
Rural	0,87	0,82	0,73	0,59
Norte	0,87	0,77	0,69	0,57
Centro	0,85	0,75	0,68	0,52
Sul	0,53	0,38	0,26	0,14
Norte urbano	0,70	0,52	0,46	0,26
Norte rural	0,91	0,89	0,78	0,69
Centro urbano	0,46	0,32	0,29	0,18
Centro rural	0,90	0,86	0,79	0,62
Sul urbano	0,21	0,16	0,08	0,03
Sul rural	0,74	0,59	0,47	0,28
Niassa	0,87	0,77	0,63	0,60
Cabo Delgado	0,87	0,80	0,70	0,52
Nampula	0,87	0,76	0,71	0,57
Zambézia	0,91	0,84	0,76	0,63
Tete	0,87	0,79	0,71	0,55
Manica	0,79	0,59	0,62	0,39
Sofala	0,76	0,61	0,52	0,36
Inhambane	0,72	0,67	0,49	0,33
Gaza	0,66	0,41	0,37	0,17
Maputo Pr	0,59	0,27	0,13	0,05
Maputo Cd	0,13	0,09	0,02	0,00

Três observações adicionais são pertinentes. Em primeiro lugar, assim como observado com as medidas de pobreza de consumo, o índice multidimensional mostra progressos um pouco mais lentos durante o período de 2002/03 a 2008/09. Em segundo lugar, os avanços observados no índice multidimensional tendem a reforçar a conclusão de um crescimento desequilibrado. As reduções ao longo do período total são ligeiramente maiores nas áreas rurais do que nas zonas urbanas, mas isto é em parte relacionado com o sul urbano, o qual já à partida mostra níveis de pobreza multidimensional baixos, com possibilidades de redução ulterior bastante limitadas. Quando se comparam o centro e o norte rural com o sul rural, os ganhos são muito mais rápidos no sul rural. Finalmente, os ganhos são particularmente rápidos no período mais recente (2008-2014).

Estas conclusões são reforçadas pela análise baseada na dominância da primeira ordem. É importante destacar que a coerência entre as abordagens da dominância da primeira ordem e Alkire-Foster não é automática. Os critérios da dominância da primeira ordem são bastante rigorosos. Enquanto a abordagem Alkire-Foster permite que um progresso rápido em um indicador compense por quedas leves em outro indicador, a dominância da primeira ordem não permite isso. Para registar progressos, a dominância da primeira ordem exige que existam progressos em todos os indicadores e em todos os subgrupos da população (definidos pela distribuição das privações).

Os resultados da análise baseada na dominância da primeira ordem são mostrados na Tabela RE-6. Estes podem ser interpretados como probabilidades de avanço entre os períodos considerados. A nível nacional, a probabilidade de avanço é um (ou 100 por cento) para todos os períodos considerados, com a notável exceção do período de 2002/03 a 2008/09, em que a probabilidade de avanço cai para 0,68. Devido à natureza rigorosa dos critérios da dominância da primeira ordem, combinados com os efeitos do tamanho da amostra, as probabilidades de avanço tendem a diminuir quando os dados são desagregados por zona ou região (e o tamanho da amostra é menor). Por essa razão, limitamo-nos a apresentar indicadores agregados na Tabela RE-6.

No entanto, olhando para o período inteiro (1996/97 a 2014/15), as probabilidades de avanço são uniformemente altas em todas as desagregações apresentadas na Tabela RE-6. Em termos de distribuição dos ganhos, a abordagem da dominância da primeira ordem está focada em avaliar se existe ou não uma melhoria inequívoca. Este método não avalia o grau de melhoria. Por isso, é perfeitamente coerente que tanto o sul rural como o centro rural apresentem uma probabilidade de avanço igual a um ao longo do período total, enquanto a abordagem Alkire-Foster mostra declínios muito mais consideráveis no sul rural do que no centro rural. Finalmente, e de acordo com o índice multidimensional de Alkire-Foster, as probabilidades de avanço são notavelmente altas no período mais recente.

Na perspectiva das comparações internacionais, os avanços registados em Moçambique ao longo dos 18 anos abrangidos pelos inquéritos considerados têm sido impressionantes. A taxa de pobreza de consumo caiu cerca de 25 pontos, ou talvez mais se consideramos a subestimação do consumo de alimentos. Olhando para os padrões internacionais, este é um desempenho notável. As comparações internacionais feitas com base nas medidas multidimensionais

também são muito favoráveis. O ressalto experimentado a partir das condições de extrema privação que prevaleceram após a guerra é só uma parte da história, mas com certeza não é a história completa, como atestado pelos avanços registados no período mais recente.

Tabela RE-6: Dominância da Primeira Ordem (DPO) (temporal, nível nacional, urbano/rural, regional, regional-urbano/rural) (1996/97-2014/15)

	1996- 2002	1996- 2008	2002- 2008	1996- 2014	2002- 2014	2008- 2014
País	1,00	1,00	0,68	1,00	1,00	1,00
Urbano	0,33	0,50	0,05	0,99	0,80	1,00
Rural	0,04	0,72	0,73	1,00	1,00	0,99
Norte	0,91	1,00	0,09	1,00	0,48	0,76
Centro	0,99	1,00	0,54	1,00	1,00	1,00
Sul	0,86	1,00	0,53	1,00	1,00	1,00
Norte rural	-	0,01	0,91	0,86	0,76	0,10
Norte urbano	0,76	0,66	0,02	1,00	0,44	0,98
Centro rural	0,02	0,05	0,01	1,00	1,00	0,99
Centro urbano	0,46	0,42	0,04	0,95	0,83	0,93
Sul rural	0,27	0,98	0,26	1,00	1,00	0,96
Sul urbano	-	0,13	0,17	0,97	0,89	0,96

Uma perspectiva adicional, embora menos rigorosa, que compare a situação do país ao longo do tempo também pode ser valiosa: muitos dos membros da equipe envolvidos nesta Quarta Avaliação das condições de vida também estavam envolvidos, directa ou indirectamente, na Primeira Avaliação. Na nossa opinião, é razoável afirmar que se alguém tivesse feito uma previsão em 1997 indicando como possíveis os ganhos que de facto foram realizados ao longo dos últimos 18 anos, essa previsão teria sido considerada na altura como optimista pela grande maioria dos atores interessados.

Em conclusão, a Quarta Avaliação Nacional da Pobreza confirma que em Moçambique, ao longo das últimas duas décadas, foram realizados progressos notáveis na via do desenvolvimento. O relatório também mostra como grandes diferenças em termos de bem-estar (e tendências ao longo do tempo) permanecem entre diferentes grupos socioeconómicos e diferentes áreas geográficas. Em geral, desigualdade e as diferenças espaciais aumentaram. Isto implica que políticas equilibradas do ponto de vista espacial, económico, infra-estrutural e social tornam-se cada vez mais imprescindíveis tanto na perspectiva do bem-estar como na perspectiva da economia política.

Devido à concentração da força de trabalho moçambicana na agricultura de subsistência e nas empresas informais de baixa produtividade, é claro que Moçambique é – apesar dos progressos realizados – caracterizado por níveis muito elevados de vulnerabilidade individual e familiar. Isto significa que choques positivos e negativos podem produzir grandes flutuações nas possibilidades de consumo e, por conseguinte, na incidência da pobreza, bem como em outros aspectos do bem-estar, como a desnutrição infantil. Estas observações são válidas para todo o país, mas são particularmente pertinentes para as zonas rurais do Norte e do Centro onde, neste

momento, a grande maioria dos pobres reside (de acordo com todas as métricas de bem-estar consideradas).

Estes factos, e as conclusões deste relatório, inevitavelmente implicam que as dinâmicas futuras na agricultura familiar e no sector informal terão uma importância fundamental para permitir alcançar progressos na melhoria do bem-estar que sejam prolongados e de base ampla, ao longo da próxima década e além. Quase a metade da população moçambicana tem menos de 15 anos de idade, e as altas taxas de dependência continuarão a representar um desafio para a próxima geração ou mais. O mesmo é válido para o futuro fornecimento daqueles serviços sociais e públicos em geral que são cada vez mais necessários, especialmente aqueles ligados a saúde e educação. Em conclusão, alcançar um crescimento inclusivo é o desafio central que Moçambique vai enfrentar no seu desenvolvimento económico e social nas próximas décadas. Também será necessário assegurar progressos significativos no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como acordado nas Nações Unidas em Setembro de 2015.

1 Introdução

Este relatório apresenta uma análise compreensiva de pobreza e bem-estar, e suas tendências em Moçambique. A informação mais recente sobre pobreza e bem-estar provém principalmente do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2014/15 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Os resultados deste último inquérito são comparados com os obtidos em rondas de inquéritos anteriores (2008/09, 2002/03 e 1996/97).⁴

Existem várias abordagens utilizadas para analisar e medir pobreza, das quais as mais usadas são as que medem pobreza com base nas despesas de consumo. No entanto, a pobreza é um fenómeno multidimensional, que envolve outras dimensões para além do consumo as quais são fundamentais para o bem-estar familiar e individual. Portanto, para além de uma análise da pobreza de consumo, nesta avaliação incluímos também uma análise da pobreza multidimensional. Ambas análises baseiam-se nos dados dos inquéritos aos agregados familiares 2014/15, 2008/09, 2002/03 e 1996/97.

O Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2014/15 (doravante IOF14) foi feito entre 2014 e 2015, o que permite também avaliar o desempenho de Moçambique pelo que concerne aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Os ODM constituem um quadro para a monitoria do desenvolvimento humano, e existem oito objectivos principais, a maior parte dos quais deveriam ser atingidos ao longo de um período de 25 anos (1990-2015). O primeiro objectivo é “Erradicar a Pobreza e a Fome”. A meta fundamental ligada a este objectivo é “Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que vivem em extrema pobreza”; portanto, o principal indicador para a avaliação deste objectivo é a taxa de pobreza.

1.1 Pobreza de consumo

O consumo das famílias é a variável tradicionalmente mais usada para avaliar a pobreza. Os resultados da pobreza de consumo apontam para uma redução substancial dos níveis de pobreza ao longo do período 1990-2015. A redução foi mais acentuada para as áreas urbanas e para o sul, e níveis de pobreza elevados permanecem nas províncias de Niassa, Nampula e Zambézia. A taxa de pobreza a nível nacional diminuiu entre 1996/97 e 2002/03, estagnou entre 2002/03 e 2008/09, mas voltou a baixar no período 2008/09-2014/15. A redução observada é superior aos cinco pontos percentuais comparada com 2008/09, e superior aos vinte pontos percentuais comparada com 1996/97.

É preciso notar que a primeira meta dos ODM visa reduzir para metade o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza até 2015, partindo dos níveis de 1990. No entanto, o primeiro inquérito sobre o orçamento familiar compreensivo só se efectuou em 1996/97, o que justifica o facto de não haver dados consistentes antes desse período. Em 1996/97 a percentagem de pessoas que vivia abaixo da linha de pobreza era de 69% e a linha de base para

⁴ Ver DNPO (1998), DNPO (2004) e DNEAP (2010).

1990 foi estabelecida a 80% da população. Portanto, de acordo com este cenário, a meta do Milénio para pobreza de consumo seria uma redução da taxa de pobreza até 40% em 2015. Os dados mostram que Moçambique não esteve muito longe de atingir este objectivo, e que a redução da pobreza ao longo dos 25 anos passados foi impressionante.

1.2 Pobreza multidimensional

A pobreza multidimensional baseia-se em dimensões alternativas e complementares ao consumo, tais como saúde, educação, habitação, posse de bens duráveis, liberdade, entre outras. De um modo geral, os resultados da pobreza multidimensional também mostram que o bem-estar aumentou a nível nacional, urbano/rural, e para todas as regiões e províncias, e que a proporção de pessoas pobres baixou substancialmente. No entanto, permanecem diferenças grandes entre áreas urbanas e rurais, e entre as províncias do centro e norte, e a região sul do país. As províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, e Tete são as mais privadas em todos os inquéritos, e os resultados indicam que houve uma redução na pobreza multidimensional mais acentuada entre 1996/97 e 2002/03, e entre 2008/09 e 2014/15. Pelo contrário, entre 2002/03 e 2008/09 a redução foi menos evidente. Além disso, a redução na pobreza multidimensional foi mais acentuada em Moçambique do que em outros países da região Subsaariana.

1.3 Limitações da análise

Similarmente ao que acontece com as análises de pobreza feitas em outros países, também neste relatório existem várias limitações. A limitação mais importante vem da subestimação generalizada do consumo alimentar das famílias, evidenciada pelos níveis de consumo calórico implausivelmente baixos registados em muitas áreas do país, e devida essencialmente a problemas na recolha dos dados de consumo. Em todos os inquéritos a recolha destes dados enfrenta muitos desafios, porque as famílias podem esquecer o que foi consumido, podem não reportar a totalidade do consumo, as quantidades e os preços podem ser reportados em unidades de medida diferentes, e o consumo de alguns dos membros da família pode não ser conhecido ou reportado adequadamente. Devido à ligação entre o consumo alimentar e as medidas de pobreza, este tipo de subestimação tem consequências potencialmente importantes para os níveis de pobreza estimados numa dada altura. A subestimação do consumo foi evidenciada tanto no inquérito de 2002/03 como no inquérito de 2008/09. No entanto, as análises subsequentes mostram como a subestimação do consumo de alimentos presente no inquérito de 2014/15 foi mais grave, e afectou tanto as áreas urbanas como as rurais. Isso nos levou a considerar estratégias de correcção da subestimação do consumo que são apresentadas na secção 3 referente à pobreza de consumo.

Ao mesmo tempo, a pobreza multidimensional baseia-se em dimensões alternativas e complementares ao consumo, e os indicadores relativos a essas dimensões são normalmente menos sujeitos a erros de recolha, porque são mais fáceis de observar do que o consumo e é menos volátil ao longo do tempo. Portanto neste caso as estimativas da pobreza multidimensional apresentadas são menos controversas relativamente àquelas da pobreza de consumo e auxiliam para ter um quadro mais completo e definido do bem-estar do país.

1.4 Conclusões

Em 1990 Moçambique era um dos países mais pobres do mundo, com uma proporção de pessoas pobres perto de 80 por cento da população. Por isso o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade a proporção da população em pobreza extrema em 25 anos não era um objectivo fácil de alcançar. Por um lado, a acelerada recuperação depois da situação extremamente negativa de pós-guerra conferiu um crescimento elevado e permitiu aumentar rapidamente os níveis de bem-estar vindo de um ponto de partida muito baixo. Por outro lado, a redução de 35-40 pontos percentuais na proporção de pessoas pobres no país é uma das maiores observadas no mundo, durante os anos 1990-2015. Outras dimensões de bem-estar também confirmam o melhoramento generalizado do bem-estar do país, dados os níveis extremamente baixos em que se encontrava em 1996/97.

Olhando para a Terceira Avaliação Nacional da Pobreza baseada nos dados do inquérito aos Agregados Familiares de 2008/09, é importante salientar que depois da estagnação na redução da pobreza observada entre 2002/03 e 2008/09, as taxas de pobreza de consumo voltaram a baixar entre 2008/09 e 2014/15. A dimensão exacta da redução é difícil de avaliar com precisão dadas as limitações apresentadas, mas foi seguramente superior aos cinco pontos percentuais. A redução na incidência da pobreza multidimensional também foi substancial.

1.5 Análises futuras

O presente relatório está focado na pobreza de consumo e bem-estar multidimensional, e suas tendências em Moçambique. Por conseguinte, análises mais aprofundadas sobre alguns dos outros temas parcialmente abordados neste relatório serão desenvolvidas em artigos científicos e relatórios a ser publicados brevemente. Consta nos temas a ser desenvolvidos uma análise mais detalhada da desigualdade, uma avaliação da desnutrição e do bem-estar das crianças, pesquisas sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), comparações internacionais mais abrangentes, e possivelmente uma investigação sobre o impacto da crise económica do último ano no bem-estar das famílias.

2 Dados e definições

2.1 Fontes de dados

Esta Quarta Avaliação da Pobreza e Bem-Estar utiliza dados provenientes do Inquérito ao Orçamento Familiar 2014/15 (IOF14). Os resultados deste inquérito são comparados com os resultados equivalentes de inquéritos anteriores, particularmente os inquéritos aos agregados familiares IAF 1996/97 e 2002/03, e o IOF 2008/09 (doravante nomeados IAF96, IAF02 e IOF08). Em vários aspectos, o IOF14 é muito semelhante aos três Inquéritos ao Orçamento Familiar anteriores (IOF08, IAF02 e IAF96), utilizados para produzir as respectivas avaliações nacionais da pobreza. Apesar da existência de algumas diferenças na estrutura dos questionários, os quatro inquéritos são comparáveis no que diz respeito ao seu objectivo principal: medir a pobreza de consumo e outras dimensões de bem-estar num determinado ponto no tempo. Em coerência com os três inquéritos anteriores, o IOF14 contém dados relativos à despesa de consumo de bens alimentares, numa amostra aleatória de cerca de 11.000 famílias.⁵ Esta amostra é representativa de Moçambique, no seu todo, das zonas rurais e urbanas e de cada uma das dez províncias, para além da Cidade de Maputo.

Cada família foi entrevistada em diferentes momentos de uma semana escolhida previamente, com questionários sobre características genéricas, emprego, despesas diárias e consumo doméstico, posse de bens duráveis, condições habitacionais, ofertas e transferências recebidas e pagas, receitas de várias fontes, bem como despesas menos frequentes (como propinas escolares ou compra de vestuário). A colecta de dados teve lugar durante o período de um ano, entre Agosto de 2014 e Agosto de 2015. Contrariamente aos inquéritos anteriores onde cada agregado era inquirido só uma vez por ano, no IOF14 cada agregado familiar era suposto ser inquirido em cada um dos quatro trimestres durante a colecta de dados. Contudo, só se realizou o inquérito aos agregados familiares no primeiro, segundo e quarto trimestre. Mais especificamente, a base de dados contém observações para 11.505, 10.368 e 11.315 agregados familiares correspondentes, respectivamente, ao primeiro, segundo e quarto trimestres.

Inquirir os mesmos agregados familiares três ou quatro vezes durante um ano é um método de colecta de dados mais demorado e oneroso, visto que requer múltiplas viagens a cada província. No entanto e à partida, as vantagens duma tal abordagem, no contexto Moçambicano, podem ser significativas. Os preços dos produtos agrícolas, que representam a maioria dos gastos das famílias pobres, tendem demonstrar grande sazonalidade, duplicando, ou mesmo triplicando, no período anterior a uma colheita, face aos verificados no momento imediatamente posterior à colheita anterior. Estas variações de preços, em parte determinadas por flutuações no equilíbrio estrutural entre a oferta e a procura, têm consequências potencialmente importantes para a situação familiar em termos de pobreza.

Entretanto, a recolha de dados de consumo é um exercício complexo, e o incremento no número de agregados familiares inquiridos por trimestre pode aumentar a probabilidade de subestimar

⁵ No que segue os termos “famílias” e “agregados familiares” são usados de forma intercambiável.

o consumo familiar. Pois, como introduzido, as famílias podem ficar cansadas com as entrevistas, podem esquecer o que foi consumido, não lembrar correctamente o valor pago para despesas diárias e anuais, podem não reportar a totalidade do consumo, as quantidades e os preços podem ser reportados em unidades de medida diferentes, e o consumo de alguns dos membros da família pode não ser conhecido ou reportado adequadamente. No que segue vamos evidenciar como a subestimação do consumo de alimentos presente no inquérito de 2014/15 foi mais grave do que no passado, e afectou tanto as áreas urbanas como as rurais.

Ao mesmo tempo, os indicadores usados para analisar outras dimensões da pobreza e bem-estar (pobreza multidimensional) são menos sujeitos a erros de recolha. Eles normalmente compreendem o nível de educação, o acesso a serviços básicos como unidades sanitárias ou escolas primárias, as características habitacionais, a posse de bens duráveis, que são mais fáceis de observar do que o consumo e menos voláteis ao longo do tempo. Como referido, os dois tipos de dados (sobre consumo e sobre outras dimensões de bem-estar) são usados neste relatório. O uso em conjunto ajuda em definir um quadro mais completo do bem-estar do país.

2.2 Definição da pobreza

O conceito de pobreza enquadra-se numa temática mais ampla de bem-estar e refere-se às múltiplas dimensões da vida humana. A definição da privação ou pobreza pode assumir linhas distintas. Num enfoque mais geral, a pobreza existe quando as pessoas não possuem capacidades necessárias para alcançarem um nível adequado de rendimento, de boa saúde e educação, de segurança, de autoconfiança e de liberdade de expressão, entre outros (Sen, 1999).

O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II) representou a evolução de uma visão da pobreza como estritamente monetária (manifestada no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2001-2005, PARPA I) para uma mais holística que define a pobreza como “*a impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso às condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade*”. Neste sentido, o PARPA II estabeleceu metas para a redução da pobreza monetária com enfoque sobre o consumo, principalmente nos componentes de educação e saúde/nutrição, e sobre a posse de bens. Nos anos recentes, o Governo decidiu não produzir outro PARPA, mas preferiu manter os objectivos relacionados com a redução da pobreza e o desenvolvimento inclusivo do País, directamente, no Plano Quinquenal do Governo (PQG).

Embora o PARPA II ofereça uma definição geral de pobreza, não existem medidas quantitativas correspondentes. Um fenómeno multidimensional como a pobreza exige um conjunto de indicadores diverso, que, idealmente, deve evidenciar todas as dimensões relevantes. No entanto, apesar de a pobreza ser multifacetada, apenas um número limitado de dimensões é medido na prática. Para além do mais, as medidas existentes podem ser inadequadas. Nesta avaliação, focámo-nos em duas medidas principais de pobreza: (a) pobreza em termos de consumo (ou simplesmente, “pobreza de consumo”), e (b) pobreza multidimensional, que inclui outras dimensões de bem-estar, como sejam a propriedade de bens duráveis, o acesso a bens e serviços, públicos ou privados, e medidas antropométricas de bem-estar infantil. No que segue começamos com a descrição da pobreza de consumo.

3 Pobreza de consumo

A medição da pobreza de consumo é, relativamente complexa. A secção 7.1 no Apêndice contém uma discussão detalhada da metodologia utilizada (conforme Arndt e Tarp, 2016; Arndt e Simler, 2010). Os métodos utilizados para medir a pobreza de consumo são coerentes com as análises do IAF02 e do IOF08. Em particular, o consumo *per capita* é estimado usando dados sobre compras e autoconsumo. Com o objectivo de tomar em consideração diferenças geográficas no custo de vida, Moçambique é dividido em 13 espaços geográficos (ou domínios espaciais) relativamente homogêneos: Niassa e Cabo Delgado-rural, Niassa e Cabo Delgado-urbano, Nampula-rural, Nampula-urbano, Sofala e Zambézia-rural, Sofala & Zambézia-urbano, Manica e Tete-rural, Manica e Tete-urbano, Gaza e Inhambane-rural, Gaza e Inhambane-urbano, Maputo Província-rural, Maputo Província-urbano, Maputo Cidade. Para cada espaço é estimada uma linha de pobreza, composta por dois componentes: a linha de pobreza alimentar e a linha de pobreza não alimentar. A linha de pobreza alimentar é obtida através da identificação de um cabaz alimentar básico que:

- (i) Reflecte padrões de consumo de famílias pobres dentro do espaço geográfico;
- (ii) Proporciona aproximadamente 2.150 calorias por pessoa por dia;⁶ e
- (iii) Respeita uma série de condições espaciais e temporais de preferências reveladas que garantem a comparabilidade da qualidade dos cabazes⁷ entre os diferentes espaços geográficos⁸ e ao longo do tempo.⁹

Os preços pagos pelas famílias pobres, para cada elemento do cabaz, são então incluídos, de modo a calcular o custo total do cabaz básico, correspondente à linha de pobreza alimentar.

Um método indirecto é usado para calcular a linha de pobreza não alimentar, visto ser muito mais difícil definir e custear um cesto razoável de itens não alimentares consumidos pelos pobres. Consequentemente, o valor médio de consumo alocado a itens não alimentares é calculado para as famílias cujo consumo total *per capita* é próximo da linha de pobreza alimentar (ver a secção 7.1 no Apêndice para detalhes). As famílias cujo consumo total *per capita* é próximo da linha de pobreza alimentar são famílias bastante pobres. Portanto assume-se que o consumo não alimentar que estas famílias têm vai para itens não alimentares essenciais, ou seja este consumo não alimentar é considerado uma alocação orçamental mínima para

⁶ O valor exacto de calorias providas por uma cesta de bens que compõem a linha de pobreza alimentar depende na composição média demográfica do espaço geográfico. Mulheres e crianças necessitam de menos calorias que homens adultos; como tal, os espaços geográficos com maior número de mulheres e crianças relativamente a homens adultos provêm menos calorias. No entanto, em construir a linha de pobreza, não são tidos em conta quaisquer diferenças locais de cultura ou tradição que possam influenciar a natureza ou a distribuição das actividades de trabalho.

⁷ Uma descrição mais detalhada encontra-se em Arndt e Tarp (2016).

⁸ Para quaisquer dois espaços, A e B, a qualidade do cabaz 2014/15 de cada espaço não deve ser manifestamente superior à qualidade do cabaz 2014/15 do outro.

⁹ A qualidade do cabaz de qualquer espaço A em 2014/15 não deve ser manifestamente diferente à qualidade do cabaz do mesmo espaço em 2008/09.

satisfazer as necessidades básicas não alimentares. Portanto este consumo é usado para definir a linha não alimentar de pobreza. Como tal, a linha de pobreza total é obtida como soma da linha de pobreza alimentar e da linha de pobreza não alimentar.

Mantendo a consistência com as anteriores avaliações nacionais de pobreza, construímos medidas de pobreza de consumo baseados na classe de índices de pobreza desenvolvidos por Foster, Greer e Thorbecke (FGT, 1984).¹⁰ Para o caso discreto (não contínuo), com dados representativos ao nível do indivíduo, a expressão genérica para a medida de pobreza FGT é dada por:

$$P_{\alpha} = \frac{1}{n} \sum_{y < z} \left(\frac{z - y}{z} \right)^{\alpha}$$

onde n é o tamanho da população, y é o consumo nominal *per capita* e z é a linha de pobreza. O numerador, $(z - y)$, denomina-se profundidade da pobreza (*poverty gap*). Dividir o numerador pela linha de pobreza, z , faz com que esta versão do índice de pobreza apareça normalizada.

Os índices de pobreza pertencentes à classe FGT são diferenciados pelo parâmetro α . Em seguida, desenvolvemo-los substituindo α por 0, 1 e 2, que respectivamente correspondem às designações comuns de “incidência ou taxa da pobreza” (“*poverty headcount*”), “profundidade da pobreza” (“*poverty gap*”), e “severidade da pobreza” (“*squared poverty gap*”). Estas medidas são descritas de seguida:

- **O índice de incidência da pobreza, P_0** , é a proporção de pessoas pobres, ou seja, cujo consumo (*per capita*) está abaixo da linha de pobreza.¹¹ Este índice também pode ser expresso matematicamente como $P_0 = q / n$, onde q é o número de pessoas pobres e n é a população total de interesse.
- **O índice de profundidade da pobreza, P_1** , mede a distância média entre o consumo e a linha da pobreza como proporção da linha de pobreza para todas as famílias na amostra classificadas como pobres.¹² Esta medida captura alterações na pobreza que o índice de incidência da pobreza não revela. Como exemplo, se, mesmo que a proporção de pobres na população total se mantenha, um aumento dos níveis de consumo dos pobres sugere uma redução da pobreza. O índice de incidência de pobreza não se alterará, falhando enquanto

¹⁰ Nas tabelas da secção 3.2 só serão mostrados os resultados da incidência da pobreza, devido à natureza intuitiva deste indicador. Os resultados relativos à profundidade são mostrados na secção 7.3, enquanto aqueles relativos à severidade da pobreza estão disponíveis mediante solicitação.

¹¹ No que segue o índice de incidência da pobreza vai ser também indicado como taxa de pobreza, ou como *headcount*, e indicado com a letra H .

¹² Matematicamente, esta é a mesma diferença média relativa entre os níveis de consumo dos pobres e a linha de pobreza $(1 - y/z$ com $y < z$) multiplicada pela incidência de pobreza (P_0).

indicador desta melhoria, enquanto o índice de profundidade da pobreza diminuirá, mostrando que, em média, os pobres já não são tão pobres como anteriormente.

- **O índice de severidade da pobreza, P_2** , é a média do quadrado da profundidade (relativa) da pobreza, tomando novamente apenas em consideração as famílias pobres. Como o nome indica, esta mede a severidade da pobreza e toma em atenção as alterações em termos de desigualdade entre os pobres. Por exemplo, se uma transferência é feita de uma pessoa pobre para uma ainda mais pobre, o índice de severidade da pobreza diminuirá pois, dentro do “grupo” dos pobres, os padrões de vida dos mais pobres terão melhorado. Ao invés, esta transferência não causaria mudanças nem no índice de incidência da pobreza nem no da profundidade de pobreza.

3.1 *Pressupostos e limitações da pobreza de consumo*

Antes de passar aos resultados, alguns comentários sobre as fraquezas gerais das medidas de pobreza de consumo são necessários. As fraquezas principais são as seguintes:

- A medida do consumo desenvolvida aplica-se a famílias e não a indivíduos. Não é possível com os dados do IOF estimar o consumo de cada pessoa dentro de uma família. Como tal, ao passo que o consumo da família é conhecido (em princípio), a distribuição desse consumo pelos membros da família não o é. É altamente provável que dentro de algumas famílias que são declaradas como não-pobres na base do consumo familiar *per capita*, alguns membros consumam bastante acima da linha da pobreza enquanto outros consumam abaixo desta, devido a uma distribuição desigual dos recursos na família.
- Enquanto o cabaz médio de consumo das famílias pobres num certo espaço geográfico é relevante para a linha de pobreza associada, o consumo total estimado de uma dada família não faz nenhuma referência à composição do consumo. Se a linha de pobreza é 10 unidades monetárias (u.m.) e a família consome bens e serviços com um valor total superior a 10 (u.m.) *per capita*, então essa família não é considerada pobre. Este pressuposto mantém-se mesmo que a maioria do consumo familiar seja direccionado para bens como tabaco ou álcool ou para entretenimento. A medida apenas se refere à *capacidade* da família em comprar um cabaz de bens considerados razoáveis face às normas sociais dominantes. Se de facto a família decide comprar um cabaz “razoável” não é aqui endereçado.
- O consumo de qualquer serviço público é excluído. A determinação do valor do consumo de serviços públicos como educação, saúde, e infra-estrutura económica não está presente. Esta é uma omissão de relevo no contexto Moçambicano onde, como será mostrado, o crescimento da utilização de serviços públicos tem sido substancial.

Em geral, é importante realçar que, embora o muito progresso realizado, ainda se mantém um debate aceso sobre a medição apropriada da pobreza, nomeadamente ao nível da qualidade dos dados, definições e métodos. Este debate aplica-se tanto à análise de um país específico como a comparações entre países. Com esta abordagem e limitações em mente, podemos prosseguir para os resultados relativos à pobreza de consumo.

3.2 Resultados

Esta secção está dividida em três subsecções:

- i) Resultados da pobreza de consumo aplicando a metodologia usada nos IAF/IOF anteriores (ou metodologia “original”) (secção 3.2.1);
- ii) Resultados da pobreza de consumo aplicando uma metodologia melhorada, desenvolvida em anos recentes e padronizada pela UNU-WIDER para aplicação a países e bases de dados diferentes (secção 3.2.2); e
- iii) Resultados da pobreza de consumo corrigidos pela subestimação do consumo (secção 3.2.3).

3.2.1 Resultados da pobreza de consumo aplicando a metodologia original

Apresentamos nesta secção as estimativas da pobreza de consumo obtidas através da metodologia aplicada aos dados dos IAF/IOF anteriores, ou metodologia “original”. Esta metodologia foi o resultado de várias decisões tomadas ao longo do tempo, que representaram um meio-termo entre o objectivo de manter a coerência entre os diferentes inquéritos e a vontade de aplicar as práticas melhores e mais actualizadas da análise da pobreza de consumo. Os resultados desta abordagem para o IOF14 são aqui apresentados de forma resumida para comparação com os números expostos na Primeira, Segunda e Terceira Avaliações da Pobreza.

Os resultados são apresentados a nível nacional e em diferentes níveis de desagregação (rural/urbano, norte, centro e sul, e províncias). Estes resultados são também comparados com os resultados de avaliações de pobreza anteriores. Como mostra a Tabela 3-1, o índice de incidência da pobreza relativo ao mais recente inquérito às famílias (IOF14) foi de 49.2%.

No IAF96 este índice foi de 69.4%, enquanto no IAF02 e no IOF08 as taxas de pobreza de consumo estagnaram à volta de 54-55%. Por conseguinte, o decréscimo da taxa de pobreza foi aproximadamente de cinco pontos percentuais comparado com o último IOF, e de vinte pontos percentuais comparado com o inquérito mais antigo.

Tanto as áreas rurais como as urbanas contribuíram para a redução da pobreza no período entre 1996/97 e 2014/15 e também no período mais recente (2008/09 a 2014/15). Como evidenciado na Tabela 3-1, as diferenças são significativas a nível regional: entre 2008/09 e 2014/15, a pobreza cresceu 13 pontos percentuais na zona norte, enquanto decresceu 11 pontos na zona centro e 20 pontos percentuais na zona sul.

Evoluções ainda mais dissemelhantes são encontradas a nível provincial, onde as maiores reduções em taxas de pobreza encontram-se em Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade. As províncias da zona centro também mostram reduções substanciais, à volta de dez pontos percentuais. Ao invés, as três províncias do norte destacam-se como as províncias com os maiores aumentos nos índices de incidência da pobreza desde 2008/09.

Tabela 3-1: Incidência da Pobreza (medida P_0) usando a metodologia “original” (%)

Área	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	69,4	54,1	54,7	49,2
Urbano	62,0	51,5	49,6	40,7
Rural	71,3	55,3	56,9	53,1
Norte	66,3	55,3	46,5	59,6
Centro	73,8	45,5	59,7	48,0
Sul	65,8	66,5	56,9	36,2
Niassa	70,6	52,1	31,9	65,3
Cabo Delgado	57,4	63,2	37,4	50,0
Nampula	68,9	52,6	54,7	61,4
Zambézia	68,1	44,6	70,5	60,0
Tete	82,3	59,8	42,0	31,9
Manica	62,6	43,6	55,1	40,9
Sofala	87,9	36,1	58,0	45,9
Inhambane	82,6	80,7	57,9	50,8
Gaza	64,7	60,1	62,5	49,1
Maputo Província	65,6	69,3	67,5	26,1
Maputo Cidade	47,8	53,6	36,2	17,4

Nota: Percentagem de pessoas pobres sobre o total da população para diferentes áreas e para todos os IAF/IOF. As percentagens apresentadas são obtidas usando a metodologia aplicada aos dados dos IAF/IOF anteriores, ou metodologia “original”.

Como explicado na Terceira Avaliação da Pobreza, as grandes variações observadas nas taxas de pobreza provinciais podem depender de vários factores, com as mudanças na produção agrícola, nos preços dos bens alimentares, na existência de oportunidades de rendimento fora da agricultura, os quais não são estáveis ao longo do tempo e podem ter uma influência grande nas taxas de pobreza. Além disso, pelo menos duas fontes importantes de erro não-amostal foram identificadas como importantes: i) o impacto das despesas fora de casa, que têm o potencial de serem particularmente difíceis de captar; e ii) o impacto da subestimação do consumo. Estes dois factores são discutidos em mais detalhes mais à frente. Finalmente, as modificações do desenho da amostra e do questionário ocorridas entre 2002/03, 2008/09 e 2014/15 podem ter tido algum impacto relevante.

3.2.2 Resultados da pobreza de consumo aplicando a metodologia PLEASE

A medição apropriada da pobreza continua sendo um tópico de intenso debate e ao longo do tempo têm sido exercidos esforços para desenvolver, melhorar e padronizar os procedimentos de estimativa da pobreza de consumo. Como acima descrito, o objectivo de manter a coerência entre os inquéritos mais recentes e os anteriores pode implicar que as escolhas anteriores sejam adoptadas em análises subsequentes. Porém, ao mesmo tempo, reconhece-se que a prática da análise da pobreza de consumo não é estática, evoluindo (e muitas vezes melhorando) com o tempo, podendo surgir uma tensão natural entre o desejo de seguir as práticas melhores e mais actualizadas e o desejo de manter a consistência com as análises anteriores.

Com base na abordagem utilizada para medir a pobreza de consumo em Moçambique em 2002/03 e 2008/09, em anos recentes a UNU-WIDER criou o Software Analítico para Estimção das Linhas de Pobreza (*Poverty Line Estimation Analytic Software*, PLEASE), uma ferramenta nova e melhorada que pode ser adaptada a vários conjuntos de dados e a muitos países diferentes (Arndt e Tarp, 2016). A partir da análise da pobreza do consumo com base no IOF14, esta será a abordagem adoptada.

Nesta secção apresentamos as estimativas da pobreza de consumo revistas para todos os IAF/IOF usando a codificação padronizada do *software* PLEASE.¹³ As estimativas obtidas através do *software* PLEASE são qualitativamente muito semelhantes aos resultados apresentados nas avaliações nacionais da pobreza passadas (Tabela 3-2). Estes resultados eram de se esperar, dado que tanto a metodologia PLEASE como a metodologia anterior:

- i) Adoptam a abordagem do custo das necessidades básicas;
- ii) Ambas metodologias preservam a divisão do país em 13 domínios espaciais desenvolvida em 1996/97;
- iii) Ambas usam uma abordagem iterativa para chegar às linhas de pobreza iniciais; e
- iv) Estas linhas de pobreza são ajustadas para satisfazer as condições de preferências reveladas, usando a abordagem básica aplicada por Arndt e Simler (2010).¹⁴

As principais diferenças vêm de:

- i) Um número mais amplo de bens alimentares usados na criação do índice temporal de preços
- ii) Um método revisado de estimação de informação de preços que faltam
- iii) A forma de tratar Maputo, Província e Cidade, nas condições de preferências reveladas.¹⁵

Os resultados principais mantêm-se qualitativamente inalterados usando as duas abordagens: (i) a nível nacional, uma queda substancial da pobreza ocorreu entre 1996/97 e 2002/03; (ii) entre 2002/03 e 2008/09 ambas abordagens mostram que a taxa da pobreza se estabilizou e mostram essencialmente uma estagnação nas taxas de pobreza a nível nacional; (iii) a pobreza decresceu entre 2008/09 e 2014/15; (iv) ao nível provincial, os níveis de pobreza e as tendências também são muito semelhantes embora que os níveis de pobreza sejam geralmente mais baixos em Maputo, província e cidade, por causa do novo tratamento de Maputo. Em geral, a tendência

¹³ Não temos a pretensão de classificar, a codificação PLEASE como “melhor prática”, e certamente não em todos os casos. Porém, os padrões não são manifestamente inapropriados para Moçambique e servem como um ponto de referência conveniente. Adicionalmente, o fluxo completo da codificação só é aplicável para os dados de 2002/03, 2008/09 e 2014/15.

¹⁴ Ver a secção 7.1 no Apêndice para detalhes sobre a aplicação da metodologia do Custo das Necessidades Básicas ao caso Moçambicano.

¹⁵ Em 2002/03 e em 2008/09 os três domínios espaciais de Maputo Província urbano, Maputo Província rural e Maputo Cidade receberam um tratamento diferente comparado com os demais domínios espaciais. Para detalhes ver a secção 7.1 no Apêndice.

que resulta das estimativas PLEASe é a mesma, mas com níveis ligeiramente mais baixos para o IAF02, o IOF08 e o IOF14.

Também neste caso, os resultados são apresentados para todos os anos a nível nacional e em diferentes níveis de desagregação (rural/urbano, norte, centro e sul, e províncias). Na Tabela 3-2 pode-se ver que o índice de incidência da pobreza calculado usando a nova abordagem PLEASe é de 46.1% para 2014/15. No IAF96 este índice foi essencialmente o mesmo que resultou da análise usando a metodologia original, 69-70%, e pode-se notar que as taxas de pobreza de consumo entre o IAF02 e o IOF08 estagnaram, mas a um nível ligeiramente mais baixo do que na análise original, cerca de 52-53%. O decréscimo da taxa de pobreza entre 2008/09 e 2014/15 foi portanto mais de cinco pontos percentuais, confirmando as diferenças observadas na análise “original”. Comparando o último IOF com o mais antigo, observa-se que a diferença nas taxas de pobreza a nível nacional foi de quase vinte e cinco pontos percentuais.

A redução da pobreza no período entre 1996/97 e 2014/15 foi substancial tanto nas áreas rurais como nas urbanas, mas a redução foi mais acentuada nas áreas urbanas entre 2008/09 e 2014/15. A nível regional, evidencia-se que o norte piorou a própria situação em termos de taxa de pobreza de consumo, passando de 45 para 55 por cento, em quanto o decréscimo das taxas de pobreza no centro e no sul foi respectivamente de 10 e 18 pontos percentuais. Entre 2008/09 e 2014/15 a pobreza reduziu em todas as províncias do centro e do sul, particularmente em Maputo Província e Maputo Cidade, enquanto as taxas de pobreza estagnaram ou cresceram nas três províncias do norte.

Tabela 3-2: Incidência da Pobreza (medida P_0) usando a metodologia PLEASe (%)

Área	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	69,7	52,8	51,7	46,1
Urbano	61,8	48,2	46,8	37,4
Rural	71,8	55,0	53,8	50,1
Norte	67,3	51,9	45,1	55,1
Centro	74,1	49,2	57,0	46,2
Sul	65,5	59,9	51,2	32,8
Niassa	71,9	48,3	33,0	60,6
Cabo Delgado	59,1	60,3	39,0	44,8
Nampula	69,4	49,1	51,4	57,1
Zambézia	67,6	49,7	67,2	56,5
Tete	81,9	60,5	41,0	31,8
Manica	62,4	44,7	52,8	41,0
Sofala	87,8	41,3	54,4	44,2
Inhambane	83,0	78,1	54,6	48,6
Gaza	64,8	55,4	61,0	51,2
Maputo Província	65,6	59,0	55,9	18,9
Maputo Cidade	47,1	42,9	29,9	11,6

Nota: Percentagem de pessoas pobres sobre o total da população para diferentes áreas e para todos os IAF/IOF. As percentagens apresentadas são obtidas usando a metodologia revista, ou metodologia PLEASe. A partir da análise da pobreza do consumo com base no IOF14, esta será a metodologia adoptada para avaliar pobreza no país.

A evolução das províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula, em contratendência com o resto das províncias do país, pode ser justificada por uma série de elementos tanto técnicos como reais. As províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula estão entre as províncias que tiveram uma maior redução no nível de consumo calórico entre 2008/09 e 2014/15. Como será exposto em mais detalhe nos próximos parágrafos, nestas três províncias o nível mediano do consumo calórico caiu desde um nível baixo mas aceitável em 2008/09 para um nível implausivelmente baixo em 2014/15 (Tabela 3-4). É provável que a subestimação do consumo calórico encontrada em muitas áreas do país seja mais grave nestas três províncias. Ao mesmo tempo, não ignoramos a possibilidade de queda do consumo, em particular no II trimestre do IOF14.¹⁶ Isto pode ser devido a várias razões, entre as quais é preciso mencionar as cheias que afectaram as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula, para além da Zambézia.¹⁷ Isso reflecte-se em altas taxas de pobreza no II trimestre.

Houve danos nas infraestruturas eléctricas que deixaram as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula sem energia por três meses. Em Nampula especificamente foram destruídos cerca de 34 pontes e 24 estradas foram afectadas.¹⁸ Em Nampula e Niassa 3,476 casas foram destruídas, 443 salas de aulas e 5 centros de saúde foram afectados. É importante lembrar que no dia 12 de Janeiro 2015 o Conselho de Ministros decretou o estado de alerta vermelha para as regiões centro e norte do país. De acordo com o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar e seus parceiros, a perda da colheita afectou pelo menos 65.000 hectares de culturas, e dados do Ministério da Agricultura mostram que as culturas mais afectadas foram arroz, milho, feijões, vegetais e mandioca. Para muitas famílias a colheita foi perdida por completo.¹⁹

Ao mesmo tempo as nossas estimativas apresentadas na secção 4 mostram que o bem-estar multidimensional melhorou, mas isto pode ser porque a maioria dos dados usados para medir o bem-estar multidimensional foram apenas colhidos no primeiro trimestre do IOF14. Contudo, isto pode indicar que a queda do consumo nestas províncias foi temporária.

É também preciso salientar nesta secção que as estimativas das taxas de pobreza são sensíveis a mudanças, embora pequenas, das linhas de pobreza calculadas em cada domínio espacial.

¹⁶ Ver a Tabela 7-4 apresentada no Apêndice. Parece que em muitas províncias a taxa de pobreza é maior no segundo trimestre do IOF14 comparado com os outros trimestres. As diferenças para as três províncias da zona norte são substanciais.

¹⁷ Enquanto que na Zambézia não foi possível voltar a inquirir muitas das pessoas afectadas pela cheia porque mudaram de residência, não temos o mesmo problema para Niassa, Cabo Delgado e Nampula, onde muitas das pessoas afectadas pela cheia foram inquiridas também no segundo trimestre. É possível que essas pessoas contribuíram para o pior desempenho destas províncias principalmente no II trimestre do IOF.

¹⁸ UNRCO Situation Report, Mozambique: Flooding, Office of the Resident Coordinator, Situation Report No. 6, 24 Abril 2015.

¹⁹ Humanitarian Country Team, Mozambique floods 2015 Response and recovery proposal, Maputo, 5 Fevereiro 2015.

Um aumento ou uma redução nas linhas de pobreza de 5, 10 ou 20 por cento pode causar mudanças muito acentuadas nas taxas de pobreza.

Uma análise muito simples da sensibilidade das taxas de pobreza a variações nas linhas de pobreza é apresentada na Tabela 3-3. Um aumento de 5 por cento nas linhas de pobreza traduz-se num aumento na taxa de pobreza a nível nacional igual a 3 pontos percentuais. Pelo contrário, uma redução do mesmo tamanho daria como resultado uma taxa de pobreza inferior (43 por cento). As variações derivantes de alterações para cima ou para abaixo nas linhas de pobreza de 5, 10 e 20 por cento são também apresentadas na Tabela 3-3.

Tabela 3-3: Sensibilidade das taxas de pobreza a variações nas linhas de pobreza, IOF14 (%)

Variação	Taxa de Pobreza
-20	33,1
-10	39,7
-5	42,9
0	46,1
5	49,0
10	51,7
20	57,2

Nota: A tabela apresenta as taxas de pobreza obtidas com a abordagem PLEASE derivantes de variações aplicadas às linhas de pobreza. Aumentos ou reduções nas linhas de pobreza de 5, 10 ou 20 por cento podem causar mudanças muito acentuadas nas taxas de pobreza.

3.2.3 Resultados da pobreza de consumo com ajustamentos

Como evidenciado várias vezes ao longo deste relatório, o problema da subestimação do consumo calórico para o IOF14 foi reconhecido como sendo mais grave do que nos inquéritos passados. Por conseguinte, dada a dimensão do problema, foi tomada a decisão de aplicar uma estratégia para corrigir, de forma cautelosa, os casos mais extremos de sub-registo de calorias. Os resultados apresentados no que segue incorporam os efeitos das estratégias de correcção aplicadas aos dados de consumo calórico do IOF14.

3.2.3.1 Problemas encontrados com os dados do IOF14 e estratégias para corrigir a subestimação do consumo

Como introduzido nas secções anteriores, a subestimação do consumo em termos de calorias foi evidenciada como sendo uma questão problemática já no IAF02 e no IOF08.²⁰ Porém as análises mostraram que a subestimação do consumo de alimentos presente no IOF14 foi pior, e afectou tanto as áreas urbanas como as rurais. Tanto no IAF02 como no IOF08 notou-se um grau de subestimação do consumo de calorias, sobre tudo no sul urbano. Isto é provavelmente devido à existência de dietas mais diversificadas nessas zonas e maior consumo alimentar feito fora de casa, o que por sua vez está associado a um maior rendimento disponível, assim como

²⁰ Não existe grande evidência de subestimação em 1996/97.

a uma maior variedade de alimentos disponíveis no mercado. Estes factores aumentam a probabilidade de erro não-amstral no consumo alimentar reportado pelas famílias inquiridas.

A recolha de dados detalhados do consumo alimentar de cada família é baseada nas descrições dos membros da família e não na observação directa, e a informação diária é colectada relativamente às quantidades de bens alimentares comprados para consumo futuro ou provenientes da produção própria. Além disso, é preciso realçar que as calorias não são reportadas directamente nos inquéritos mas são estimadas a partir das quantidades de consumo alimentar reportadas, e as estimativas de consumo calórico não são feitas com o objectivo de estimar a pobreza.

De toda forma, é de esperar uma correspondência entre calorias consumidas e medidas de pobreza, ou alternativamente temos a expectativa de que os não-pobres consomem pelo menos um número mínimo razoável de calorias. Consequentemente, as estimativas do consumo calórico podem ser vistas como uma verificação da consistência das taxas de pobreza estimadas. Uma grande diferença entre as duas pode indicar uma falha na captação do consumo alimentar real da família. A Tabela 3-4 a seguir reporta a mediana do consumo calórico diário *per capita* a nível nacional, urbano/rural, regional e para cada província em 2002/03, 2008/09 e 2014/15.

Tabela 3-4: Consumo calórico mediano *per capita*

Área	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	1.526	1.448	1.259
Urbano	1.109	1.167	814
Rural	1.684	1.575	1.489
Norte	1.703	1.730	1.373
Centro	1.732	1.480	1.431
Sul	940	1.044	852
Niassa	1.833	1.746	1.359
Cabo Delgado	1.608	1.820	1.296
Nampula	1.771	1.674	1.405
Zambézia	1.910	1.535	1.421
Tete	1.342	1.628	1.697
Manica	1.707	1.583	1.632
Sofala	1.610	896	894
Inhambane	1.213	1.540	1.251
Gaza	1.001	840	687
Maputo Província	775	891	764
Maputo Cidade	768	1.016	755

Nota: As calorias estimadas não incluem as despesas fora de casa e as receitas em espécie. As calorias derivantes de receitas em espécie podem ser calculadas só para 2002/03, mas não são incluídas nesta tabela para manter a consistência com os anos seguintes. O requisito mínimo diário de energia (MDER) estimado pela FAO para Moçambique, que representa o limiar calórico para a determinação da subnutrição, é de 1.800 calorias por pessoa por dia (FAO Statistics Division, 2010).

Os níveis calóricos nos inquéritos anteriores indicam uma tendência de sub-registo do consumo de alimentos, especialmente nas áreas urbanas da região sul. Como salientado, no IOF14 o sub-registo é um problema também nas zonas rurais. É evidente que o problema do sub-registo de calorias piorou na maioria das áreas e se tornou mais generalizado.

A FAO estima um requisito mínimo diário de energia (MDER) para Moçambique de 1.800 calorias por pessoa por dia (FAO Statistics Division, 2010), onde este valor representa o limiar para a determinação da subnutrição. Em nenhuma das áreas analisadas o consumo excede esse valor; o consumo mediano urbano é menos da metade do MDER e é particularmente baixo nas províncias do sul.

Seguem-se algumas observações relativas ao baixo nível de consumo de calorias verificado:

- *Refeições fora de casa*: Estimar o teor calórico das refeições fora de casa é problemático porque as quantidades não são reportadas para esses itens e o conteúdo calórico para as categorias gerais, tais como refeições feitas em restaurantes, é difícil de determinar. A proporção média das despesas familiares em refeições fora de casa é significativamente maior nas áreas urbanas, onde o sub-registo de calorias é mais grave.²¹ Ainda assim, mesmo imputando o consumo calórico das refeições fora de casa quase todas as áreas permanecem abaixo do MDER de 1.800 calorias. Isso sugere que a falta de informação calórica para as refeições fora de casa não pode ser a única causa de sub-registo de calorias.
- *Calorias e dimensão do agregado*: Existe uma correlação muito fraca entre o tamanho do agregado familiar e o consumo calórico total do agregado familiar, o que indica que o consumo de alimentos pode ser mais propenso a ser subnotificado em agregados familiares maiores. Esta possibilidade é suportada ainda mais pela correlação negativa que existe entre o tamanho do agregado familiar e o consumo de calorias *per capita*.
- *Calorias por categoria de alimentos*: O IOF14 contém uma descrição verbal dos pequenos-almoços, almoços e jantares consumidos por cada agregado familiar. Este conjunto de dados permite identificar mais especificamente o sub-registo de alimentos, através da comparação dos alimentos descritos nas refeições com os alimentos registrados nas bases de dados do autoconsumo e das despesas diárias.
- *Agregados familiares com consumo de alimentos igual a zero*: O inquérito contém 951 agregados familiares com consumo de alimentos igual a zero. Isto é muito estranho dado que por exemplo no IOF08 não houve famílias com consumo de alimentos igual a zero; e no IAF02 havia dez famílias com consumo de alimentos igual a zero.

²¹ Na Cidade de Maputo, as refeições fora de casa correspondem a 32 por cento das despesas alimentares (observadas) das famílias.

- *Aumentos na despesa real em bens não alimentares, coexistindo com uma despesa alimentar estacionária ou decrescente:* Como indicado nas Figuras 7-1 e 7-2, o crescimento da despesa não alimentar ocorreu a um ritmo superior ao crescimento da despesa alimentar real, entre 2008/09 e 2014/15. Existem provas evidentes, apresentadas na Terceira Avaliação de Pobreza, de elevados preços dos bens alimentares que contraíram o consumo alimentar em 2008/09. Análise subsequente estabeleceu uma relação causal entre a elevada inflação dos preços dos produtos alimentares e o aumento da subnutrição infantil (Arndt, Hussain, Salvucci e Østerdal, 2016). Devido às pressões no consumo alimentar em 2008/09, é muito improvável que o consumo não-alimentar tenha incrementado substancialmente enquanto o consumo alimentar se mantinha estável ou mesmo declinado.

Esta constelação de evidências aponta para uma elevada probabilidade de que os problemas de subestimação do consumo tenham-se tornado mais severos entre o inquérito de 2008/09 e o de 2014/15.

A Tabela 3-5 a seguir apresenta a percentagem de agregados familiares que reportam ter consumido uma determinada categoria de alimentos no ficheiro das refeições, mas não reportam essa categoria no autoconsumo ou nas despesas diárias.

O exemplo mais extremo ocorre na Cidade de Maputo, onde apenas 21 por cento das famílias que declararam ter consumido milho ou arroz numa refeição também reportam ter consumido como autoconsumo, ou reportam ter comprado milho ou arroz. Em geral, o padrão recalca o padrão da subestimação de calorias nos diferentes domínios espaciais, com as maiores percentagens de itens não reportados ocorrendo nas regiões do sul, em particular na Província e na Cidade de Maputo. Este consumo não declarado é mais grave para o arroz e o milho e menos prevalente para alimentos frescos.²²

3.2.3.2 *Estratégia para correcção da subestimação do consumo*

Dada a dimensão do problema e a evidência apresentada sobre sub-registo de calorias, foi tomada a decisão de aplicar uma estratégia para corrigir, de forma cautelosa, os casos mais extremos de subestimação do consumo. Esta estratégia baseia-se nas descrições verbais dos pequenos-almoços, almoços e jantares consumidos por cada agregado familiar. Como acima descrito, temos evidência de agregados familiares que reportam ter comido uma determinada categoria de alimentos no ficheiro das refeições, mas não reportam essa categoria no autoconsumo ou nas despesas diárias.

²² Uma possível explicação é que muitas vezes o arroz e o milho são comprados em grandes quantidades e pouco frequentemente no mês e, portanto, não seria de esperar que todos os agregados familiares reportem ter comprado milho ou arroz nas despesas diárias. No entanto, a dimensão do problema do consumo não declarado parece exceder este efeito esperado para despesas com itens comprados em granel.

No âmbito da estratégia de correcção atribuímos a estes agregados familiares uma quantidade daqueles alimentos que foram consumidos mas não foram reportados. A quantidade é determinada a partir da mediana da quantidade consumida por pessoa por dia por cada categoria de alimentos em cada domínio espacial. Para ser ainda mais cautelosos, a quantidade que será imputada por cada categoria de alimentos é equivalente à metade da quantidade mediana, aqui interpretada como uma pequena porção.²³

Para atribuir o valor do consumo correspondente, também calculamos os preços dos alimentos não reportados usando a mediana dos preços de cada categoria de alimentos em cada domínio espacial. Desta forma é possível corrigir a subestimação do consumo com base nas informações contidas no inquérito 2014/15 e só usando as declarações dos agregados familiares.

Uma vez que os agregados familiares são visitados pelos inquiridores durante uma semana, as descrições das refeições estão disponíveis por um período de sete dias. Assim podemos conseguir informações sobre o número de dias e também sobre o número de refeições em que os agregados familiares consumiram uma determinada categoria de alimentos.

²³ Informação quanto ao número de refeições consumidas por dia não foi, por enquanto, libertada pelo INE, no que respeita o IOF 2014/15. De acordo com anteriores inquéritos ao orçamento familiar, uma família vivendo perto do limiar de pobreza consome aproximadamente duas refeições diárias. Este racional é usado como suporte à divisão por dois no cálculo da pequena porção.

Tabela 3-5: Percentagem de agregados familiares reportando consumir uma determinada categoria de alimentos no ficheiro das refeições, mas não reportando essa categoria no autoconsumo ou nas despesas diárias (%)

Área	Arroz	Milho	Batata	Amendoim	Feijões	Cereais	Mandioca	Carnes	Vegetais
Nacional	48	39	38	14	17	10	11	6	1
Niassa	32	21	27	10	8	7	20	5	3
Cabo Delgado	27	21	32	2	10	6	12	5	1
Nampula	32	47	41	6	9	4	6	4	1
Zambézia	16	36	22	14	8	41	10	3	2
Tete	63	23	35	9	18	6	34	6	1
Manica	63	26	29	4	17	6	14	6	0
Sofala	55	47	38	5	16	5	25	3	0
Inhambane	68	49	62	26	35	8	7	14	0
Gaza	73	56	78	69	40	6	16	15	1
Maputo Província	79	58	66	27	40	1	24	11	1
Maputo Cidade	79	79	64	33	39	1	47	11	1

Nota: O IOF14 contém uma descrição verbal dos pequenos-almoços, almoços e jantares consumidos por cada agregado familiar (ficheiro das refeições). Este conjunto de dados permite identificar mais especificamente o sub-registo de alimentos, através da comparação dos alimentos descritos no ficheiro das refeições com os alimentos registrados nas bases de dados do autoconsumo e das despesas diárias.

Por conseguinte podemos atribuir aos agregados familiares que reportam ter comido uma determinada categoria de alimentos no ficheiro das refeições, mas não reportam essa categoria no autoconsumo ou nas despesas diárias:

- i) Uma quantidade por cada semana;
- ii) Uma quantidade por cada dia; e
- iii) Uma quantidade por cada refeição em que aquela categoria de alimentos foi consumida.

A imputação do consumo será claramente maior quando aplicarmos as escolhas (ii) e (iii) do que no caso (i).

As estimativas do consumo calórico para o IOF14 resultantes das diferentes estratégias de correcção de subestimação são apresentadas na Tabela 3-6.

Tabela 3-6: Consumo calórico mediano *per capita*, ajustado pela subestimação do consumo, IOF 2014/15.

Área	IOF14		IOF14	
	Não ajustado	Um ajuste por semana	Um ajuste por dia	Um ajuste por refeição
Nacional	1.259	1.336	1.638	1.711
Urbano	814	953	1.419	1.533
Rural	1.489	1.540	1.765	1.805
Norte	1.373	1.415	1.564	1.666
Centro	1.431	1.500	1.890	1.941
Sul	852	973	1.375	1.448
Niassa	1.359	1.390	1.542	1.561
Cabo Delgado	1.296	1.333	1.457	1.486
Nampula	1.405	1.453	1.604	1.758
Zambézia	1.421	1.489	1.816	1.846
Tete	1.697	1.766	2.110	2.117
Manica	1.632	1.703	2.261	2.286
Sofala	894	1.006	1.608	1.720
Inhambane	1.251	1.376	1.614	1.639
Gaza	687	838	1.307	1.590
Maputo Província	764	903	1.334	1.342
Maputo Cidade	755	859	1.258	1.262

Nota: Temos evidência de agregados familiares que reportam ter comido uma determinada categoria de alimentos no ficheiro das refeições, mas não reportam essa categoria no autoconsumo ou nas despesas diárias (Tabela 3-5). No âmbito da estratégia de correcção atribuímos a estes agregados familiares à metade da quantidade mediana consumida por cada categoria de alimentos em cada domínio espacial. Na segunda, terceira e quarta colunas atribuímos aos agregados familiares que reportam ter comido uma determinada categoria de alimentos no ficheiro das refeições, mas não reportam essa categoria no autoconsumo ou nas despesas diárias: uma quantidade por cada semana (segunda coluna); uma quantidade por cada dia (terceira coluna); uma quantidade por cada refeição em que aquela categoria de alimentos foi consumida (quarta coluna). Os resultados são comparados com o consumo calórico não ajustado (primeira coluna). O requisito mínimo diário de energia (MDER) estimado pela FAO para Moçambique é de 1.800 calorias por pessoa por dia (FAO Statistics Division, 2010).

Pode-se ver que o consumo calórico mediano *per capita* a nível nacional chega quase a atingir o MDER de 1.800 calorias só no caso do ajuste maior (Tabela 3-6, última coluna). Notavelmente, os valores de calorias na tabela subestimam o total consumo calórico porque, como na Tabela 3-4, as calorias derivadas de refeições adquiridas/consumidas fora de casa (ex. em restaurantes) e de ofertas em espécie não estão incluídas.²⁴

Depois de imputar as quantidades calóricas, deve-se proceder a imputar o valor do consumo correspondente a estas quantidades. Isso é feito multiplicando as quantidades imputadas vezes o respectivo preço, onde os preços dos alimentos não reportados correspondem à mediana dos preços de cada categoria de alimentos em cada domínio espacial. Os resultados das taxas de pobreza relativos aos diferentes ajustes são mostrados na Tabela 3-7.

Tabela 3-7: Incidência da Pobreza (medida P_0) usando a metodologia PLEASE e corrigindo pela subestimação do consumo, IOF 2014/15.

Área	IOF14			
	Não ajustado	Um ajuste por semana	Um ajuste por dia	Um ajuste por refeição
Nacional	46,1	44,9	41,9	40,9
Urbano	37,4	36,3	33,0	31,6
Rural	50,1	48,9	46,0	45,2
Norte	55,1	54,1	52,2	51,4
Centro	46,2	44,7	40,5	39,5
Sul	32,8	31,9	29,2	28,2
Niassa	60,6	59,6	58,0	57,8
Cabo Delgado	44,8	44,1	42,7	42,4
Nampula	57,1	56,2	54,0	52,7
Zambézia	56,5	54,9	51,1	50,7
Tete	31,8	30,2	25,8	25,2
Manica	41,0	39,6	34,8	32,6
Sofala	44,2	43,0	39,1	37,2
Inhambane	48,6	47,5	45,5	44,9
Gaza	51,2	50,3	45,5	42,2
Maputo Província	18,9	17,9	16,1	15,9
Maputo Cidade	11,6	10,8	8,6	8,6

Nota: Percentagem de pessoas pobres sobre o total da população para diferentes áreas, IOF 2014/15. As percentagens apresentadas são obtidas usando a metodologia revista, ou metodologia PLEASE e aplicando as estratégias de correcção da subestimação explicadas na presente secção. No âmbito das estratégias de correcção atribuímos aos agregados familiares que reportam ter comido uma determinada categoria de alimentos no ficheiro das refeições mas não reportam essa categoria no autoconsumo ou nas despesas diárias à metade da quantidade mediana consumida por cada categoria de alimentos em cada domínio espacial. Na segunda, terceira e quarta colunas da tabela atribuímos a estes agregados familiares: uma quantidade por cada semana (segunda coluna); uma quantidade por cada dia (terceira coluna); uma quantidade por cada refeição em que aquela categoria de alimentos foi consumida (quarta coluna). Depois de imputar as quantidades, deve-se proceder a imputar o valor do consumo correspondente a estas quantidades. Isso é feito multiplicando as quantidades imputadas vezes o

²⁴ Estimativas aproximadas do conteúdo calórico de refeições adquiridas fora de casa e ofertas em espécie são possíveis assumindo um custo fixo por caloria e aplicando o mesmo ao valor gasto nas refeições ou ao valor das ofertas. Este cálculo aumenta as estimativas de consumo calórico, em particular nas áreas urbanas do sul, onde a aquisição de refeições fora de casa tem maior prevalência (conforme Tabela 7-1).

respectivo preço, onde os preços dos alimentos não reportados correspondem à mediana dos preços de cada categoria de alimentos em cada domínio espacial. Na base do consumo total obtido a partir destas estratégias de correcção são estimadas as taxas de pobreza aqui apresentadas. Os resultados são comparados com as taxas de pobreza não ajustadas (primeira coluna).

Como as estratégias de imputação do consumo exigem muito cuidado na sua aplicação, a primeira coluna da Tabela 3-7 apresenta novamente os resultados da incidência da pobreza não ajustados pela subestimação do consumo, enquanto na segunda, terceira e quarta colunas são mostrados os resultados relativos às diferentes estratégias de correcção.

Como esperado, nas últimas duas colunas as taxas de pobreza estimadas são significativamente mais baixas do que nas primeiras colunas. Estas colunas só são apresentadas para comparar as diferentes possibilidades de ajustamento da subestimação. Em geral é de salientar que os resultados na Tabela 3-7 são qualitativamente semelhantes aos apresentados anteriormente, mas as taxas de pobreza são agora mais baixas, devido à correcção da subestimação do consumo aplicada. As áreas onde as taxas de pobreza são mais diferentes relativamente às apresentadas na coluna “não ajustado” são as áreas onde mais grave foi o sub-registo de calorias.

Antes de prosseguir para a próxima secção, alguns comentários são necessários neste ponto. As tabelas 3-1 e 3-2 reflectem comparações ao longo do tempo usando os dados oficiais fornecidos pelo INE. A Tabela 3-7 apresenta resultados que incluem a correcção da subestimação do consumo em 2014/15. Esta correcção foi executada usando a melhor informação extraída do IOF 2014/15. No entanto, não existe informação equivalente para 2002/03 e 2008/09. Deste modo, não é possível aplicar este método de modo consistente ao longo de todos os anos em que a subestimação é aparente. Como tal, apesar de considerável evidência de subestimação em 2002/03 e 2008/09, não se calcularam estimativas de taxa de pobreza com correcção da subestimação para estes anos, nesta Quarta Avaliação.

Em consequência, os resultados corrigidos apresentados na Tabela 3-7 não são comparáveis com aqueles que são apresentados na Tabela 3-2 para os anos 2002/03 e 2008/09; no entanto, eles são razoavelmente comparáveis com os resultados na Tabela 3-2 para 1996/97, uma vez que a evidência de subestimação nesse ano é relativamente fraca. Acresce que o ponto de partida para o Objectivo do Milénio de redução da pobreza para metade foi definido de modo algo arbitrário nos 80 por cento tendo em conta as hostilidades que se verificavam e as limitações na recolha de dados em 1990 a elas associadas. Tendo presente a taxa de pobreza calculada em 1996/97 (aproximadamente 70 por cento), a linha de partida de 80 por cento de taxa de pobreza em 1990 parece defensável, colocando o objectivo para 2015 nos 40 por cento. As estimativas pontuais na Tabela 3-7, particularmente a coluna final, sugerem que Moçambique ficou bastante perto de alcançar este objectivo.

3.2.4 Resultados adicionais sobre pobreza de consumo

Nesta secção mostramos alguns resultados adicionais relativos à pobreza de consumo que suportam a conclusão que esta baixou de forma relevante entre o período 2002/03-2008/09 e o último IOF. A primeira tabela apresentada mostra a proporção do consumo alimentar sobre o total do consumo para diferentes áreas (Tabela 3-8).

Tabela 3-8: Proporção do consumo alimentar sobre o total do consumo (*food share*), IAF02, IOF08 e IOF14 (%)

Área	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	61	63	56
Urbano	48	51	45
Rural	67	69	61
Norte	64	66	60
Centro	66	69	61
Sul	47	50	41
Niassa	71	64	68
Cabo Delgado	66	68	53
Nampula	62	66	61
Zambézia	65	71	63
Tete	74	71	59
Manica	66	67	59
Sofala	62	62	59
Inhambane	54	59	49
Gaza	54	56	42
Maputo Província	43	49	39
Maputo Cidade	32	35	32

Nota: De acordo com a Lei de Engel, a proporção do consumo em bens alimentares no consumo total (*food share*) é um *proxy* útil para medir o bem-estar. O aumento no *food share* entre 2002/03 e 2008/09 pode reflectir o aumento nos preços dos bens alimentares que ocorreu em 2008/09, que pode ter levado muitas famílias a gastar uma proporção mais elevada do próprio orçamento em bens alimentares.

De acordo com a Lei de Engel,²⁵ a proporção do consumo em bens alimentares no consumo total (*food share*) é um *proxy* útil para medir o bem-estar. Como tal, a redução na proporção alimentar ao longo do tempo é possivelmente um indicador de melhorias na qualidade de vida. A Tabela 3-8 revela como esta proporção manteve-se estável ou cresceu entre 2002/03 e 2008/09,²⁶ mas baixou sensivelmente em 2014/15 (de 63 para 56 por cento), tanto nas áreas urbanas como nas rurais e em todas as regiões do país. Outras análises adicionais sobre pobreza de consumo são apresentadas na secção 7.3 do Apêndice.

Ao mesmo tempo que a proporção do consumo em bens alimentares no consumo total decresceu, a

Tabela 3-9 evidencia como o consumo real *per capita* das famílias tenha aumentado ao longo do tempo.

²⁵ A Lei de Engel afirma que à medida que o rendimento aumenta, a proporção do rendimento gasta na alimentação diminui.

²⁶ O aumento no *food share* pode reflectir o aumento nos preços dos bens alimentares que ocorreu em 2008/09, que pode ter levado muitas famílias a gastar uma proporção mais elevada do próprio orçamento em bens alimentares.

Tabela 3-9: Média e mediana do consumo real *per capita*

Área	Consumo real <i>per capita</i> (média)				Consumo real <i>per capita</i> (mediana)			
	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	0,97	1,31	1,33	1,61	0,73	0,96	0,98	1,07
Urbano	1,23	1,65	1,68	2,35	0,79	1,04	1,07	1,31
Rural	0,90	1,16	1,18	1,27	0,71	0,94	0,94	1,00
Norte	1,00	1,29	1,44	1,25	0,77	0,97	1,08	0,93
Centro	0,86	1,33	1,15	1,43	0,66	1,01	0,90	1,06
Sul	1,12	1,32	1,50	2,50	0,78	0,84	0,99	1,41
Niassa	0,86	1,37	1,79	1,07	0,69	1,02	1,28	0,86
Cabo Delgado	1,15	1,37	1,44	1,42	0,87	0,86	1,15	1,08
Nampula	0,98	1,23	1,34	1,25	0,74	1,03	0,97	0,90
Zambézia	0,95	1,28	1,04	1,23	0,76	1,01	0,80	0,91
Tete	0,72	1,02	1,29	1,57	0,58	0,85	1,17	1,24
Manica	1,17	1,34	1,13	1,50	0,81	1,05	0,97	1,15
Sofala	0,60	1,72	1,25	1,66	0,45	1,17	0,91	1,10
Inhambane	0,77	0,82	1,31	1,53	0,56	0,56	0,94	1,02
Gaza	1,12	1,33	1,12	1,45	0,83	0,93	0,85	0,97
Maputo Província	1,08	1,21	1,26	2,73	0,77	0,85	0,91	1,78
Maputo Cidade	1,53	2,07	2,46	4,52	1,04	1,13	1,41	2,10

Nota: O consumo real *per capita* é calculado como rácio entre o consumo nominal *per capita* e a linha de pobreza específica do domínio espacial. Dado que as linhas de pobreza representam o custo de aquisição de um cabaz básico em cada domínio espacial, o rácio do consumo nominal *per capita* de cada família com as linhas de pobreza indica o número de cabazes básico que as pessoas podem adquirir por dia.

O consumo real é calculado neste caso como rácio entre o consumo nominal²⁷ e a linha de pobreza específica do domínio espacial. Dado que as linhas de pobreza representam o custo de aquisição de um cabaz básico em cada domínio espacial, o rácio do consumo nominal de cada família com as linhas de pobreza indica o número de cabazes básicos que as pessoas podem adquirir por dia.

A média e a mediana destas medidas de consumo real por diferentes áreas do país são apresentadas na

Tabela 3-9. A tendência a nível nacional é a mesma que foi destacada nas secções anteriores: depois de um crescimento entre 1996/97 e 2002/03, o consumo médio e o consumo mediano estagnaram entre 2002/03 e 2008/09, voltando a crescer em 2014/15. O crescimento nos últimos anos foi particularmente evidente nas áreas urbanas, e especialmente em Maputo Província e Maputo Cidade.

²⁷ Ajustado pelo índice de preço temporal.

3.3 *Desigualdade*

Além das medidas de pobreza, os inquéritos familiares também podem ser usados para fornecer informações sobre a desigualdade e a distribuição do consumo. A distribuição dos benefícios da produção e do crescimento é extremamente relevante para o desenvolvimento económico e social. Além disso, o consumo privado, o crescimento, a desigualdade e a pobreza estão relacionados.

Entretanto, e como salientado na Terceira Avaliação da Pobreza, vale a pena destacar uma série de problemas com a medição da desigualdade em geral, e em Moçambique em particular:

- Em primeiro lugar as medidas de desigualdade, tal como o Gini, são sensíveis aos extremos da distribuição de rendimentos. Como quase todos os inquéritos deste tipo, o IOF 2014/15 é desenhado principalmente para estimar o consumo das famílias com rendimentos baixos e medir a pobreza. Dado que as famílias ricas não têm nenhum efeito sobre as medidas de pobreza mais comuns, o questionário do IOF não é bem adequado para capturar o consumo dos mais ricos. Todavia, as famílias da elite são muito importantes para as medidas de desigualdade, mas não são explicitamente sobre-amostradas apesar da contribuição que elas têm sobre a distribuição do consumo no geral e sobre a distribuição do consumo dos ricos em particular.²⁸ Em segundo lugar, no IOF 2014/15 (assim como em todos os IAF/IOF anteriores e na maioria dos inquéritos ao consumo feitos nos países em desenvolvimento) o consumo das elites pode ser mal estimado ou medido com um erro considerável; de facto, mesmo se o consumo das elites for devidamente medido, as estimativas teriam uma variância muito alta devido ao pequeno tamanho da amostra.
- Como foi enfatizado na secção 3.2.3.1, há pelo menos duas fraquezas novas nos dados do IOF 2014/15 em comparação com os inquéritos anteriores. Em primeiro lugar, a subestimação do consumo de alimentos, anteriormente confinada às áreas urbanas, estendeu-se às áreas rurais. Em segundo lugar, uma percentagem muito maior de famílias reporta um consumo de alimentos igual a zero dentro do período de referência. Ambas as fraquezas tendem a empurrar para cima as medidas de desigualdade.
- Finalmente, em geral as cestas de consumo dos pobres e dos ricos são drasticamente diferentes e as variações nos preços dos produtos básicos (especialmente dos alimentos básicos que normalmente representam uma grande parte do orçamento dos pobres) em relação a outros bens podem influenciar substancialmente as medidas de desigualdade. Essas variações não foram contabilizadas em nenhuma das medidas apresentadas na Tabela 3-10. Para Moçambique, Arndt, Jones e Salvucci (2015) mostram um aumento no coeficiente de Gini de cerca de 0,02 pontos entre 2002/03 e 2008/09 uma vez que

²⁸ Apesar dos Moçambicanos muito ricos representarem uma fracção minúscula da população, eles podem facilmente corresponder a uma parte muito grande do consumo privado total, e apesar dos esforços feitos pelo INE para garantir que todos os estratos socioeconómicos estejam apropriadamente representados na amostra do IOF14, a mesma pode facilmente não conter nenhum Moçambicano da “elite”. As elites são mais propensas a ser sub-amostradas, tanto porque podem ser implicitamente excluídas da amostra à partida ou porque têm maior probabilidade de se recusar a participar no inquérito.

essas variações nos preços relativos são tidas em consideração. Pelo contrário, se as diferenças nos padrões de consumo são ignoradas o nível de desigualdade que é calculado é essencialmente constante nos dois inquéritos.

Desta forma, a nossa capacidade de derivar conclusões sobre a evolução da desigualdade baseada nos inquéritos aos agregados familiares é relativamente circunscrita. Com estes pontos em mente, no que segue apresentam-se algumas medidas de desigualdade do consumo real e suas evoluções ao longo do tempo. No entanto, análises mais detalhadas sobre medição e evolução da desigualdade serão tratadas em estudos futuros.

3.3.1 Medidas de desigualdade

A medida mais conhecida de desigualdade é o coeficiente de Gini: por definição, este coeficiente está limitado no intervalo $[0,1]$, onde o zero representa a inexistência de desigualdade, e a medida que a desigualdade vai crescendo o coeficiente aproxima-se a um (1). Outras medidas de desigualdade apresentadas neste relatório são os rácios de percentis: estes rácios comparam o consumo dos indivíduos num determinado percentil da distribuição (do consumo) com o consumo dos indivíduos em outro percentil. O rácio $p90/p10$, por exemplo, compara o consumo dos indivíduos no percentil 90 e no percentil 10. Este rácio diz-nos quantas vezes o consumo do primeiro grupo de indivíduos é superior ao do segundo grupo.

3.3.2 Resultados de desigualdade

Os resultados relativos ao coeficiente de Gini a nível nacional, urbano/rural e regional são apresentados na Tabela 3-10, coluna Gini, para todos os inquéritos.²⁹ É possível notar como a desigualdade subiu sensivelmente a nível nacional nos últimos anos (de 0,42 para 0,47) e que o aumento foi mais acentuado para a zona urbana e a zona sul. Este é um aumento muito substancial do coeficiente de Gini. Devido às complexidades mencionadas acima, foi planificada uma análise mais aprofundada da evolução da desigualdade para o futuro.

Nas outras quatro colunas da Tabela 3-10 são mostrados os rácios de percentis $p95/p5$, $p90/p10$, $p90/p50$ e $p10/p50$. O rácio $p95/p5$ para o IOF14 indica que os indivíduos no percentil 95 tiveram um consumo 12 vezes superior ao consumo dos indivíduos no percentil 5 (Tabela 3-10, segunda coluna), enquanto o rácio $p90/p10$ aponta para um nível de consumo 6 vezes superior dos indivíduos no percentil 90 comparado com os indivíduos no percentil 10 (Tabela 3-10, terceira coluna).

Consistentemente com o coeficiente de Gini, os rácios de percentis mostram que a desigualdade aumentou mais nas áreas urbanas e no sul do país. Os restantes rácios comparam os indivíduos no percentil 90 e no percentil 10 com a mediana da distribuição. Ao longo do tempo os rácios $p95/p5$ e $p90/p10$ aumentaram a nível nacional, enquanto o rácio $p10/p50$ estagnou ou baixou

²⁹ O coeficiente de Gini para todos os IAF/IOF é calculado a partir das estimativas (não ajustadas) de consumo real obtidas com o *software* PLEASe, e portanto são ligeiramente diferentes comparadas com aquelas apresentadas na Terceira Avaliação da Pobreza.

ligeiramente, indicando que os percentis mais pobres têm a tendência a se afastar da mediana da distribuição do consumo (Tabela 3-10, última coluna).

Tabela 3-10: Indicadores de desigualdade

IAF96						IAF02				
	Gini	p95/p05	p90/p10	p90/p50	p10/p50	Gini	p95/p05	p90/p10	p90/p50	p10/p50
Nacional	0,40	9,29	5,23	2,37	0,45	0,42	9,53	5,44	2,42	0,45
Urbano	0,47	15,70	7,08	2,95	0,42	0,49	12,14	7,02	2,98	0,43
Rural	0,37	8,14	4,83	2,23	0,46	0,36	8,07	4,87	2,18	0,45
Norte	0,38	8,40	5,22	2,30	0,44	0,39	7,62	4,59	2,21	0,48
Centro	0,38	8,80	5,15	2,29	0,45	0,39	9,19	5,23	2,30	0,44
Sul	0,43	10,94	5,60	2,65	0,47	0,48	12,54	7,03	3,00	0,43
IOF08						IOF14				
Nacional	0,42	9,93	5,55	2,37	0,43	0,47	12,15	6,24	2,60	0,42
Urbano	0,48	13,48	7,11	2,90	0,41	0,55	21,10	9,91	3,34	0,34
Rural	0,37	9,00	5,18	2,22	0,43	0,37	8,49	4,99	2,24	0,45
Norte	0,41	8,90	5,16	2,26	0,44	0,40	9,05	5,28	2,34	0,44
Centro	0,38	9,74	5,41	2,27	0,42	0,41	10,98	5,73	2,35	0,41
Sul	0,46	12,00	6,40	2,80	0,44	0,54	17,75	8,42	3,19	0,38

Nota: O coeficiente de Gini está limitado no intervalo [0,1], onde o 0 representa a inexistência de desigualdade, e a medida que a desigualdade vai crescendo o coeficiente aproxima-se a 1. Os raios de percentis comparam o consumo dos indivíduos num determinado percentil da distribuição (do consumo) com o consumo dos indivíduos em outro percentil. O rácio p90/p10, por exemplo, compara o consumo dos indivíduos no percentil 90 e no percentil 10. Este rácio diz-nos quantas vezes o consumo do primeiro grupo de indivíduos é superior ao do segundo grupo. Para medir a desigualdade usa-se os mesmos dados que foram utilizados na Tabela 3-2.

4 Avaliação da pobreza e bem-estar multidimensional em Moçambique

Como discutido na introdução, existem várias abordagens utilizadas para analisar e medir a pobreza, sendo mais usadas aquelas que a medem com base nas despesas de consumo. No entanto, nos últimos anos cresceu o consenso de que a pobreza é um fenómeno multidimensional, que envolve outras dimensões para além do consumo, tais como acesso e qualidade da saúde e educação, habitação, posse de bens duráveis, liberdade, etc. As abordagens de consumo e multidimensional fornecem informações sobre diferentes características da pobreza, e, portanto, as suas estimativas podem ser vistas como complementares. É possível por exemplo que uma determinada família ou indivíduo enfrente privações em relação ao consumo, mas não em relação a outras dimensões como saúde, educação ou habitação e vice-versa.

Até agora o Ministério da Economia e Finanças (MEF) tem utilizado a pobreza de consumo como principal referência para a análise da pobreza. A partir da presente avaliação da pobreza, o MEF pretende complementar a sua metodologia com estimativas da pobreza multidimensional. Utilizamos dois métodos: i) o método de Alkire-Foster (doravante A-F); e ii) o método da Dominância da Primeira Ordem (DPO).

4.1 Metodologia Alkire-Foster

Nesta subsecção apresentamos a metodologia Alkire-Foster (A-F), uma das metodologias mais usadas a nível internacional para a agregação de indicadores e dimensões de privação, e criação de um índice de pobreza multidimensional. A sua principal vantagem é ser tecnicamente simples. De forma intuitiva, a metodologia A-F aloca pesos a cada dimensão de privação e por sua vez a cada indicador de privação dentro de cada dimensão. Cada indicador é uma variável binária, que só assume os valores 0 (privado) e 1 (não privado). Os indicadores e as dimensões de privação podem ter o mesmo peso ou pesos diferentes dependendo da importância que atribuímos a cada indicador/dimensão para o estado de pobreza.

O passo seguinte no cálculo da pobreza multidimensional é a definição de um limite ou *cutoff* de pobreza, ou seja uma percentagem de privação conjunta das várias dimensões que identifica uma família ou um indivíduo como pobre. Por exemplo, podemos considerar que as famílias privadas em pelo menos 50 por cento (ou 40, 60, 80 por cento) das dimensões (ponderadas) são pobres. Desta forma é possível identificar famílias como “pobres”, ver em quais e em quantas dimensões é que os pobres são privados, e, finalmente, calcular um índice conjunto de pobreza multidimensional. No que segue apresentam-se as seguintes estimativas da pobreza:

- A Incidência da Pobreza (H) é a percentagem de indivíduos ou agregados familiares identificados como pobres, ou seja, indivíduos ou agregados familiares que enfrentam uma percentagem de privações superior ao limite (*cutoff*) de pobreza estabelecido.
- A Intensidade da Pobreza (A) indica o nível médio de privação entre a população considerada pobre.

- A Incidência Ajustada da Pobreza ou Índice de Pobreza Multidimensional (M^0) indica a medida em que o indivíduo, a família, ou a população são pobres, tendo em consideração a incidência da pobreza e a sua intensidade: $M^0 = HA$.

4.2 Avaliação da pobreza multidimensional no longo prazo, 1996/97-2014/15

Nesta secção são apresentadas as dimensões de privação, os indicadores correspondentes a cada dimensão e os ponderadores atribuídos. A nossa escolha de dimensões teve em conta a informação disponível nos Inquéritos aos Agregados e/ou Orçamento Familiar (IAF/IOF), realizados em 1996/97, 2002/03, 2008/09 e 2014/15. Os quatro inquéritos são similares, especialmente a partir do IAF02. No entanto, como o objectivo do exercício é estabelecer uma avaliação multidimensional ao longo do tempo, a escolha das dimensões e indicadores para a construção do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), teve como critérios:

- (i) A relevância da dimensão no que se refere ao bem-estar;
- (ii) A disponibilidade de informação similar em todos os inquéritos;
- (iii) A comparabilidade das perguntas incluídas no questionário ao longo dos inquéritos, assim como a comparabilidade das categorias listadas em cada pergunta para avaliar de forma consistente a condição de privação e não privação; e
- (iv) Os resultados do processo de auscultação pública no âmbito dos *workshops* nacionais e regionais sobre pobreza multidimensional organizados pela DEEF ao longo de 2015 em colaboração com PNUD e UNICEF em Maputo, Cabo Delgado (zona norte), Zambézia (zona centro), e Inhambane (zona sul).

4.2.1 Dimensões, indicadores e os respectivos ponderadores

A partir dos critérios mencionados, foi possível identificar uma série de seis indicadores. Os critérios (ii) e (iii) em particular, limitaram muito a escolha de indicadores disponíveis, sobretudo por via da falta de comparabilidade entre o IAF96 e os inquéritos seguintes no que diz respeito às perguntas sobre acesso a serviços básicos.

Os seis indicadores seleccionados são descritos na Tabela 4-1, e têm em conta os critérios usados pelo INE na definição de fonte de água segura, saneamento seguro, cobertura de material convencional e acesso à electricidade. Dada a relevância de cada um dos indicadores escolhidos, foi decidido atribuir o mesmo ponderador a todos os indicadores.³⁰ Estes foram sucessivamente agrupados em quatro dimensões: i) educação, ii) determinantes de saúde; iii) condições habitacionais; e iv) bens duráveis. (Ver a Tabela 4-1).

³⁰ A questão da atribuição dos ponderadores é objecto de debate. Por isso a DEEF espera fazer um inquérito adicional para avaliar a importância relativa dos indicadores de bem-estar para a população Moçambicana.

Tabela 4-1: Dimensões, indicadores, condição de privação e ponderadores

Dimensão	Indicador	Condição de privação do agregado familiar (AF)
Educação (1/6)	Alguém no Agregado Familiar concluiu o EP1 (1/6)	Se ninguém concluiu o Ensino Primário 1º Grau
Determinantes de saúde (2/6)	Fonte de Água Segura (1/6)	Se o AF não usa água canalizada (dentro de casa, fora da casa/quintal), água do fontanário, água de furo ou poço com bomba mecânica ou manual, água mineral ou água engarrafada
	Saneamento Seguro (1/6)	Se o AF usa latrina não melhorada, ou não tem nenhum tipo de retrete ou latrina
Condições Habitacionais (2/6)	Cobertura de Material Convencional (1/6)	Se a casa do AF não está coberta por laje de betão, telha, ou chapas (de lusalite ou zinco)
	Acesso à electricidade (1/6)	Se o AF não tem acesso à electricidade
Bens Duráveis (1/6)	Posse de Bens Duráveis (1/6)	Se o AF não tem pelo menos 3 bens duráveis de uma lista de bens duráveis mais comuns (bicicleta, carro, moto, televisor, rádio, telefone, computador, impressora, cama, geladeira, congelador, aparelhagem)

Nota: Dimensões, indicadores, condição de privação e ponderadores considerados na avaliação da pobreza multidimensional no longo prazo, 1996/97-2014/15. Os ponderadores estão em parênteses.

4.2.2 Níveis de privação por cada indicador

Na Tabela 4-2 apresentamos os níveis de privação em cada indicador seleccionado em 1996/97, 2002/03, 2007/08 e 2014/15, para a população total nacional e diferenciado a nível urbano/rural, e regional (Tabela 4-2). A tabela completa, com estatísticas ao nível de região-urbano/rural e provincial, encontra-se na secção 7.4 nos Apêndices.

De uma forma geral os resultados mostram uma redução do nível de privação ao longo do período em análise para todos os indicadores. Contudo, observa-se uma diferença no ritmo de redução entre os indicadores analisados. O acesso à educação destaca-se entre os indicadores de rápido crescimento seguido do acesso à água potável.

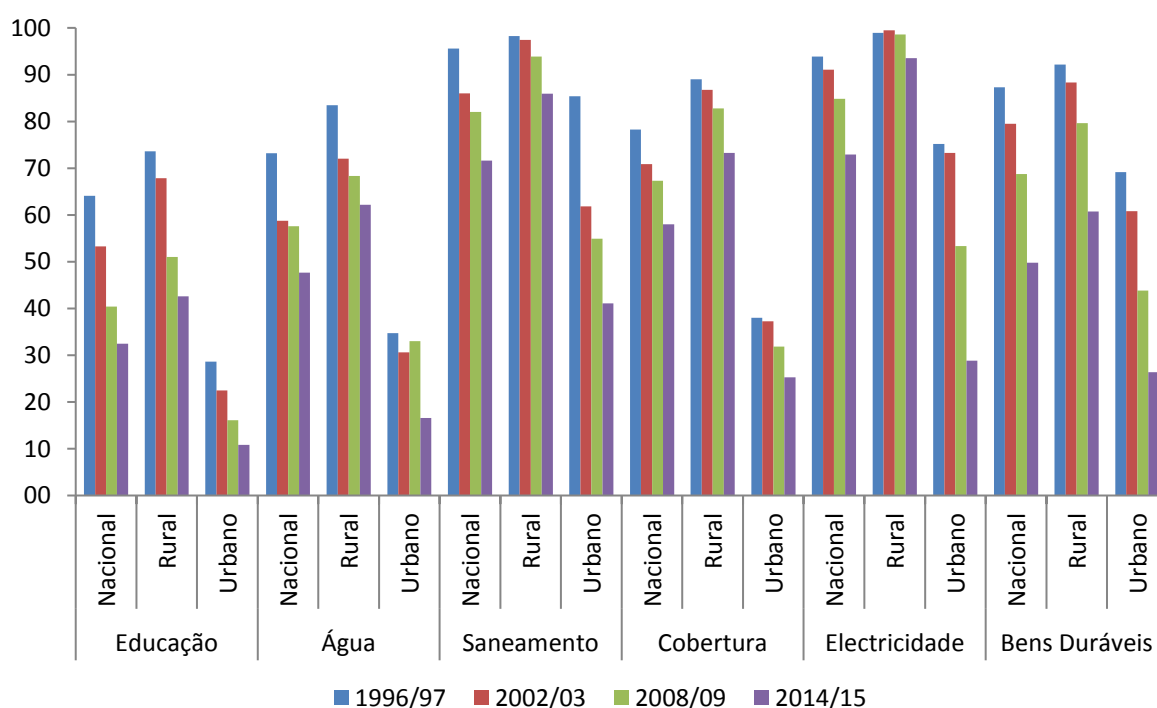
Nota-se ainda na Figura 4-1, que uma grande parte da população continua privada em alguns indicadores, principalmente nos referentes às condições habitacionais, tais como no acesso ao saneamento seguro, à electricidade e aos bens duráveis, sobretudo nas zonas rurais. A privação da população rural em determinantes de saúde (fonte de água e saneamento) e condições habitacionais (tipo de cobertura e electricidade) em 2014/15 melhora de forma substancial em relação aos níveis registados em 1996/97. Porém, em todos os casos as melhorias registradas nas zonas urbanas foram, em média, maiores do que as observadas nas zonas rurais.

Tabela 4-2: Prevalência de privação por cada indicador, 1996/97-2014/15 (%)

Educação					Água				Saneamento			
	1997	2002	2008	2014	1997	2002	2008	2014	1997	2002	2008	2014
País	64,1	53,3	40,4	32,4	73,2	58,7	57,6	47,6	95,5	86,0	82,0	71,6
Urbano	28,6	22,4	16,1	10,8	34,7	30,6	33,0	16,5	85,4	61,8	54,9	41,1
Rural	73,6	67,8	51,0	42,6	83,5	72,0	68,3	62,2	98,3	97,4	93,9	85,9
Norte	72,1	64,0	49,4	43,1	80,1	57,8	60,8	57,9	98,6	92,8	90,6	79,3
Centro	70,2	58,5	44,0	35,1	78,5	67,4	64,9	54,1	98,3	91,0	89,1	80,0
Sul	45,4	31,2	21,5	11,9	56,9	45,8	40,0	20,4	87,9	69,2	57,5	44,3
Cobertura					Electricidade				Bens Duráveis			
País	78,3	70,9	67,3	58,0	93,9	91,1	84,8	72,9	87,3	79,5	68,7	49,8
Urbano	38,0	37,3	31,8	25,3	75,2	73,2	53,3	28,8	92,2	88,3	79,6	60,7
Rural	89,0	86,7	82,8	73,3	98,9	99,5	98,6	93,5	69,2	60,8	43,8	26,4
Norte	95,9	90,4	85,8	77,1	96,6	93,6	90,9	79,8	93,8	83,2	78,3	55,4
Centro	90,4	83,6	78,3	65,7	97,3	95,0	91,4	82,8	91,2	87,3	75,0	59,7
Sul	38,9	25,5	22,0	15,2	85,5	81,4	64,7	43,9	72,8	63,6	43,0	24,6

Nota: Prevalência de privação (em percentagem) por cada indicador de privação considerado na avaliação da pobreza multidimensional no longo prazo, 1996/97-2014/15.

Figura 4-1: Prevalência de privação por cada indicador, 1996/97-2014/15 (%)



Nota: Prevalência de privação (em percentagem) por cada indicador de privação considerado na avaliação da pobreza multidimensional no longo prazo, 1996/97-2014/15. Nível nacional e urbano/rural.

4.2.3 Agregação dos indicadores e estimativas de pobreza multidimensional

Na secção 4.1 foi salientado que para estimar a pobreza multidimensional usando o método A-F é necessário escolher um limite ou *cutoff* de pobreza, que é a proporção (ponderada) de privação suficiente para identificar um agregado familiar como pobre. O *cutoff* escolhido para o presente exercício foi $K = 60\%$. Isso significa que os agregados familiares cuja privação for igual ou superior aos 60 por cento das dimensões (ponderadas) de privação serão considerados pobres. Dado que os indicadores de privação têm todos o mesmo peso, isso equivale a dizer que agregados familiares privados em pelo menos quatro dos seis indicadores escolhidos são considerados pobres do ponto de vista multidimensional.

Na Tabela 4-3 são apresentados os resultados da incidência da pobreza (H), da intensidade (A), e o índice de pobreza multidimensional (M^0) a nível nacional, urbano/rural, regional, regional-urbano/rural, e provincial. O índice H mostra uma grande redução ao longo do tempo, o que sugere que a proporção da população pobre do ponto de vista multidimensional diminuiu substancialmente.³¹ A intensidade da pobreza, A , diminuiu também entre 1996/97 e 2014/15, mas de forma mais gradual.

Em 2014/15 a nível nacional, a privação média entre os pobres foi de 82 por cento (ou aproximadamente 5/6) das dimensões de privação; isso implica que os pobres sofrem nesta data um número de privações muito elevado. Ponderando o índice H com a intensidade A , ainda assim o índice M^0 baixa substancialmente ao longo do tempo, passando de 0,77 para 0,45 a nível nacional entre 1996/97 e 2014/15. Esta tendência é observada em todas as zonas do país (Tabela 4-3).

As diferenças entre as áreas rurais e urbanas permanecem muito grandes ao longo do tempo, e a nível regional é possível notar que o sul do país, nomeadamente Maputo Província e Maputo Cidade, apresenta níveis de pobreza multidimensional muito mais baixos do que as regiões centro e norte, em particular Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete. Também de notar que a pobreza apresentou uma tendência decrescente em todas as províncias.

Os resultados para os índices H e M^0 a nível nacional e urbano/rural são também apresentados de forma gráfica na Figura 4-2 e na Figura 4-3, enquanto a Figura 4-4 e a Figura 4-5 mostram a incidência da pobreza (H) e o índice M^0 a nível provincial através de mapas.

Nos mapas destacam-se os níveis de pobreza nas províncias de Cabo Delegado e Zambézia em 1996/97 e em 2002/03, Zambézia e Tete em 2008/09 e Zambézia e Niassa em 2014/15. Na secção 7.4 no Apêndice podemos encontrar análises adicionais sobre a contribuição de cada província para a pobreza multidimensional nacional.

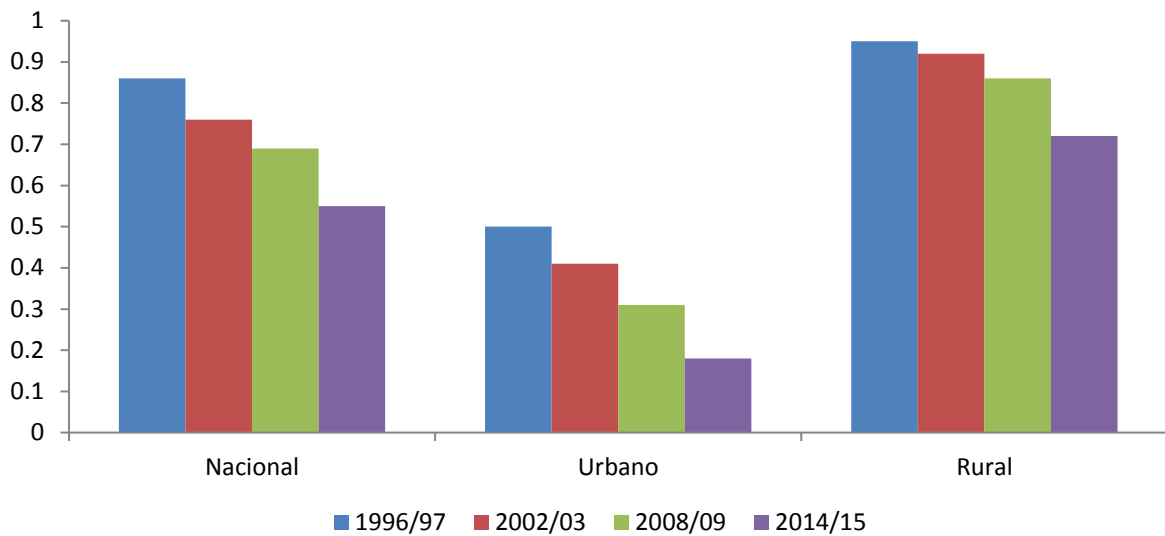
³¹ Como introduzido, este resultado depende dos indicadores de privação escolhidos. As limitações de dados levaram a que a lista de indicadores fosse relativamente reduzida para esta análise de longo prazo.

Tabela 4-3: Incidência da pobreza (H), intensidade (A), e índice de pobreza multidimensional (M^0). 1996/97-2014/15

	H				A				M ⁰			
	1997	2002	2008	2014	1997	2002	2008	2014	1997	2002	2008	2014
País	0,86	0,76	0,69	0,55	0,90	0,87	0,85	0,82	0,77	0,66	0,59	0,45
Urbano	0,50	0,41	0,31	0,18	0,79	0,78	0,80	0,78	0,40	0,32	0,25	0,14
Rural	0,95	0,92	0,86	0,72	0,92	0,89	0,85	0,82	0,87	0,82	0,73	0,59
Norte	0,95	0,87	0,81	0,68	0,91	0,89	0,85	0,83	0,87	0,77	0,69	0,57
Centro	0,93	0,84	0,80	0,64	0,92	0,89	0,85	0,82	0,85	0,75	0,68	0,52
Sul	0,64	0,48	0,33	0,19	0,83	0,79	0,79	0,75	0,53	0,38	0,26	0,14
Norte urbano	0,82	0,64	0,56	0,33	0,85	0,81	0,82	0,79	0,70	0,52	0,46	0,26
Norte rural	0,98	0,98	0,90	0,82	0,93	0,91	0,86	0,84	0,91	0,89	0,78	0,69
Centro urbano	0,60	0,41	0,37	0,23	0,77	0,78	0,79	0,78	0,46	0,32	0,29	0,18
Centro rural	0,97	0,96	0,92	0,75	0,93	0,90	0,86	0,82	0,90	0,86	0,79	0,62
Sul urbano	0,29	0,22	0,10	0,03	0,72	0,72	0,74	0,75	0,21	0,16	0,08	0,03
Sul rural	0,87	0,74	0,58	0,38	0,85	0,80	0,80	0,75	0,74	0,59	0,47	0,28
Niassa	0,95	0,89	0,77	0,73	0,92	0,87	0,82	0,82	0,87	0,77	0,63	0,60
Cabo Delgado	0,97	0,90	0,83	0,64	0,90	0,89	0,84	0,82	0,87	0,80	0,70	0,52
Nampula	0,95	0,85	0,82	0,68	0,92	0,89	0,87	0,84	0,87	0,76	0,71	0,57
Zambézia	0,96	0,92	0,88	0,75	0,94	0,91	0,87	0,84	0,91	0,84	0,76	0,63
Tete	0,95	0,89	0,85	0,67	0,92	0,89	0,83	0,82	0,87	0,79	0,71	0,55
Manica	0,89	0,70	0,76	0,50	0,89	0,85	0,83	0,78	0,79	0,59	0,62	0,39
Sofala	0,86	0,71	0,62	0,46	0,89	0,86	0,85	0,78	0,76	0,61	0,52	0,36
Inhambane	0,83	0,81	0,60	0,43	0,87	0,83	0,82	0,76	0,72	0,67	0,49	0,33
Gaza	0,79	0,52	0,47	0,23	0,83	0,78	0,78	0,74	0,66	0,41	0,37	0,17
Maputo Pr	0,73	0,38	0,18	0,07	0,81	0,72	0,74	0,74	0,59	0,27	0,13	0,05
Maputo Cd	0,18	0,13	0,03	0,01	0,69	0,69	0,69	0,67	0,13	0,09	0,02	0,00

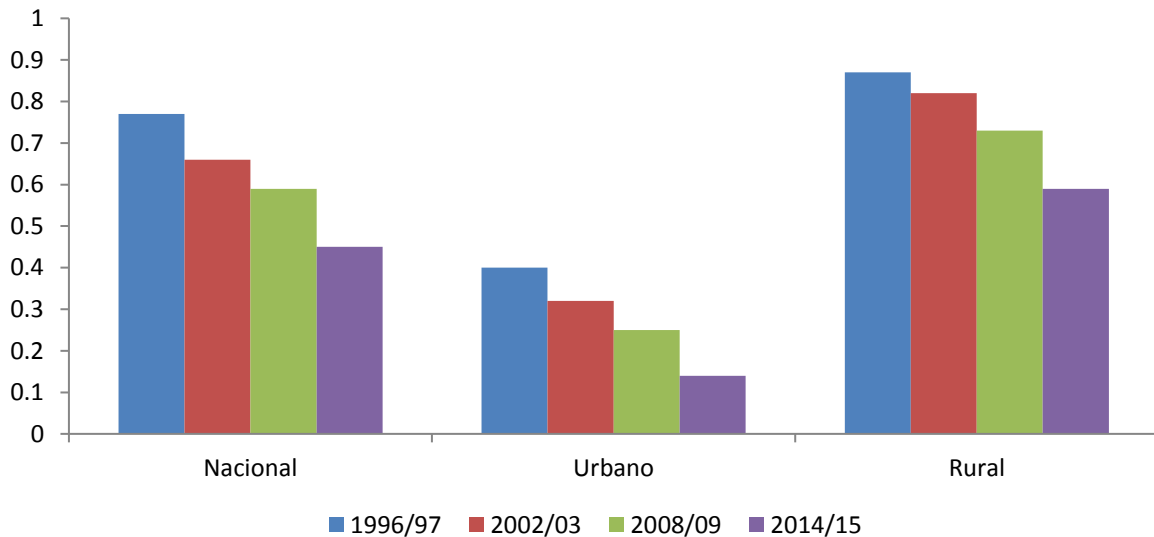
Nota: Incidência da pobreza (H), intensidade (A), e índice de pobreza multidimensional (M^0) na avaliação da pobreza multidimensional no longo prazo, 1996/97-2014/15. Nível nacional, urbano/rural, regional, regional-urbano/rural e provincial. A Incidência da Pobreza (H) é o ratio de indivíduos identificados como pobres, ou seja indivíduos que enfrentam uma percentagem de privações superior ao limite (*cutoff*) de pobreza estabelecido (60 por cento das dimensões de privação, ou quatro dos seis indicadores seleccionados). A Intensidade da Pobreza (A) indica o nível médio de privação entre a população considerada pobre. A Incidência Ajustada da Pobreza ou Índice de Pobreza Multidimensional (M^0) indica a medida em que a população numa determinada região é pobre, tendo em consideração a incidência da pobreza e a sua intensidade: $M^0 = HA$.

Figura 4-2: Incidência da pobreza multidimensional (H). 1996/97-2014/15



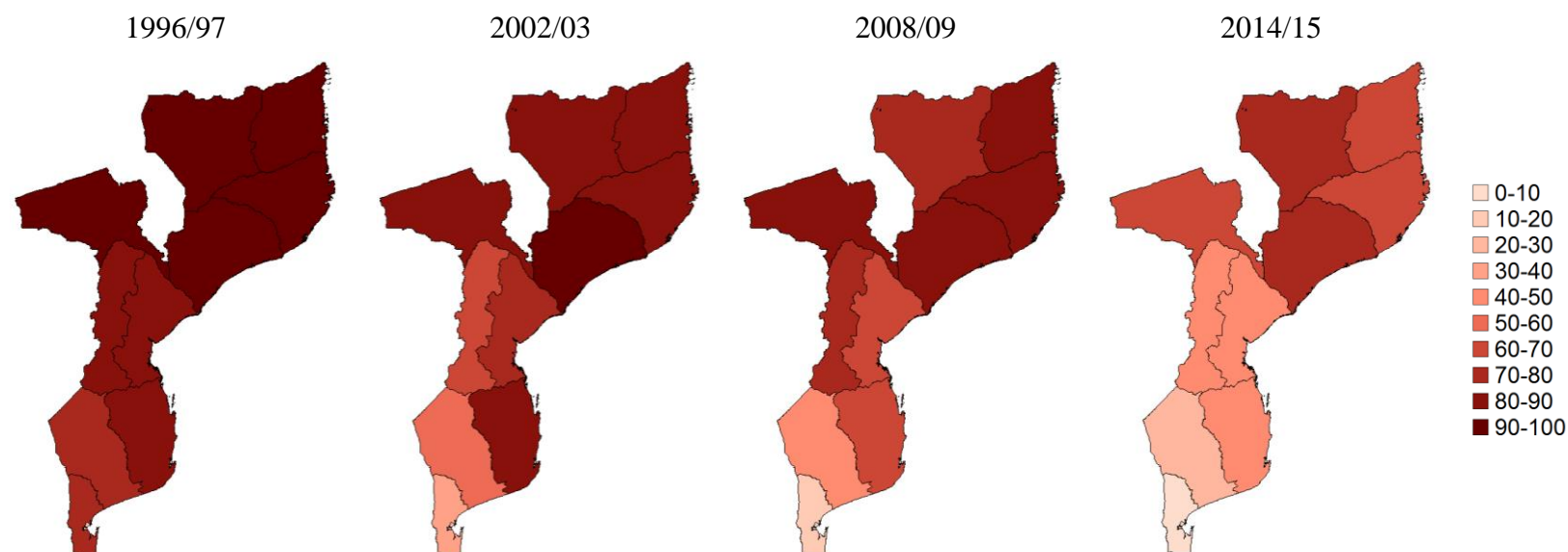
Nota: A Incidência da Pobreza (H) é o rácio de indivíduos identificados como pobres, ou seja indivíduos que enfrentam uma percentagem de privações superior ao limite (*cutoff*) de pobreza estabelecido (60 por cento das dimensões de privação, ou quatro dos seis indicadores seleccionados).

Figura 4-3: Índice de pobreza multidimensional (M^0). 1996/97-2014/15



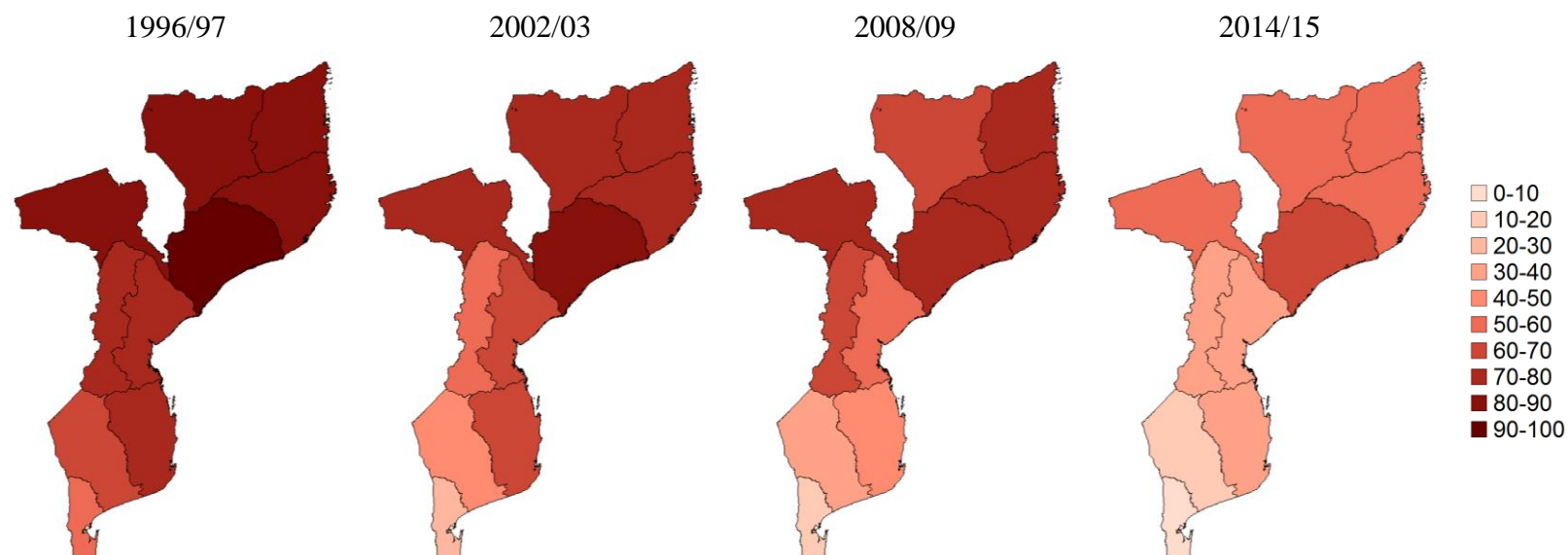
Nota: A Incidência Ajustada da Pobreza ou Índice de Pobreza Multidimensional (M^0) indica a medida em que a população numa determinada região é pobre, tendo em consideração a incidência da pobreza e a sua intensidade: $M^0 = HA$, onde a Intensidade da Pobreza (A) indica o nível médio de privação entre a população considerada pobre.

Figura 4-4: Mapas da incidência da pobreza (H), nível provincial. 1996/97-2014/15



Nota: A Incidência da Pobreza (H) é a percentagem de indivíduos identificados como pobres, ou seja indivíduos que enfrentam uma percentagem de privações superior ao limite (*cutoff*) de pobreza estabelecido (60 por cento das dimensões de privação, ou quatro dos seis indicadores seleccionados). Os intervalos apresentados na direita indicam a percentagem de indivíduos pobres em cada província em cada ano, e vão de 0 (ninguém é pobre) a 100 (todos são pobres).

Figura 4-5: Mapas do índice de pobreza multidimensional (M0), nível provincial. 1996/97-2014/15



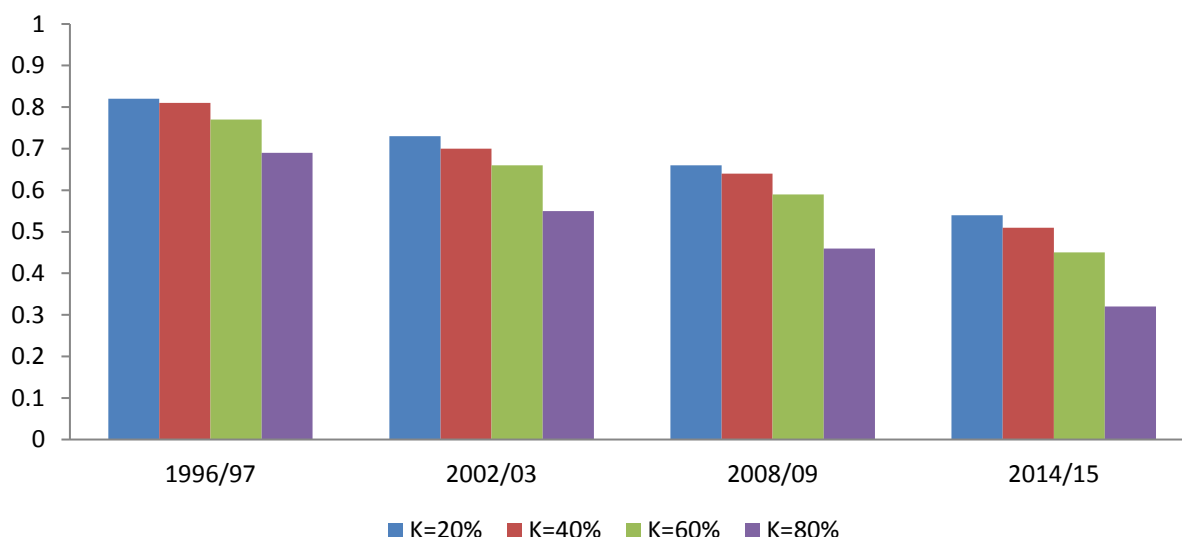
Nota: A Incidência Ajustada da Pobreza ou Índice de Pobreza Multidimensional (M^0) indica a medida em que a população numa determinada região é pobre, tendo em consideração a incidência da pobreza e a sua intensidade: $M^0 = HA$, onde a Intensidade da Pobreza (A) indica o nível médio de privação entre a população considerada pobre. Os intervalos apresentados na direita indicam o Índice de Pobreza Multidimensional em cada província em cada ano, e vão de 0 (Índice de Pobreza Multidimensional mínimo) a 100 (Índice de Pobreza Multidimensional máximo).

4.2.4 Variação do índice de pobreza multidimensional com diferentes *cutoffs*

Como acima referido, as estimativas da pobreza multidimensional baseadas no método A-F são influenciadas pelos indicadores seleccionados, pela forma como agregamos os indicadores numa dimensão específica, pelo peso ou ponderador atribuído a cada indicador, e pelo *cutoff* (K) utilizado para definir pobreza. As nossas estimativas com base em indicadores de educação, determinantes de saúde, habitação e bens duráveis, e um *cutoff* K igual a 60% indicam um decréscimo geral da pobreza multidimensional a todos os níveis.

Na Figura 4-6 mostramos o índice M^0 no caso da escolha de diferentes K ($K = 20\%$, 40% , 60% , 80%) a nível nacional para todos os anos. Podemos observar que de uma forma geral a tendência é decrescente ao longo do tempo independentemente da escolha do K . Contudo os níveis de pobreza multidimensional são bastante diferentes nos quatro casos, conforme seria expectável.³²

Figura 4-6: Incidência ajustada da pobreza (M^0) com diferentes *cutoffs*, nível nacional. 1996/97-2014/15



Nota: A Incidência Ajustada da Pobreza ou Índice de Pobreza Multidimensional (M^0) indica a medida em que a população numa determinada região é pobre, tendo em consideração a incidência da pobreza e a sua intensidade: $M^0 = HA$, onde a Intensidade da Pobreza (A) indica o nível médio de privação entre a população considerada pobre. O *cutoff* de pobreza (K) é a proporção (ponderada) de privação suficiente para identificar um indivíduo como pobre.

³² Intuitivamente, se considerarmos pobres os agregados familiares privados em dois indicadores, teremos muitas mais famílias pobres e o índice M^0 será maior. Pelo contrário, se considerarmos pobres os agregados familiares privados em cinco indicadores, teremos menos famílias pobres e o índice M^0 será menor.

4.3 *Estimativas de pobreza multidimensional usando o método da Dominância da Primeira Ordem (DPO)*

Nesta secção apresentamos outra metodologia para estimar a pobreza multidimensional baseada na abordagem da Dominância da Primeira Ordem (DPO). O uso de abordagens alternativas para o cálculo de pobreza multidimensional dá a possibilidade de testar a robustez dos resultados obtidos através da metodologia A-F e de fornecer um quadro mais completo do bem-estar no país. O uso da abordagem DPO na estimação de pobreza multidimensional é relativamente recente contudo já existem vários estudos que aplicam esta abordagem para o caso de Moçambique (ver Arndt, Distant, Hussain, Østerdal, Huong e Ibraimo, 2012; Arndt, Hussain, Salvucci e Østerdal, 2016).

À semelhança da metodologia A-F, a metodologia DPO baseia-se em indicadores binários. No entanto, neste caso não é necessário definir ponderadores ou pesos para cada indicador. No que se segue, serão usados os mesmos indicadores que foram escolhidos na análise de pobreza multidimensional usando o método de A-F: i) alguém no agregado familiar concluiu o EP1; ii) fonte de água segura; iii) saneamento seguro; iv) cobertura de material convencional; v) acesso à electricidade; vi) posse de bens duráveis (Tabela 4-1). O conceito de base da abordagem da DPO para a comparação de duas populações consiste no seguinte:

O conceito de base da abordagem da DPO para a comparação de duas populações consiste no seguinte:

- Temos duas populações, A e B.
- Caso seja possível fazer transferências entre os elementos da população A de modo a passar de uma ‘situação melhor’ para uma ‘situação pior’ e obter como resultado a população B, a distribuição inicial de bem-estar em A é melhor do que a distribuição em B.
- Em outras palavras, A domina (no sentido da DPO) B, ou “A DPO B”.

Suponhamos que só o acesso a electricidade é importante para avaliar o bem-estar, e que na população A 20 por cento da população não tem electricidade. Neste caso a distribuição para A (F_a) é:

$$F_a = (\text{não electricidade}, \text{electricidade}) = (20, 80).$$

No entanto na população B 30 por cento da população não tem electricidade. F_b será:

$$F_b = (\text{não electricidade}, \text{electricidade}) = (30, 70).$$

Como $80 > 70$, concluímos que A está numa situação melhor do que B. Na abordagem da DPO nos perguntamos se podemos transferir 10 por cento da situação melhor para a pior em F_a e obter F_b . Dado que: $(20, 80) + (+10, -10) = (30, 70)$, concluímos que “A DPO B”, porque podemos fazer transferências da ‘situação melhor’ para a ‘situação pior’ na distribuição A e obter a distribuição B.

Com duas dimensões de bem-estar, por exemplo água e electricidade, suponhamos que as populações A e B tenham as seguintes distribuições. (Ver a Tabela 4-4)

Tabela 4-4: Distribuição hipotética de dois indicadores de bem-estar (água e electricidade) para duas populações, A e B

População A: Distribuição, %			
	Água:		
	Privados (0)	Não privados (1)	Total
Electricidade:			
Privados (0)	17	23	40
Não privados (1)	24	36	60
Total	41	59	100

População B: Distribuição, %			
	Água:		
	Privados (0)	Não privados (1)	Total
Electricidade:			
Privados (0)	25	25	50
Não privados (1)	25	25	50
Total	50	50	100

Note-se que podemos fazer transferências dentro do grupo A dos menos privados (situação melhor) aos mais privados (situação pior) e obter a distribuição da população B. Dado que isso é possível, a população A está melhor do que a população B. (Ver a Tabela 4-5)

Tabela 4-5: Transferências dentro da população A, dos menos privados aos mais privados, para obter a distribuição da população B

Distribuição da população A - Transferências dentro da população A - Distribuição da população B, %			
	Água:		
	Privados (0)	Não privados (1)	Total
Electricidade:			
Privados (0)	$17 + 8 = 25$	$23 + 2 = 25$	50
Não privados (1)	$24 + 1 = 25$	$36 - 2 - 1 - 8 = 25$	50
Total	50	50	100

Como deriva da discussão apresentada, a abordagem da DPO fornece resultados ordinais permitindo avaliar se a população A domina a população B (ou vice-versa), ou se a comparação é indeterminada. No entanto, esta metodologia não fornece um índice de bem-estar absoluto/cardinal que nos permita quantificar o quão melhor uma população A se encontra relativamente a uma segunda população B.

Em casos específicos de avaliação do bem-estar multidimensional as populações A e B podem ser dois países, duas regiões ou províncias do mesmo país, ou o mesmo país (região, província) em dois anos diferentes. Nos primeiros três casos falamos de “DPO Espacial”, enquanto no último caso falamos de “DPO Temporal”.

Como a abordagem da DPO é muito rigorosa/estrita nas comparações entre populações, em muitos casos pode acontecer que o resultado da comparação seja indeterminado. Desta forma, em muitas ocasiões é extremamente útil e vantajoso usar o método de *bootstrapping* para repetir a mesma comparação muitas vezes, e avaliar de forma mais precisa o número de vezes em que A domina B, ou em que A é dominado por B.

Dessa forma, é possível obter uma probabilidade de dominância que dá uma medida da confiança dos resultados da DPO. Dizer que A domina B com probabilidade de 25 por cento (A DPO B em 25 por cento das comparações efectuadas), ou dizer que A domina B com probabilidade de 75 por cento (A DPO B em 75 por cento das comparações efectuadas) fornece uma ideia muito mais clara sobre a dimensão da dominância de A em relação a B.

No que segue, apresentamos os resultados da análise da DPO Espacial para todas as regiões e províncias de Moçambique, e os resultados da DPO Temporal, para as diferentes regiões e províncias ao longo do tempo.

4.3.1 Resultados de pobreza multidimensional usando a abordagem da DPO

Na Tabela 4-6 são apresentadas as frequências da população por número de privações sofridas. Os casos de 0 e 6 privações são particularmente interessantes: a nível nacional a proporção da população Moçambicana privada em todos os seis indicadores caiu de 46,5 por cento para 14 por cento entre 1996/97 e 2014/15. Ao mesmo tempo a percentagem de indivíduos não privados em nenhum indicador subiu desde 2 por cento para 15,8 por cento.

O incremento foi particularmente significativo nas áreas urbanas, onde a percentagem de não privados em nenhum indicador subiu para 46 por cento da população urbana. Contudo a proporção de indivíduos privados em todas as dimensões ainda é substancial nas áreas rurais (20 por cento), na zona norte (21 por cento), e na zona centro (16 por cento).

Os resultados principais da DPO Espacial são mostrados na Tabela 4-7. No painel (a) da tabela aparecem as probabilidades líquidas da DPO Espacial, que equivalem à probabilidade média de uma determinada província dominar as outras subtraída da probabilidade média de ser dominada. Por exemplo, em 1996/97 Maputo Cidade dominava todas as províncias e não era dominada por nenhuma província. Portanto, a probabilidade líquida é 1 (ou 100 por cento). Quando a probabilidade líquida é negativa, como no caso da Zambézia, isso indica que em média a província é dominada pelas outras províncias com maior probabilidade do que a probabilidade de dominar as outras.

A partir das probabilidades líquidas da DPO Espacial foram gerados os *rankings* provinciais para cada um dos inquéritos considerados (Tabela 4-7, painel b). É interessante notar como os *rankings* obtidos através da abordagem da DPO são surpreendentemente estáveis ao longo do tempo, contrariamente ao que acontece para os *rankings* provinciais obtidos para as medidas de pobreza de consumo (Tabela 3-2). As províncias de Maputo Cidade, Maputo Província, e Gaza ficam sempre na primeira, segunda e terceira posição, respectivamente. Pelo contrário, as províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, e Tete permanecem nas últimas cinco posições em todos os inquéritos.

Tabela 4-6: Frequências relativas ao número de privações sofridas, nível nacional, urbano/rural, e regional. 1996/97-2014/15 (%)

Número de privações sofridas	Nacional					Norte				
	96/97	02/03	08/09	14/15	Varição 96/97-14/15	96/97	02/03	08/09	14/15	Varição 96/97-14/15
0	2,02	5,05	8,52	15,85	13,83	0,11	1,96	2,48	5,51	5,40
1	2,29	4,02	5,28	8,23	5,94	0,73	2,52	3,55	7,28	6,56
2	3,04	6,13	6,79	8,64	5,60	1,29	4,11	5,13	8,06	6,77
3	6,89	9,03	10,06	12,49	5,60	2,54	4,53	7,54	11,29	8,75
4	12,07	15,99	18,60	18,98	6,91	8,72	13,93	19,61	21,02	12,30
5	27,16	26,54	27,06	21,43	-5,73	31,05	31,73	32,61	25,59	-5,46
6	46,53	33,23	23,69	14,39	-32,13	55,58	41,21	29,09	21,25	-34,32
	Rural					Centro				
0	0,17	0,19	0,52	1,94	1,77	0,49	2,80	4,64	9,67	9,19
1	0,30	0,58	1,06	4,08	3,79	0,77	2,57	2,94	6,02	5,25
2	1,00	1,88	3,83	7,55	6,56	1,79	3,95	4,13	7,34	5,55
3	3,33	5,24	8,69	14,48	11,16	4,39	6,82	8,00	13,36	8,98
4	8,93	14,51	21,08	23,90	14,97	8,88	13,39	19,74	21,62	12,74
5	30,25	31,82	33,83	28,25	-2,00	26,73	28,54	31,53	26,09	-0,64
6	56,03	45,77	30,99	19,80	-36,24	56,96	41,92	29,02	15,90	-41,07
	Urbano					Sul				
0	8,94	15,35	26,85	45,55	36,62	6,62	12,62	23,84	42,78	36,16
1	9,75	11,30	14,94	17,09	7,34	6,47	8,26	11,88	13,86	7,39
2	10,69	15,12	13,55	10,96	0,27	7,02	12,23	13,87	11,97	4,95
3	20,22	17,05	13,18	8,23	-11,99	15,82	18,31	17,23	12,55	-3,26
4	23,79	19,12	12,91	8,46	-15,34	20,89	22,83	15,13	10,92	-9,97
5	15,61	15,38	11,58	6,87	-8,75	23,31	16,75	11,40	6,42	-16,88
6	10,99	6,68	6,98	2,85	-8,15	19,88	9,00	6,66	1,50	-18,38

Nota: Frequências relativas ao número de privações sofridas (em percentagem). A coluna “Varição 96/97-14/15” reporta a diferença entre o valor observado em 1996/97 e o valor observado em 2014/15, para cada área.

Tabela 4-7: Probabilidades líquidas da DPO Espacial (a) e relativos rankings (b), nível provincial. 1996/97-2014/15.

	(a)				(b)			
	Probabilidade líquida da DPO Espacial				Ranking			
	96/97	02/03	08/09	14/15	96/97	02/03	08/09	14/15
Maputo Cd	1,00	0,88	1,00	1,00	1	1	1	1
Maputo Pr	0,40	0,62	0,78	0,85	2	2	2	2
Gaza	0,17	0,41	0,25	0,46	3	3	3	3
Sofala	-0,11	0,03	0,06	0,11	5	5	4	4
Manica	-0,16	0,04	-0,19	-0,01	6	4	6	5
Inhambane	0,06	-0,18	-0,18	-0,02	4	6	5	6
Nampula	-0,37	-0,25	-0,41	-0,38	9	7	10	7
Cabo Delgado	-0,44	-0,43	-0,34	-0,41	10	10	8	8
Tete	-0,30	-0,40	-0,36	-0,43	7	9	9	9
Niassa	-0,35	-0,31	-0,26	-0,53	8	8	7	10
Zambézia	-0,44	-0,58	-0,57	-0,62	11	11	11	11

Nota: As probabilidades líquidas da DPO Espacial equivalem à probabilidade média de uma determinada província dominar as outras subtraída da probabilidade média de ser dominada. Os *rankings* representam a ordem relativa em termos de bem-estar multidimensional, onde 1 indica a província na situação melhor e 11 a província na situação pior.

No que se refere às mudanças ao longo do tempo, a análise da DPO Temporal fornece indicações importantes sobre a probabilidade para cada província ou região do país de estar numa situação melhor, do ponto de vista multidimensional, comparado com os anos anteriores. Portanto, na Tabela 4-8 em baixo são listadas todas as comparações obtidas usando os quatro IAF/IOF, e as respectivas probabilidades de melhoria. Quando a comparação é indeterminada, não se mostra nenhuma probabilidade (na tabela); isso significa que não é possível determinar se a província ou região considerada se encontra numa situação melhor em relação ao IAF/IOF anterior.

Podemos observar imediatamente que para o país no seu conjunto, a probabilidade de avanço é igual a 1 (100 por cento) na maioria das comparações: 2002/03-1996/97, 2008/09-1996/97, 2014/15-1996/97, 2014/15-2002/03, e 2014/15-2008/09. Este resultado sugere, com um alto nível de confiança, que a nível nacional a situação do bem-estar multidimensional melhorou. A menor probabilidade de melhoria é encontrada na comparação entre 2008/09 e 2002/03 (68 por cento). Olhando para os últimos dois IOF só, é possível salientar que o norte e em particular o norte rural apresentam as menores probabilidades de melhoria.

Calculando a probabilidade média de melhoria para todas as áreas do país (penúltima linha da Tabela 4-8) obtemos uma probabilidade média superior a 90 por cento para a comparação 2014/15-1996/97; uma média entre 50 e 80 por cento para as comparações 2014/15-2008/09, 2014/15-2002/03, 2008/09-1996/97, e 2002/03-1996/97. Mais uma vez, a menor probabilidade de melhoria é obtida na comparação 2008/09-2002/03. Este resultado suporta as análises feitas com base na pobreza de consumo, onde foi reportado que a pobreza tinha estagnado entre 2002/03 e 2008/09. As mesmas tendências são reportadas quando as probabilidades médias de melhorias são calculadas só para as províncias (última linha da Tabela 4-8).

Tabela 4-8: DPO Temporal, nível nacional, urbano/rural, regional, regional-urbano/rural, e provincial. 1996/97-2014/15

	02/03-96/97	08/09-96/97	08/09-02/03	14/15-96/97	14/15-02/03	14/15-08/09
País	1,00	1,00	0,68	1,00	1,00	1,00
Urbano	0,33	0,50	0,05	0,99	0,80	1,00
Rural	0,04	0,72	0,73	1,00	1,00	0,99
Norte	0,91	1,00	0,09	1,00	0,48	0,76
Centro	0,99	1,00	0,54	1,00	1,00	1,00
Sul	0,86	1,00	0,53	1,00	1,00	1,00
Norte rural	-	0,01	0,91	0,86	0,76	0,10
Norte urbano	0,76	0,66	0,02	1,00	0,44	0,98
Centro rural	0,02	0,05	0,01	1,00	1,00	0,99
Centro urbano	0,46	0,42	0,04	0,95	0,83	0,93
Sul rural	0,27	0,98	0,26	1,00	1,00	0,96
Sul urbano	-	0,13	0,17	0,97	0,89	0,96
Cabo Delgado	0,01	0,61	0,01	0,94	0,25	0,71
Gaza	0,90	0,94	-	1,00	0,94	1,00
Inhambane	0,04	0,52	0,29	1,00	1,00	0,59
Manica	0,95	0,47	-	0,99	0,24	0,98
Maputo Cd	-	0,80	-	0,44	-	-
Maputo Pr	0,99	1,00	0,34	1,00	0,91	0,59
Nampula	0,73	0,98	0,10	1,00	0,45	0,54
Niassa	0,58	0,80	0,06	1,00	0,60	0,13
Sofala	0,86	0,96	0,24	1,00	0,95	0,66
Tete	0,40	0,96	0,35	1,00	0,92	0,31
Zambézia	0,56	0,93	0,44	1,00	1,00	0,85
Média (todas as áreas)	0,58	0,71	0,29	0,96	0,79	0,77
Média (só as províncias)	0,60	0,82	0,23	0,94	0,73	0,64

Nota: A DPO Temporal fornece indicações sobre a probabilidade para cada província ou região do país de estar numa situação melhor, do ponto de vista multidimensional, comparado com os anos anteriores. Todos os IAF/IOF são comparados e em nenhum caso os IAF/IOF anteriores dominam os mais recentes.

4.3.2 Comparação dos resultados de pobreza multidimensional obtidos usando as abordagens A-F e DPO

As abordagens A-F e DPO são conceptualmente muito diferentes mas têm como base os mesmos indicadores. As duas tabelas que seguem demonstram que os resultados obtidos utilizando as duas metodologias são qualitativamente semelhantes.

Na Tabela 4-9 são comparados os resultados da Incidência da Pobreza (H) com os resultados da probabilidade líquida da DPO Espacial a nível provincial. O coeficiente de correlação (Tabela 4-9, painel a) é extremamente alto em valor absoluto, e perto de -1 (na abordagem A-F as províncias mais pobres têm um valor do H mais alto, enquanto na abordagem da DPO as províncias com probabilidades líquidas de dominância mais altas são as menos privadas; portanto a correlação é negativa). São comparados também os *rankings* provinciais de bem-estar multidimensional obtidos com as duas abordagens; neste caso utiliza-se como medida de

comparação o coeficiente de correlação de *rankings* de Spearman. Também nesta circunstância a correlação é muito forte, sobretudo para os últimos três IAF/IOF (Tabela 4-9, painel b).

Olhando para a evolução da pobreza multidimensional ao longo do tempo a nível provincial, a Tabela 4-10 mostra que os resultados das metodologias A-F e DPO estão bastante correlacionados. Em geral, nas províncias onde houve maiores reduções do índice de pobreza multidimensional M^0 , a metodologia DPO apresenta probabilidades mais altas de melhoria entre um ano e o outro.

Tabela 4-9: Correlação entre os resultados da Incidência da Pobreza (H) e os resultados da probabilidade líquida da DPO Espacial, nível provincial. 1996/97-2014/15

	(a)	(b)
	Coeficiente de Correlação	Coeficiente de Correlação do Ranking de Spearman
96/97	-0,95	0,88
02/03	-0,98	0,99
08/09	-0,99	0,95
14/15	-0,99	0,94

Nota: Painel (a): Coeficiente de correlação entre os resultados da Incidência da Pobreza (H) obtidos com a metodologia A-F e os resultados da probabilidade líquida da DPO Espacial a nível provincial. Na abordagem A-F as províncias mais pobres têm um valor do H mais alto, enquanto na abordagem da DPO as províncias com probabilidades líquidas de dominância mais altas são as menos privadas; portanto a correlação é negativa. Painel (b): Coeficiente de correlação de rankings de Spearman entre os *rankings* provinciais de bem-estar multidimensional obtidos com a metodologia A-F e aqueles obtidos com a metodologia DPO. Neste caso ambas as metodologias põem as províncias com níveis de bem-estar mais elevados nas primeiras posições; portanto a correlação é positiva.

Tabela 4-10: Correlação entre variações temporais no índice M^0 e probabilidades da DPO temporal, nível provincial. 1996/97-2014/15

Variações no índice M^0	Probabilidades da DPO temporal					
	02/03-96/97	08/09-96/97	14/15-96/97	08/09-02/03	14/15-02/03	14/15-08/09
02/03-96/97	-0,82					
08/09-96/97		-0,30				
14/15-96/97			-0,67			
08/09-02/03				-0,45		
14/15-02/03					-0,60	
14/15-08/09						-0,83

Nota: Coeficiente de correlação entre as variações temporais no índice M^0 obtidas através da metodologia A-F e as probabilidades de melhoria ao longo do tempo obtidas através da DPO temporal. Na abordagem A-F as províncias que tiveram melhorias em termos de redução de pobreza multidimensional mostram variações negativas do índice M^0 , enquanto na abordagem da DPO as províncias que melhoraram mais de um ano para o outro têm probabilidades mais altas; portanto a correlação é negativa. Quando as comparações entre um ano e o outro são indeterminadas no âmbito da abordagem da DPO (ver Tabela 4-8), estas são consideradas iguais a zero.

4.3.3 Comparações Internacionais

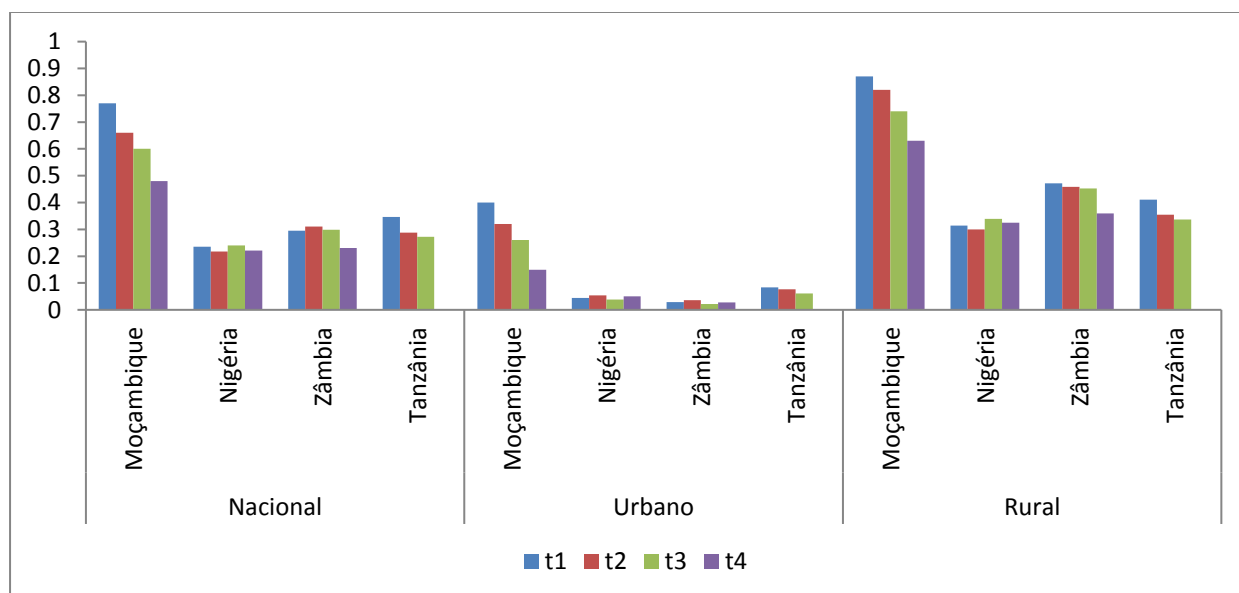
O desempenho de Moçambique na redução da pobreza multidimensional pode ser ainda mais apreciado quando comparado com o desempenho de outros países da região Subsaariana. Nesta secção consideramos a comportamento de longo prazo de Moçambique comparada com aquela

da Nigéria, Tanzânia e Zâmbia usando as metodologias A-F e DPO. Na secção 7.5 no Apêndice são apresentadas comparações mais detalhadas.³³

4.3.3.1 Alkire-Foster

A Figura 4-7 apresenta os níveis de bem-estar com base no método A-F. A comparação dos países para além de Moçambique mostra um padrão de progresso inconsistente, com cada país experimentando tanto pequenos ganhos como declínios em períodos múltiplos. Em nítido contraste, Moçambique alcança ganhos constantes e significativos nos níveis nacional, urbano e rural entre cada inquérito. Embora a pobreza multidimensional em Moçambique continue elevada, a Figura 4-7 destaca as realizações substanciais na melhoria do bem-estar básico ao longo dos últimos 18 anos.

Figura 4-7: Incidência da Pobreza Multidimensional (M^0) por área de residência, 1996/97, 2001/04, 2007/10, 2013/14



Nota: Incidência da Pobreza Ajustada (M^0) por área de residência para vários países da área Subsaariana. t1 indica o inquérito mais antigo, que nos países considerados foi feito entre 1996 e 1997; t2 é o segundo inquérito mais antigo, feito entre 2001 e 2004; t3 indica o segundo inquérito mais recente, feito entre 2007 e 2010; t4 representa o inquérito mais recente para todos os países considerados, feito entre 2013 e 2014.

4.3.3.2 Dominância da Primeira Ordem (DPO)

O avanço que é obtido usando o método A-F baseia-se em valores médios de incidência e intensidade. Quando um subconjunto da população não consegue avançar ou um subconjunto

³³ Os indicadores de privação usados para os outros países da região Subsaariana provêm do Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) de cada país, enquanto para Moçambique o conjunto de indicadores permanece o mesmo descrito na Tabela 4-1. Para os outros países da região Subsaariana só utilizamos cinco indicadores de privação. Os indicadores seleccionados e o respectivo estado de não privação são: 1) Água: Água canalizada, água do poço, água da chuva; 2) Saneamento: Retrete séptica, qualquer latrina ou latrina de compostagem; 3) Habitação: Cobertura feita de chapas de zinco, azulejos, cimento ou telhas; 4) Electricidade: O agregado familiar tem acesso à electricidade; 5) Educação: Pelo menos um membro do agregado familiar completou o ensino primário.

dos indicadores de privação fica para trás, a incidência média e/ou intensidade média pode, contudo, melhorar e, assim, o índice M^0 pode indicar que a população como um todo está melhorando. Em contraste, os critérios da metodologia DPO são mais rigorosos.

Para que os resultados da DPO mostrem que um período posterior melhorou em relação ao anterior, deve ter avanços em toda a distribuição dos estados de bem-estar. Resultados indeterminados da DPO Temporal poderiam ser a consequência de períodos de regressão num único indicador ou num subconjunto da população. Consequentemente, quando a DPO indica que houve progresso, pode-se considerar o resultado como bastante robusto e assumir que verdadeiramente houve um avanço de base ampla em todos os indicadores. Esta distinção entre as metodologias A-F e DPO é significativa na comparação da melhoria da pobreza multidimensional em Moçambique em relação aos outros países. A Tabela 4-11 compara o avanço de Moçambique com o da Nigéria, Tanzânia e Zâmbia entre meados e finais da década de 1990 e o inquérito mais recente, e também neste caso Moçambique supera consideravelmente todos os outros países.

No caso de Moçambique, a alta probabilidade de progresso estende-se para as áreas urbanas e rurais, e para a maioria das províncias durante todo o período. Em contraste, Nigéria e Tanzânia praticamente não alcançaram nenhum progresso em qualquer área entre quaisquer inquéritos. Por enquanto, Zâmbia progrediu entre os dois inquéritos mais recentes e durante todo o período, mas a probabilidade de avanço entre 1996 e 2013 foi de 46 por cento e apenas abrangeu as áreas rurais e algumas províncias.

Tabela 4-11: Probabilidade de avanço usando a abordagem da DPO, 1996/97, 2001/04, 2007/10, 2013/14

Nigéria					Tanzânia			
	1999-2003	2003-2008	2008-2013	1999-2013		1996-2004	2004-2010	1996-2010
Nacional	0,02		0,01		Nacional	0,18		0,03
Rural	0,04	-0,01			Rural	0,09		0,01
Urbano	-0,02				Urbano	-0,01	0,08	
NC	-0,03	-0,01	0,13	-0,10	Central		-0,2	-0,08
NE	0,01	-0,08	0,25	0,01	Eastern	0,23	0,08	0,14
NW		-0,05	0,26	0,01	Lake	0,01	0,27	0,04
SE	0,26	-0,05	-0,04		Northern	0,32	-0,04	0,57
SS	0,06		0,08	0,02	S. Highlands	0,02	0,04	0,07
SW	0,29	-0,37	0,35	0,19	Southern	0,07		
					Western		0,04	0,01
					Zanzibar	0,67	0,01	1

(Continua na página seguinte)

Moçambique					Zâmbia				
	1996-2002	2002-2008	2008-2014	1996-2014		1996-2001	2001-2007	2007-2013	1996-2013
Nacional	1	0,67	1	1	Nacional	-0,29	0,06	0,99	0,46
Rural	0,04	0,61	0,99	1	Rural	0,02	0,01	0,58	0,82
Urbano	0,32	0,05	1	1	Urbano	-0,04	0,08		
Cabo Delgado	0,01	0,01	0,59	0,94	Central	0,01	-0,08	0,14	
Gaza	0,90		1	1	Copperbelt	-0,08	-0,20	0,10	-0,07
Inhambane	0,04	0,26	0,63	1	Eastern	-0,07	0,07	0,84	0,45
Manica	0,95		0,97	0,99	Luapula	-0,51	0,54	0,12	0,03
Maputo Cd				0,44	Lusaka	0,11	-0,01	0,47	0,63
Maputo Pr	0,99	0,33	0,58	1	Northern	-0,01	-0,19	0,15	0,02
Nampula	0,73	0,07	0,54	1	Northwestern	-0,03		0,21	0,08
Niassa	0,58	0,06		0,99	Southern	0,10	0,31	0,10	0,81
Sofala	0,86	0,10	0,66	1	Western	-0,31	0,19	0,11	
Tete	0,39	0,32	0,30	1					
Zambézia	0,56	0,38	0,85	1					

Nota: Probabilidade de avanço entre os vários inquéritos usando a abordagem da Dominância da Primeira Ordem. A coluna cinzenta contém a probabilidade de avanço entre o inquérito mais antigo e o mais recente.

4.4 Índice de Pobreza Multidimensional específico para o IOF 2014/15 usando a metodologia Alkire-Foster

Nesta secção apresentamos os resultados de uma análise da pobreza multidimensional focada exclusivamente nos dados do IOF 2014/15. Os dados do último IOF são mais ricos e recolhem informações sobre uma série de indicadores de bem-estar muito mais ampla. Nesse sentido, na análise que segue podemos obter resultados mais representativos da complexa realidade do bem-estar do país. A análise é feita através da abordagem A-F, dado que esta abordagem permite analisar um número muito maior de indicadores, enquanto a abordagem da DPO tem uma limitação no número de indicadores de bem-estar que podem ser geridos.

À semelhança do que foi feito na secção 4.2, no que segue são apresentados as dimensões de privação, os respectivos indicadores escolhidos para o cálculo da pobreza multidimensional e os ponderadores atribuídos. Também neste caso a nossa escolha de dimensões e indicadores considerou: (i) a relevância de cada dimensão no que se refere ao bem-estar; (ii) a disponibilidade de informação; (iii) os resultados do processo de auscultação pública no âmbito dos *workshops* nacionais e regionais sobre pobreza multidimensional organizados ao longo de 2015 em Maputo, Cabo Delgado (zona norte), Zambézia (zona centro), e Inhambane (zona sul).

4.4.1 Dimensões, indicadores e ponderadores

Nesta análise específica para 2014/15 identificamos 17 indicadores de bem-estar. Estes foram sucessivamente agrupados em 3 grandes dimensões:

- Educação;
- Saúde e determinantes de saúde; e
- Padrões de vida.

Dada a relevância de cada dimensão, foi decidido atribuir o mesmo peso a cada dimensão, e os ponderadores específicos de cada indicador foram sucessivamente calculados.

Tabela 4-12: Dimensões, indicadores, condição de privação e ponderadores, IOF14

Dimensão	Indicador	Condição de privação do agregado familiar (AF)
Educação (1/3)	Acesso à escola primária (1/9)	A escola primária mais próxima está a mais de 30 minutos a pé
	Alguém no agregado familiar concluiu o EP1 (1/9)	Se ninguém concluiu o Ensino Primário 1º Grau
	Escolarização das crianças (1/9)	Pelo menos uma criança em idade escolar não frequenta a escola
Saúde/ Determinantes de saúde (1/3)	Fonte de água segura (1/15)	Se o AF não usa água canalizada (dentro de casa, fora da casa/quintal), ou água do fontenário, ou água de furo ou poço com bomba mecânica ou manual, ou água mineral, ou água engarrafada
	Saneamento seguro (1/15)	Se o AF usa latrina não melhorada, ou não tem nenhum tipo de retrete ou latrina
	Acesso à saúde (1/15)	A unidade sanitária mais próxima está a mais de 30 minutos a pé
	Acesso a fonte de água (1/15)	A fonte de água mais próxima está a mais de 30 minutos a pé
	Desnutrição crónica (1/15)	Pelo menos uma criança entre 0 e 59 meses sofre de desnutrição crónica
Padrões de vida (1/3)	Pessoas por quarto (1/27)	Tem 4 pessoas ou mais por cada quarto para dormir
	Chão (1/27)	Se o chão não é feito de parquet, madeira serrada, ladrilho/mármore/tijoleira ou cimento
	Paredes (1/27)	Se as paredes não são feitas de blocos de cimento ou blocos de tijolo
	Cobertura de material convencional (1/27)	Se a casa do AF não está coberta por laje de betão, ou telha, ou chapas (de lusalite ou zinco)
	Acesso à electricidade (1/27)	Se o AF não tem acesso à electricidade
	Acesso ao mercado (1/27)	O mercado mais próximo está a mais de 30 minutos a pé
	Acesso ao transporte (1/27)	A paragem de transporte mais próxima está a mais de 30 minutos a pé
	Acesso à segurança (1/27)	O posto policial mais próximo está a mais de 30 minutos a pé
	Posse de bens duráveis, activos rurais e gado (1/27)	Se o AF não tem pelo menos 3 bens duráveis de uma lista de bens duráveis mais comuns (bicicleta, carro, moto, televisor, rádio, telefone, computador, impressora, cama, geleira, congelador, aparelhagem), ou não tem pelo menos 2 activos rurais (charrua, motosserra, tractor, carrinho, debulhadora, electrobomba, barco de pesca, tanque para piscicultura, maquina de costura), ou não tem pelo menos 2 cabeças de gado bovino, 2 burros, 12 cabritos, ou 24 galinhas ou patos

Nota: Dimensões, indicadores, condição de privação e ponderadores considerados na avaliação da pobreza multidimensional para 2014/15. Os ponderadores estão em parênteses.

4.4.2 Níveis de privação por cada indicador

Na Tabela 4-13 apresentamos os resultados dos níveis de privação em cada indicador seleccionado, a nível nacional, urbano e rural, por região e por província. De uma forma geral os resultados mostram uma menor prevalência de privação para os indicadores de educação. Na dimensão de saúde temos três indicadores (acesso à fonte de água, acesso à unidade sanitária, e desnutrição crónica³⁴) com taxas relativamente baixas de privação a nível nacional, e dois indicadores (fonte de água segura e saneamento seguro) com taxas de privação mais altas. Na dimensão de padrões de vida encontramos alguns dos indicadores com taxas de privação mais altas. Em particular o acesso à electricidade, acesso a segurança, paredes e chão de boa qualidade mostram taxas muito elevadas.

Também para esta análise específica de 2014/15 é de salientar que a maioria dos indicadores apresenta diferenças grandes entre áreas rurais e urbanas, com as áreas rurais sendo mais privadas do que as áreas urbanas. As diferenças são consideráveis no acesso a electricidade, água e saneamento seguros, chão e paredes de boa qualidade, acesso a segurança, mercado e transporte (Figura 4-8). A nível provincial também existem diferenças muito grandes, com as províncias do norte e do centro sendo mais privadas na maioria dos indicadores.

4.4.3 Agregação dos indicadores e estimativas de pobreza multidimensional

Nos parágrafos seguintes são apresentadas as estimativas de pobreza multidimensional obtidas usando o método A-F com as dimensões e indicadores escolhidos. Nas secções 4.1 e 4.2 já foi salientado que para estimar a pobreza multidimensional usando o método A-F é necessário escolher um limite ou *cutoff* de pobreza, que corresponde à proporção (ponderada) de privação suficiente para identificar um agregado familiar como pobre.

A abordagem A-F é muito flexível e pode ser adaptada a uma grande variedade de situações diferentes. Por conseguinte, o *cutoff* pode ser modificado dependendo da análise, do número de indicadores, de outras características do país, do seu nível geral de desenvolvimento, ou de escolhas de políticas. Devido ao baixo número de indicadores de bem-estar disponíveis, para a análise feita na secção 4.2 tinha sido escolhido um *cutoff* $K = 60$ por cento. Nesta secção foi achado mais apropriado escolher um *cutoff* mais baixo, tendo em conta o maior número de indicadores considerados. Neste caso, a possibilidade de um dado indivíduo ser privado de um conjunto de indicadores tão amplo é muito menos que no caso anterior.

Nesse sentido, a análise seguinte apresenta resultados de pobreza multidimensional usando um *cutoff* $K = 40$ por cento. Na Tabela 4-14 são apresentados os resultados da incidência da pobreza (H), da intensidade (A), e o índice de pobreza multidimensional (M^0) a nível nacional, urbano/rural, regional, regional-urbano/rural, e provincial.

³⁴ As taxas de desnutrição crónica apresentadas no que se segue não são comparáveis com as taxas apresentadas na Terceira Avaliação da Pobreza por duas razões: i) são calculadas a nível do agregado familiar e não a nível individual da criança; e ii) no presente estudo, as famílias que não têm crianças menores de cinco anos são consideradas não privadas neste indicador.

Tabela 4-13: Prevalência de privação por cada indicador (2014/15)

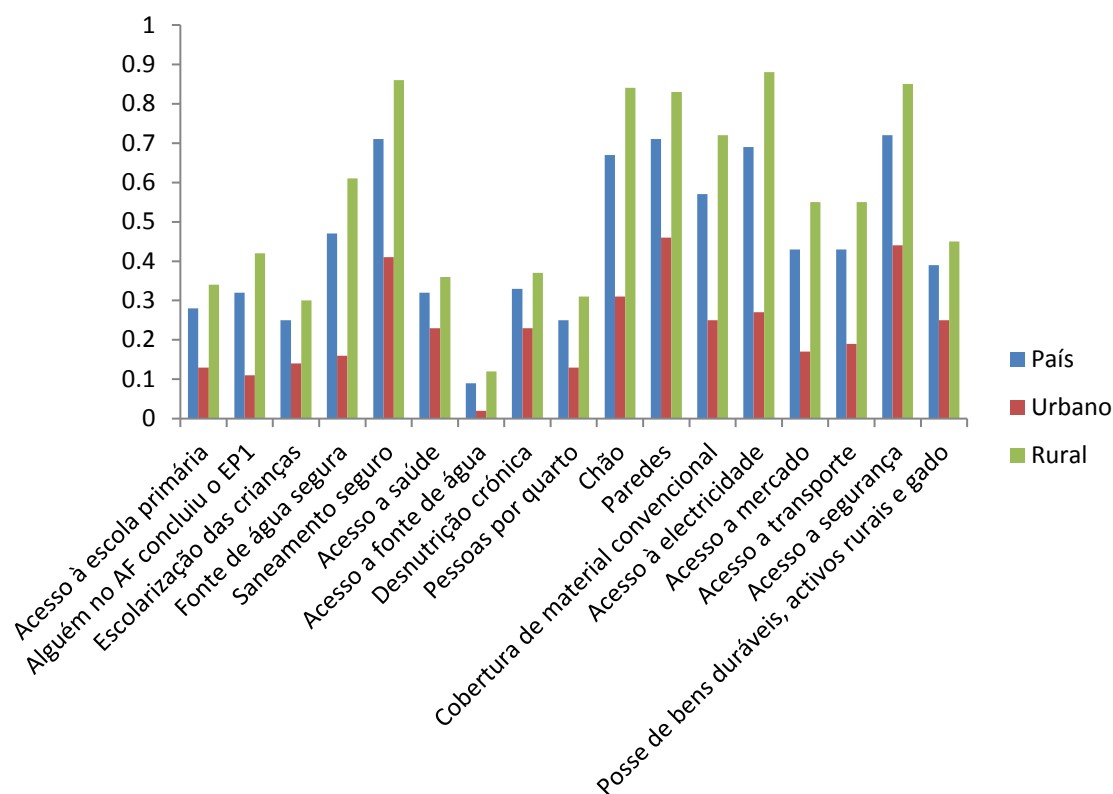
	Acesso à escola primária	Alguém no AF concluiu o EP1	Escolar. das crianças	Fonte de água segura	Saneam. seguro	Acesso à saúde	Acesso à fonte de água	Desnutr. crónica
País	0,28	0,32	0,25	0,47	0,71	0,32	0,09	0,33
Urbano	0,13	0,11	0,14	0,16	0,41	0,23	0,02	0,23
Rural	0,34	0,42	0,30	0,61	0,86	0,36	0,12	0,37
Norte	0,31	0,42	0,37	0,56	0,78	0,41	0,13	0,39
Centro	0,30	0,35	0,25	0,54	0,80	0,32	0,08	0,35
Sul	0,19	0,12	0,08	0,20	0,44	0,18	0,05	0,19
Niassa	0,20	0,41	0,33	0,56	0,79	0,38	0,11	0,38
Cabo Delgado	0,14	0,40	0,37	0,54	0,81	0,63	0,11	0,39
Nampula	0,41	0,43	0,38	0,57	0,77	0,34	0,14	0,40
Zambézia	0,32	0,42	0,23	0,68	0,86	0,35	0,07	0,34
Tete	0,30	0,43	0,29	0,47	0,77	0,26	0,04	0,32
Manica	0,24	0,17	0,17	0,48	0,78	0,35	0,05	0,39
Sofala	0,29	0,24	0,29	0,35	0,72	0,32	0,15	0,39
Inhambane	0,40	0,19	0,12	0,44	0,75	0,35	0,13	0,18
Gaza	0,16	0,18	0,13	0,25	0,62	0,17	0,05	0,26
Maputo Pr	0,14	0,08	0,04	0,10	0,26	0,14	0,02	0,15
Maputo Cd	0,04	0,02	0,05	0,00	0,11	0,04	0,00	0,17

(Continua na página seguinte)

	Pessoas por quarto	Chão	Paredes	Cobert. de material conv.	Acesso à electr.	Acesso ao mercado	Acesso ao transp.	Acesso à Segur.	Posse de bens duráveis, ativos rurais e gado
País	0,25	0,67	0,71	0,57	0,69	0,43	0,43	0,72	0,39
Urbano	0,13	0,31	0,46	0,25	0,27	0,17	0,19	0,44	0,25
Rural	0,31	0,84	0,83	0,72	0,88	0,55	0,55	0,85	0,45
Norte	0,20	0,81	0,89	0,76	0,75	0,45	0,47	0,77	0,51
Centro	0,31	0,81	0,75	0,65	0,79	0,50	0,55	0,79	0,42
Sul	0,21	0,20	0,40	0,15	0,40	0,25	0,16	0,52	0,15
Niassa	0,39	0,89	0,83	0,85	0,81	0,49	0,42	0,75	0,50
Cabo Delgado	0,13	0,85	0,92	0,71	0,79	0,19	0,30	0,75	0,41
Nampula	0,17	0,78	0,89	0,75	0,72	0,53	0,56	0,78	0,55
Zambézia	0,26	0,90	0,83	0,76	0,83	0,58	0,64	0,83	0,53
Tete	0,44	0,82	0,64	0,67	0,84	0,63	0,54	0,81	0,43
Manica	0,17	0,70	0,70	0,52	0,72	0,34	0,38	0,69	0,27
Sofala	0,43	0,68	0,74	0,52	0,69	0,34	0,49	0,75	0,27
Inhambane	0,35	0,40	0,75	0,39	0,73	0,51	0,29	0,85	0,23
Gaza	0,21	0,26	0,59	0,18	0,59	0,26	0,16	0,63	0,19
Maputo Pr	0,15	0,10	0,19	0,03	0,21	0,16	0,14	0,40	0,12
Maputo Cd	0,12	0,01	0,06	0,01	0,05	0,04	0,02	0,15	0,06

Nota: Prevalência de privação (em percentagem) por cada indicador de privação considerado na avaliação da pobreza multidimensional para 2014/15.

Figura 4-8: Prevalência de privação por cada indicador (2014/15)



Nota: O ratio de prevalência de privação por cada indicador de privação considerado na avaliação da pobreza multidimensional para 2014/15. Nível nacional e urbano/rural.

Tabela 4-14: Incidência da pobreza (H), intensidade (A), e índice de pobreza multidimensional (M^0) (2014/15)

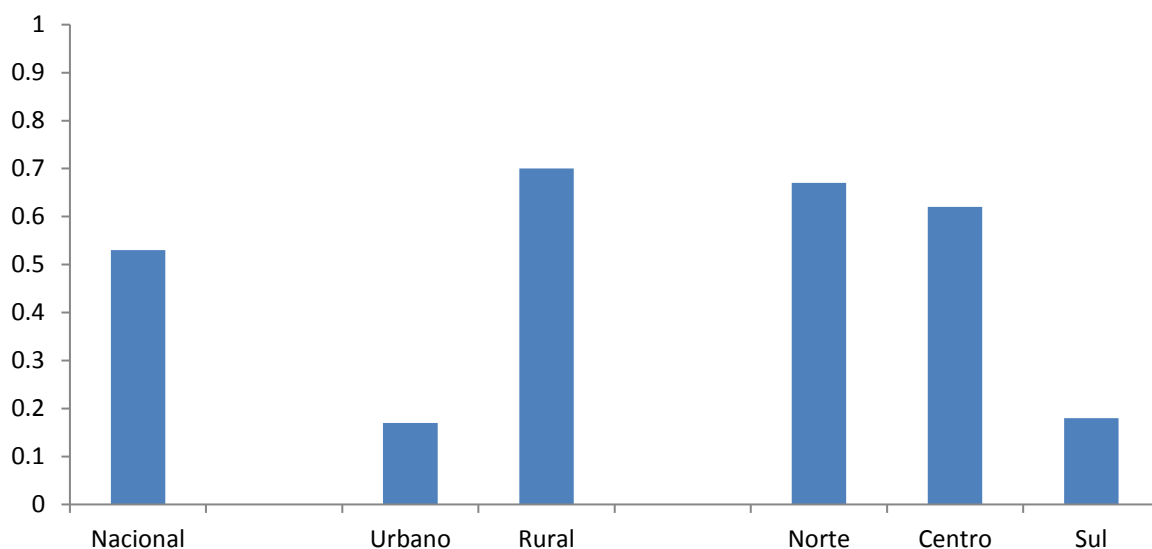
	H	A	M^0		H	A	M^0
Nacional	0,53	0,58	0,31	Niassa	0,69	0,57	0,39
Urbano	0,17	0,55	0,09	Cabo Delgado	0,63	0,56	0,35
Rural	0,70	0,59	0,41	Nampula	0,68	0,62	0,42
Norte	0,67	0,60	0,40	Zambézia	0,71	0,59	0,42
Centro	0,62	0,58	0,36	Tete	0,63	0,58	0,36
Sul	0,18	0,52	0,1	Manica	0,46	0,55	0,25
Norte urbano	0,33	0,56	0,19	Sofala	0,53	0,59	0,32
Norte rural	0,81	0,60	0,49	Inhambane	0,47	0,52	0,24
Centro urbano	0,20	0,53	0,11	Gaza	0,18	0,53	0,09
Centro rural	0,74	0,58	0,43	Maputo Pr	0,07	0,51	0,04
Sul urbano	0,03	0,51	0,01	Maputo Cd	0,00	0,43	0,00
Sul rural	0,37	0,52	0,19				

Nota: Incidência da pobreza (H), intensidade (A), e índice de pobreza multidimensional (M^0) na avaliação da pobreza multidimensional para 2014/15. Nível nacional, urbano/rural, regional, regional-urbano/rural e provincial. A Incidência da Pobreza (H) é a percentagem de indivíduos identificados como pobres, ou seja indivíduos que enfrentam uma percentagem de privações superior ao limite (*cutoff*) de pobreza estabelecido (neste caso 40 por cento das dimensões de privação). A Intensidade da Pobreza (A) indica o nível médio de privação entre a população considerada pobre. A Incidência Ajustada da Pobreza ou Índice de Pobreza Multidimensional (M^0) indica a medida em que a população numa determinada região é pobre, tendo em consideração a incidência da pobreza e a sua intensidade: $M^0 = HA$.

A análise específica do IOF 2014/15 indica que 53 por cento da população pode ser considerada pobre de acordo com a metodologia adoptada. Por outro lado, a intensidade de pobreza é menor do que na análise anterior, resultando num índice de pobreza multidimensional (M^0) muito menor de 0,31. As diferenças entre as áreas rurais e urbanas permanecem muito grandes, e a nível de regiões é possível notar que o sul do país apresenta níveis de pobreza multidimensional substancialmente mais baixos do que o centro e norte. A nível provincial, os índices de pobreza multidimensional são mais altos em Nampula e Zambézia (superiores a 0,40); seguindo-se Niassa, Tete, Cabo Delgado e Sofala com índices à volta de 0,35; Manica e Inhambane com valores de 0,25 e 0,24; Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade apresentam índices inferiores a 0,10.

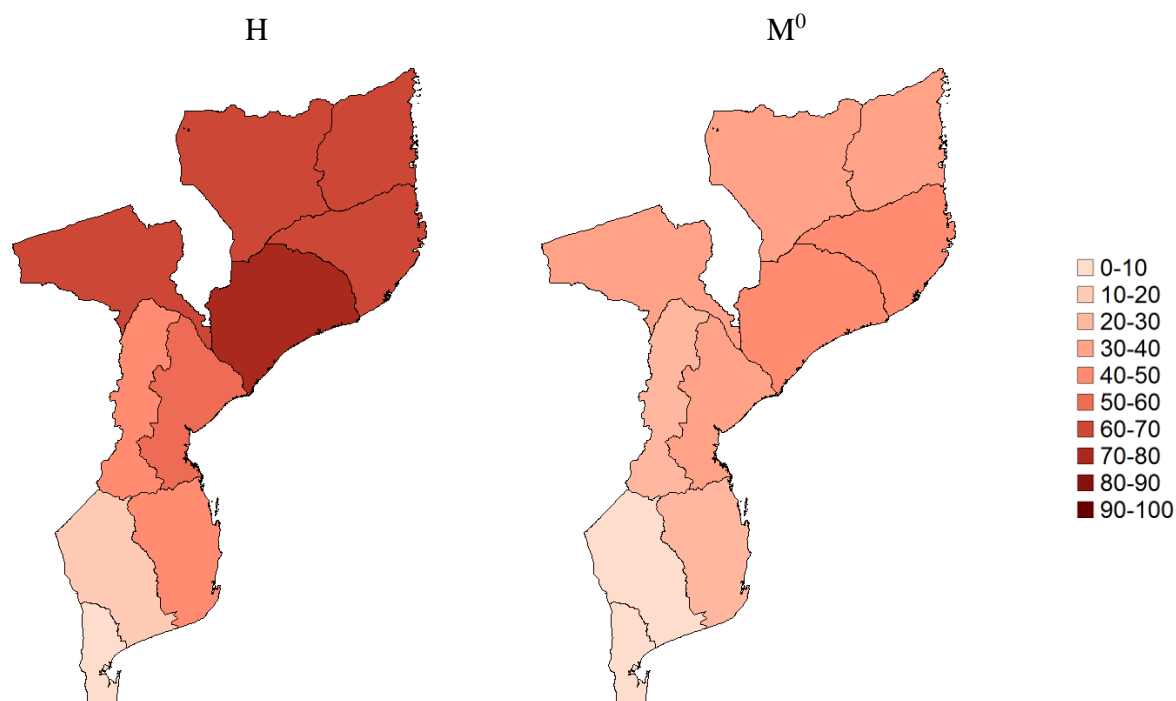
Os resultados para o índice H a nível nacional, urbano/rural e regional são também apresentados de forma gráfica na Figura 4-9, enquanto a Figura 4-10 mostra a incidência da pobreza (H) e o índice M^0 a nível provincial através de mapas. A Figura 4-9 e a Figura 4-10 mostram mais uma vez que os níveis de pobreza multidimensional mais elevados estão no centro e norte do país, destacando-se as províncias de Nampula e Zambézia; por sua vez as províncias menos pobres encontram-se localizadas no sul do país destacando-se as províncias de Maputo Cidade e Maputo Província.

Figura 4-9: Incidência da pobreza (H) (2014/15)



Nota: A Incidência da Pobreza (H) é o ratio de indivíduos identificados como pobres, ou seja indivíduos que enfrentam uma percentagem de privações superior ao limite (*cutoff*) de pobreza estabelecido (40 por cento das dimensões de privação).

Figura 4-10: Mapas da incidência da pobreza (H) e do índice de pobreza multidimensional (M^0), nível provincial (2014/15)



Nota: A Incidência da Pobreza (H) é a percentagem de indivíduos identificados como pobres, ou seja indivíduos que enfrentam uma percentagem de privações superior ao limite (*cutoff*) de pobreza estabelecido (40 por cento das dimensões de privação). A Incidência Ajustada da Pobreza ou Índice de Pobreza Multidimensional (M^0) indica a medida em que a população numa determinada região é pobre, tendo em consideração a incidência da pobreza e a sua intensidade: $M^0 = HA$, onde a Intensidade da Pobreza (A) indica o nível médio de privação entre a população considerada pobre. Os intervalos apresentados na direita: no mapa da Incidência da Pobreza (H) indicam a percentagem de indivíduos pobres em cada província, e vão de 0 (ninguém é pobre) a 100 (todos são pobres); no mapa do Índice de Pobreza Multidimensional (M^0) indicam o Índice de Pobreza Multidimensional em cada província, e vão de 0 (Índice de Pobreza Multidimensional mínimo) a 100 (Índice de Pobreza Multidimensional máximo).

Análises mais detalhadas sobre a contribuição de cada província para a pobreza multidimensional do país, a contribuição percentual de cada indicador e a correlação existente entre os vários indicadores de bem-estar encontram-se na secção 7.4 do Apêndice. Na secção 7.7 do Apêndice os resultados de pobreza multidimensional para os dois inquéritos aos agregados familiares mais recentes, o IOF08 e o IOF14, são comparados utilizando a lista de indicadores que foi também utilizada na presente secção (Tabela 4-12). A grande comparabilidade entre as informações contidas nos últimos dois inquéritos permite fazer comparações que não seriam possíveis utilizando os inquéritos anteriores.

4.4.4 Variação do índice de pobreza multidimensional com diferentes *cutoffs*

Os resultados apresentados na secção 4.2 e na secção 4.4.3 mostram claramente que as estimativas da pobreza multidimensional com base no método A-F podem ser muito influenciadas pelos indicadores seleccionados, pela forma como agregamos os indicadores numa dimensão específica, pelo peso ou ponderador atribuído a cada indicador, e pelo *cutoff*

(K) utilizado para definir pobreza. Contudo, as tendências mais relevantes são confirmadas e todas as análises apresentadas. Na Tabela 4-15 mostramos o índice M^0 no caso da escolha de diferentes K ($K = 20\%$, 40% , 60% , 80%) a nível nacional e provincial. Podemos observar que de uma forma geral as diferenças provinciais e os *rankings* provinciais são essencialmente estáveis, independentemente da escolha do K . Todavia os níveis de pobreza multidimensional são bastante diferentes nos quatro casos analisados; pois quanto maior a proporção de privação necessária para considerar um agregado familiar como pobre, menor é o índice de pobreza multidimensional. Como era de esperar, os níveis do índice M^0 são substancialmente mais baixos no caso de $K = 80\%$ do que nos outros casos.

Tabela 4-15: Tabela da incidência ajustada da pobreza (M^0), nível provincial, diferentes *cutoffs* (2014/15)

IOF 2014/15				
	K=20	K=40	K=60	K=80
Nacional	0,39	0,31	0,16	0,02
Niassa	0,46	0,39	0,18	0,01
Cabo Delgado	0,44	0,35	0,15	0,01
Nampula	0,48	0,42	0,27	0,05
Zambézia	0,48	0,42	0,21	0,03
Tete	0,44	0,36	0,17	0,01
Manica	0,35	0,25	0,08	0,01
Sofala	0,38	0,32	0,17	0,02
Inhambane	0,35	0,24	0,07	0,00
Gaza	0,22	0,09	0,03	0,00
Maputo Pr	0,08	0,04	0,01	0,00
Maputo Cd	0,01	0,00	0,00	0,00

Nota: A Incidência Ajustada da Pobreza ou Índice de Pobreza Multidimensional (M^0) indica a medida em que a população numa determinada região é pobre, tendo em consideração a incidência da pobreza e a sua intensidade: $M^0 = HA$, onde a Intensidade da Pobreza (A) indica o nível médio de privação entre a população considerada pobre. O *cutoff* de pobreza (K) é a proporção (ponderada) de privação suficiente para identificar um indivíduo como pobre.

4.5 Comparação entre os resultados da pobreza de consumo e da pobreza multidimensional

Depois de termos calculado a incidência da pobreza de consumo e a incidência da pobreza multidimensional, é importante estudar a relação entre estes dois tipos de privação. Em primeiro lugar é essencial analisar até que ponto os indivíduos pobres do ponto de vista do consumo e os indivíduos pobres do ponto de vista multidimensional coincidem; em segundo lugar, é possível calcular a intersecção e a união dos dois indicadores de pobreza, ou seja avaliar a percentagem de pessoas pobres tanto do ponto de vista do consumo que do ponto de vista multidimensional (intersecção), e a percentagem de pessoas pobres pelo menos em um dos dois tipos de privação (união).

Na Tabela 4-16 mostra-se o coeficiente de correlação entre a pobreza de consumo e a pobreza multidimensional. Como era de esperar, o coeficiente é positivo, mas a correlação não é muito forte. É evidente que a pobreza de consumo e a pobreza multidimensional estão relacionadas mas elas medem tipos de privação bastante diferentes, assim que a informação providenciada por uma é complementada pela informação fornecida pela outra. O consumo por exemplo é

uma medida mais volátil enquanto os indicadores de pobreza multidimensional são mais estáveis ao longo do tempo.

Tabela 4-16: Correlação entre a pobreza de consumo e a pobreza multidimensional, IOF14

	H Consumo
H Multidimensional	0,25

Nota: Coeficiente de correlação entre a incidência da pobreza de consumo (não ajustada) e a incidência da pobreza multidimensional para o IOF14.

Nas primeiras duas colunas da Tabela 4-17 são apresentadas a incidência da pobreza de consumo e a incidência da pobreza multidimensional já discutidas anteriormente, enquanto nas últimas duas colunas temos a intersecção e a união dos dois indicadores de pobreza. Os resultados da intersecção revelam que cerca de 31 por cento da população Moçambicana é privada contemporaneamente tanto do ponto de vista do consumo como do ponto de vista multidimensional. Esta percentagem é mais alta para as zonas rurais e para a zona norte, e é superior a 40 por cento nas províncias de Niassa, Nampula e Zambézia.

Tabela 4-17: Incidência da pobreza de consumo, incidência da pobreza multidimensional, união e intersecção dos dois indicadores de pobreza, IOF14 (%)

Área	H Consumo	H Multidimensional	H Intersecção	H União
Nacional	46,1	53,0	31,0	68,8
Urbano	37,4	17,0	14,2	40,8
Rural	50,1	70,0	38,8	81,8
Norte	55,1	67,0	41,9	80,9
Centro	46,2	62,0	32,7	75,0
Sul	32,8	18,0	11,7	39,3
Niassa	60,6	69,0	44,5	84,8
Cabo Delgado	44,8	63,0	31,0	77,9
Nampula	57,1	68,0	45,2	80,8
Zambézia	56,5	71,0	43,2	83,5
Tete	31,8	63,0	22,1	73,2
Manica	41,0	46,0	22,8	64,0
Sofala	44,2	53,0	30,3	67,3
Inhambane	48,6	47,0	29,1	66,0
Gaza	51,2	18,0	12,9	55,9
Maputo Província	18,9	7,0	3,9	21,9
Maputo Cidade	11,6	0,0	0,2	11,8

Nota: Percentagem de pessoas pobres do ponto de vista do consumo (“H Consumo”) e do ponto de vista multidimensional (“H Multidimensional”) para o IOF14. A coluna “H Intersecção” indica a percentagem de pessoas pobres tanto do ponto de vista do consumo que do ponto de vista multidimensional; a coluna “H União” indica a percentagem de pessoas pobres pelo menos em um dos dois tipos de privação.

Ao mesmo tempo a última coluna da mesma tabela (“H União”) destaca como mais de dois terços dos Moçambicanos (69 por cento) estejam privados em pelo menos uma das duas medidas de pobreza. As percentagens para o centro, o norte e as zonas rurais no geral ultrapassam o 70 por cento.

5 Conclusões e passos futuros

Este relatório apresentou a metodologia e os resultados da análise da pobreza e bem-estar com base nos dados do IOF 2014/15, incluindo comparações com os inquéritos anteriores. Foi elaborado pela Direcção de Estudos Económicos e Financeiros, com o apoio técnico da Universidade das Nações Unidas (UNU-WIDER) e da Universidade de Copenhaga. Reconhecendo que a pobreza é um fenómeno multidimensional, para além da pobreza de consumo, outras dimensões de bem-estar foram também avaliadas.

Os resultados principais da análise são:

- i) Depois da estagnação observada entre 2002/03 e 2008/09, as taxas de pobreza de consumo voltaram a baixar entre 2008/09 e 2014/15;
- ii) Outras dimensões de bem-estar como educação, qualidade da habitação, posse de bens e acesso a serviços básicos também melhoraram;
- iii) Permanecem diferenças importantes entre áreas urbanas e rurais, e entre as províncias do centro e norte, e as províncias do sul do país.

É de salientar que não obstante os avanços inegáveis, os níveis de pobreza são ainda bastante altos, e portanto a redução da pobreza ainda deve permanecer como um dos objectivos centrais das políticas públicas. Aproximadamente 45 por cento dos Moçambicanos, equivalente a quase 12 milhões de pessoas, são pobres do ponto de vista do consumo, e cerca de 30 por cento da população é privada contemporaneamente tanto do ponto de vista do consumo como do ponto de vista multidimensional. Ao mesmo tempo a redução de quase 40 pontos percentuais na proporção de pessoas pobres entre 1990 e 2015 é uma das maiores observadas no mundo, o que deixou Moçambique perto de atingir em 2015 o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) de “Erradicar a Pobreza e a Fome”.

Olhando para o futuro, é importante que análises mais aprofundadas sobre alguns dos temas complementares à pobreza, só parcialmente abordados neste relatório, sejam desenvolvidas brevemente. Alguns exemplos são análises mais detalhadas da desigualdade, avaliações da desnutrição e do bem-estar das crianças, pesquisas sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), comparações internacionais mais abrangentes, e uma investigação sobre o impacto da crise económica do último ano no bem-estar das famílias. Relativamente ao bem-estar multidimensional, espera-se também fazer um inquérito adicional para avaliar a importância relativa dos indicadores de bem-estar para a população Moçambicana. Finalmente, nas avaliações anteriores já foi sublinhada a importância de realizar inquéritos sobre orçamento familiar de forma mais adequada e frequente.

6 Referências bibliográficas

Arndt, C. and K. R. Simler (2005). 'Estimating Utility-Consistent Poverty Lines', Food Consumption and Nutrition Division Discussion Paper No. 189. Washington, DC: International Food Policy Research Institute (IFPRI).

Arndt, C. and K. R. Simler (2007). 'Consistent Poverty Comparisons and Inference', *Agricultural Economics*, 37: 133–9.

Arndt, C., and K. Simler (2010). "Estimating Utility Consistent Poverty Lines." *Economic Development and Cultural Change*. 58: 449-474.

Arndt, C., R. Distante, M.A. Hussain, L.P. Østerdal, P.L. Huong, and M. Ibraimo (2012). 'Ordinal welfare comparisons with multiple discrete indicators: A first order dominance approach and application to child poverty.' *World Development*, 40(11): 2290-2301.

Arndt, C., E.S. Jones, and V. Salvucci (2015). 'When do relative prices matter for measuring income inequality? The case of food prices in Mozambique.' *The Journal of Economic Inequality* 13(3): 449-464.

Arndt, C., M.A. Hussain, V. Salvucci, L.P. Østerdal (2016). 'Effects of Food Price Shocks on Child Malnutrition: The Mozambican Experience 2008/09.' *Economics and Human Biology*, 22: 1–13.

Arndt, C., A.M. Hussain, V. Salvucci, F. Tarp, and L.P. Østerdal (2016). 'Poverty Mapping Based on First-Order Dominance with an Example from Mozambique.' *Journal of International Development*, 28(1): 3-21.

Arndt, C. and Tarp, F. (2016) (forthcoming). *Measuring Poverty and Wellbeing in Developing Countries*. Oxford University Press, Oxford.

DNPO (1998). 'Poverty and Well-Being in Mozambique: The First National Assessment.' Ministry of Planning and Finance, Maputo.

DNPO (2004). 'Poverty and Well-Being in Mozambique: The Second National Assessment.' MPD Discussion paper number 3, Maputo.

FAO Statistics Division (2010). Minimum dietary energy requirements. www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/food_security_statistics/MinimumDietaryEnergyRequirement_en.xls

Foster, J. E., J. Greer, and E. Thorbecke. 1984. 'A Class of Decomposable Poverty Measures.' *Econometrica*, 52(3): 761–766.

Ministry of Planning and Development/DNEAP (2010). 'Poverty and Wellbeing in Mozambique: Third National Poverty Assessment'. Maputo: Ministry of Planning and Development/DNEAP.

Ravallion, M. (1994). *Poverty Comparisons*. Geneva: Harwood Academic Publishers.

Sen, Amartya. 1999. *Development as Freedom*, Oxford, Oxford University Press.

7 Apêndices

7.1 Metodologia para a medição da pobreza monetária

Os métodos utilizados para estimar as linhas de pobreza monetária são descritos em detalhes num livro editado por Arndt e Tarp que vai ser publicado em breve pela Oxford University Press. O livro descreve o Software Analítico para Estimação das Linhas de Pobreza (*Poverty Line Estimation Analytic Software, PLEASE*), o qual está baseado na abordagem do Custo das Necessidades Básicas (CNB). Nesta secção é facultado um breve resumo do método e é incluída uma descrição das decisões específicas relacionadas com os inquéritos sobre orçamento familiar em questão.

7.1.1 O agregado de consumo

De forma semelhante ao que foi feito nas três avaliações nacionais da pobreza anteriores, a métrica de bem-estar utilizada nesta análise é uma medida muito abrangente do consumo familiar *per capita*. No geral o consumo é a medida monetária de bem-estar preferida, porque representa uma medida de bem-estar mais regular/estável do que a renda e capta de forma mais eficaz o bem-estar derivado do auto-emprego, incluindo as actividades agrícolas.³⁵ O agregado de consumo capta o valor total dos itens alimentares e não-alimentares consumidos. Nos inquéritos aos agregados familiares sobre orçamento familiar existe uma série de módulos que recolhe dados sobre as compras diárias, mensais e anuais, sobre os bens de produção própria e as receitas em espécie, bem como sobre os valores de uso dos bens duráveis e o valor das rendas das habitações ocupadas. Notavelmente o agregado do consumo exclui o valor dos serviços de produção própria e dos bens e serviços públicos.

O método de recolha de dados sobre receitas em espécie evoluiu nos inquéritos recentes. No IAF02 os dados sobre receitas em espécie eram recolhidos por tipo de alimento específico, incluindo as quantidades das receitas (alimentares) em espécie. Em 2008/09 as receitas em espécie relativas ao emprego continuaram a seguir este formato, no entanto a forma de recolha de dados sobre receitas em espécie recebidas de familiares e instituições sem fins lucrativos e religiosas mudou; especificamente, o questionário já não identificava os tipos de produtos específicos mas só perguntava aos agregados familiares o valor total das receitas. O IOF14 recolheu ainda menos detalhes. As receitas em espécie relativas ao emprego são classificadas como alimentação, alojamento ou transporte. Como no caso do IOF08 as receitas alimentares em espécie recebidas de familiares e de instituições sem fins lucrativos e religiosas não são diferenciadas por tipo de produto específico.

De modo a manter a coerência com o IAF02, as estimativas de pobreza oficiais para 2008 basearam-se num agregado de consumo que inclui receitas em espécie imputadas com base nas características dos agregados familiares e nas receitas de 2002/03. Uma vez que o método (revisto) de recolha dos dados de receitas foi semelhante nos IOF08 e IOF14, no âmbito da

³⁵ Ver a Segunda Avaliação Nacional da Pobreza para uma discussão mais detalhada dos benefícios relacionados com as medidas de consumo nas estimativas de pobreza (Ministério do Plano e Finanças / DNPO, 2004).

abordagem PLEASE foi tomada a decisão de não imputar as receitas em espécie, mas utilizar os dados disponíveis.

O IOF14 inquiriu os mesmos agregados familiares em três trimestres. Esta abordagem difere dos inquéritos anteriores, os quais tiveram lugar ao longo de quatro trimestres, mas cada agregado familiar foi entrevistado só uma vez por ano. Para obter uma estimativa agregada ou “anual”, seguindo uma abordagem semelhante àquela dos inquéritos anteriores, os três trimestres do IOF14 foram agregados e as mesmas famílias em trimestres diferentes foram tratadas como observações diferentes. Produziu-se também um índice temporal de preços de alimentos para dar conta da sazonalidade dos preços nos vários trimestres. As flutuações sazonais dos preços dos alimentos implicam que o poder de compra não é constante ao longo do ano e portanto, se a sazonalidade não for considerada, teríamos a impressão de que o bem-estar é maior em períodos relativamente caros quando de facto a quantidade de alimentos consumidos permaneceu constante. Todos os valores nominais do consumo alimentar são ajustados pelo índice temporal de preços.³⁶

7.1.2 Linhas de pobreza

Na abordagem do custo das necessidades básicas, as linhas de pobreza baseiam-se nos padrões de consumo alimentar (cabazes alimentares e preços) típicos das famílias relativamente pobres. Especificamente, as linhas de pobreza alimentar reflectem o custo de aquisição de cabazes alimentares que atingem as necessidades calóricas mínimas avaliados aos preços pagos pelas famílias relativamente pobres. O procedimento de estimação das linhas de pobreza aplicado nesta avaliação da pobreza baseia-se na abordagem do CNB, com extensões em quatro áreas-chave. Em primeiro lugar, é utilizado um procedimento iterativo para garantir que exista uma consistência entre as famílias (relativamente) pobres utilizadas para estimar os preços dos alimentos e os cabazes alimentares e as famílias pobres identificadas pelas linhas de pobreza. Em segundo lugar, a abordagem reconhece como relevantes às diferenças regionais e temporais nos padrões de consumo. Assim, as linhas de pobreza são estimadas para 13 regiões e cada linha de pobreza está baseada nos preços e nos cabazes alimentares específicos para cada região e cada inquérito.³⁷ Em terceiro lugar, são aplicadas várias condições de preferências reveladas para determinar se os cabazes de consumo trazem um nível consistente de utilidade em todas as regiões, e em cada uma das regiões ao longo do tempo. Finalmente, no caso das condições de preferências reveladas falharem, utiliza-se uma metodologia baseada na entropia para ajustar os cabazes de consumo e satisfazer as restrições das condições de preferências reveladas.

³⁶ É possível calcular as linhas de pobreza para cada domínio espacial e para cada trimestre, eliminando a necessidade de um índice de preço espacial. Isso foi feito e fornece resultados muito semelhantes àqueles reportados.

³⁷ Ver a Primeira Avaliação Nacional da Pobreza para uma discussão sobre como foram escolhidas as 13 regiões onde são calculadas as linhas de pobreza. (Ministério do Plano e Finanças / DNPO, 1998).

7.1.2.1 Linhas de pobreza alimentar

As linhas de pobreza alimentar regionais estão baseadas em quatro elementos: as necessidades calóricas médias a nível regional; a composição típica das refeições consumidas pelas famílias pobres; o teor calórico destas refeições relativamente às necessidades calóricas regionais; e o custo de obter estas refeições avaliadas aos preços prevalecentes em cada domínio espacial específico. As necessidades calóricas diárias médias a nível regional estão baseadas em dados demográficos a nível regional. Especificamente, as necessidades calóricas alvo dentro de cada domínio espacial são ajustadas não só de acordo com a composição de género e idade dentro de cada região, mas também de acordo com as taxas de fertilidade locais e a probabilidade de amamentação.

Os cabazes alimentares específicos em cada região contêm os produtos que compõem o 90 por cento das despesas das famílias pobres (ordenando os produtos a partir dos mais importantes para os menos relevantes). Eliminando o 10 por cento inferior (isto é, os produtos menos importantes) eliminamos uma longa lista de alimentos que normalmente é consumida só por um número relativamente pequeno de famílias. Como o 10 por cento inferior das despesas alimentares tende a conter calorias relativamente “caras”, assumimos que o 90 por cento do consumo alimentar acima referido represente o 95 por cento da ingestão calórica. As quantidades de alimentos são depois reescaladas de tal forma que os cabazes atinjam o 95 por cento das necessidades calóricas regionais, mas mantendo as composições relativas. O custo total de aquisição dos cabazes alimentares, avaliados aos preços regionais pagos pelas famílias pobres, é sucessivamente dividido por 0,9 para reflectir a totalidade (100 por cento) das despesas alimentares, que por sua vez dá origem às linhas de pobreza alimentar.

7.1.2.2 Linhas de pobreza não alimentar

A linha de pobreza alimentar é complementada por uma linha de pobreza não alimentar, a qual pode ser vista como um único item não alimentar agregado. As linhas de pobreza não alimentar estimam o custo de aquisição de produtos não alimentares que são essenciais para alcançar um bem-estar mínimo. Mais especificamente, a linha de pobreza não alimentar é a média das despesas não-alimentares dos agregados familiares com consumo total igual a ou perto da linha de pobreza alimentar, onde a média é obtida usando um esquema de ponderação triangular que dá maior peso às famílias com consumo total mais perto da linha de pobreza. Esta abordagem deriva da constatação de que mesmo as pessoas muito pobres alocam quantidades significantes de recursos para itens não alimentares, tais como habitação, vestuário e transporte. As despesas em itens não-alimentares dos agregados familiares cujo consumo total está perto da linha de pobreza alimentar são definidas como “básicas” e usadas como base de referência, porque as despesas efectuadas nesses itens forçam os agregados familiares que as fazem a deslocar as suas despesas alimentares, e portanto forçam esses agregados a consumir uma cesta alimentar que é inferior, em quantidade, qualidade, ou ambos, à cesta representada pela linha de pobreza.

7.1.2.3 As medidas de pobreza

A linha de pobreza total é determinada somando as linhas de pobreza alimentar e não alimentar. Os indivíduos com níveis de consumo abaixo da linha de pobreza total são então identificados

como pobres. A partir deste ponto, a classe de medidas decomponíveis de pobreza denominada Foster, Greer, Thorbecke (FGT) (Foster, Greer e Thorbecke, 1984) é calculada. A taxa de pobreza é determinada pela medida FGT mais frequentemente utilizada, a incidência da pobreza, que simplesmente mede a percentagem da população que vive abaixo da linha da pobreza.

7.1.2.4 Procedimento iterativo

Identificar os padrões alimentares típicos e os preços relevantes para as famílias pobres requer um método para determinar as famílias de referência. O método aplicado nesta abordagem visa definir as famílias de referência como aquelas que são consideradas pobres. No entanto, *a priori* não sabemos quais são as famílias que são realmente pobres. Para garantir que o subconjunto de famílias pobres seleccionadas seja de facto pobre também de acordo com as linhas de pobreza calculadas, é adoptado um procedimento iterativo que segue Ravallion (1994). Inicialmente, as famílias são classificadas dentro de cada domínio espacial na base do total do seu consumo diário por capita, e o conjunto de famílias no 60 por cento mais pobre vai formar o conjunto de famílias que são consideradas pobres (em termos relativos). Um processo iterativo é então aplicado para assegurar que os agregados considerados pobres em termos relativos sejam, de facto, pobres também de acordo com as linhas de pobreza estimadas. A partir da iteração anterior, a taxa de incidência da pobreza regional fornece uma estimativa actualizada do percentil de consumo *per capita* que identifica uma família como pobre. Em seguida é possível redefinir o conjunto das famílias pobres de referência e identificar os novos cabazes de consumo, os preços, e as linhas de pobreza correspondentes. Este procedimento iterativo é repetido cinco vezes, o que é suficiente para que as taxas de pobreza convirjam. Esta convergência faz com que os cabazes alimentares e não alimentares estimados estejam de facto baseados nos padrões de consumo dos pobres.

7.1.2.5 Consistência nos níveis de utilidade

O uso de pacotes regionais garante que os cabazes alimentares reflectam os padrões de consumo das famílias pobres em cada domínio espacial. No entanto as linhas de pobreza específicas de cada região não reflectem necessariamente o mesmo nível de utilidade. Sem uma avaliação da consistência nos níveis de utilidade, as diferenças nas taxas de pobreza entre os domínios espaciais poderiam apenas reflectir as diferenças nos níveis de utilidade entre as diferentes linhas de pobreza para cada domínio espacial em vez de diferenças nos níveis de vida dentro de cada domínio. Para responder a este problema, testamos várias condições de preferências reveladas. As condições de preferências reveladas espaciais podem ser escritas como segue:

$$\sum_i p_{ir} * q_{2is} \geq \sum_i p_{ir} * q_{2ir} \quad \forall r, s \quad r \neq s$$

onde as preferências são definidas para $I [i \in I]$ bens; r, s representam os índices para o conjunto de domínios espaciais considerados, $R [r, s \in R]$; e as variáveis p e q representam respectivamente os preços e as quantidades. Estas condições comparam o custo de um cabaz de consumo num determinado domínio espacial, r , com o custo de um cabaz de outro domínio espacial, s , avaliados aos preços observados em r . Se os cabazes representam o mesmo nível de utilidade e as preferências são constantes, um consumidor racional escolheria o cabaz menos

caro. Se esta condição não for satisfeita, isso indicaria que os consumidores optaram por comprar um cabaz mais caro, apesar de uma combinação de bens mais barata estar disponível. O cabaz escolhido é portanto “revelado como preferido”. Um consumidor racional escolheria um cabaz mais caro só no caso em que este cabaz fornecesse uma maior utilidade. Assim, quando as condições de preferências reveladas não são satisfeitas, isso indica que os cabazes de consumo não fornecem um nível de utilidade consistente. Condições similares são especificadas para determinar a consistência da utilidade de uma determinada região ao longo do tempo.

Arndt e Simler (2005, 2007, 2010) introduzem uma metodologia da entropia cruzada mínima,³⁸ baseada na teoria da informação, para resolver as violações nas condições de preferência revelada. Nesta abordagem, as proporções relativas de alimentos que definem um cabaz alimentar são levemente ajustadas de tal modo que os cabazes alimentares satisfaçam as condições de preferência revelada espaciais e temporais, continuando a cumprir com as metas calóricas regionais. Seguindo o método descrito acima, os cabazes alimentares ajustados são usados para obter linhas de pobreza com níveis de utilidade consistentes e calcular as medidas de pobreza finais associadas.

7.1.3 As diferenças entre a abordagem PLEASE e a metodologia anterior

As abordagens aplicadas em Moçambique nos inquéritos anteriores para produzir os resultados oficiais da pobreza são os antecedentes do método PLEASE aplicado aos dados do IOF14. Como tal, as abordagens anteriores e a actual são muito semelhantes, particularmente no que diz respeito às escolhas estratégicas gerais. Especificamente, as duas metodologias adoptam a abordagem do CNB. Ambas metodologias preservam a divisão do país em 13 domínios espaciais desenvolvida em 1996/97. Ambas usam uma abordagem iterativa para chegar às linhas de pobreza iniciais. Estas linhas de pobreza são depois ajustadas para satisfazer as condições de preferências reveladas. As principais diferenças entre os métodos anteriores e o método actual vêm da forma como esta abordagem básica é aplicada na prática. As diferenças são as seguintes:

Primeiro, o procedimento iterativo para a determinação das linhas de pobreza iniciais é modificado para ter em conta de forma mais completa as variações espaciais no custo de vida na primeira iteração. Especificamente, na abordagem anterior o processo iterativo era aplicado a nível nacional, com um índice de preço espacial inicial determinado numa fase preliminar das estimativas de pobreza e um ponto de corte inicial para identificar as famílias pobres em termos relativos correspondente a 60 por cento. Na abordagem actual, o processo iterativo é aplicado a nível de domínio espacial e tanto o índice de preços espacial inicial como os pontos de corte iniciais são tomados a partir da fase preliminar.

Em segundo lugar, os itens alimentares que não têm preços ou calorias correspondentes, tais como as refeições fora de casa, são descartados antes de estimar os cabazes alimentares, e não

³⁸ Definida em Inglês *minimum cross-entropy methodology*.

depois de estimar os cabazes como era feito anteriormente. Em terceiro lugar, o índice de preço temporal é calculado sem incluir as receitas em espécie e a mesma abordagem para seleccionar o cabaz de bens usados neste índice é utilizada em todos os anos. Em quarto lugar, como mencionado acima, as receitas em espécie em 2008/09 e 2014/15 são calculadas usando só os dados disponíveis no inquérito, em vez de imputar os valores com base nas características dos agregados familiares e nas receitas em espécie de 2002/03. Em quinto lugar, um procedimento melhorado é utilizado para estimar os preços dos itens com poucas observações nos cálculos das preferências reveladas espaciais.

Finalmente, as condições de preferências reveladas espaciais são impostas para todo o país, sem nenhum tratamento especial para a Província e a Cidade de Maputo. O tratamento especial para a Província e a Cidade de Maputo começou com o inquérito de 2002/03, justificado pela observação de que, em 1996/97, as linhas de pobreza calculadas para estas regiões violaram as condições de preferências reveladas. À medida que essas violações não foram corrigidas em 1996/97, em 2002/03 foi tomada a decisão de não impor as condições de preferências reveladas para a Província e a Cidade de Maputo, a fim de manter a coerência com o inquérito de 1996/97. A mesma decisão foi tomada em 2008/09.

Com o desenvolvimento da metodologia PLEASE, foi tomada a decisão de aplicar esta abordagem, que está completamente documentada, testada e publicamente disponível, aos inquéritos de 2002/03, 2008/09 e 2014/15. Para 1996/97, foram impostas as condições de preferências reveladas aos cabazes das linhas de pobreza alimentar publicados para todos os 13 domínios espaciais. As linhas de pobreza não alimentar foram calculadas usando o procedimento padrão (também usando o método PLEASE).

Todas as seis modificações mencionadas têm implicações para as taxas de pobreza estimadas, embora os efeitos sejam geralmente pequenos. A imposição das condições de preferências reveladas em todos os domínios espaciais, incluindo os domínios espaciais de Maputo Província e Maputo Cidade, tem um efeito relativamente pequeno na taxa de pobreza nacional, mas um efeito substancial no perfil da pobreza. Especificamente, a inclusão de Maputo Província e Maputo Cidade neste procedimento reduz as linhas de pobreza desses domínios espaciais e correspondentemente reduz os índices de pobreza estimados tanto na Cidade de Maputo como na Província de Maputo.

7.2 *Sub-registo do consumo alimentar*

Baseando-nos na experiência acumulada dos inquéritos aos agregados familiares realizados até agora em Moçambique, encontramos indícios crescentes de subestimação sistemática do consumo de alimentos. Nos inquéritos anteriores, a evidência baseada nas estimativas das calorias consumidas sugeriu que o sub-registo do consumo alimentar era principalmente um fenómeno urbano e da região sul. A evidência para o IOF14 sugere que o sub-registo se tornou um problema mais vasto que abrange agora as regiões rurais e urbanas em todo o país. Esta secção fornece uma breve revisão da natureza do sub-registo de alimentos, da evidência disponível nos inquéritos (com foco no inquérito mais recente) e das potenciais fontes de subestimação.

7.2.1 Questionários do consumo alimentar

Uma componente central dos inquéritos Moçambicanos sobre orçamento familiar é a recolha de dados detalhados do consumo alimentar de cada família ao longo de uma semana. Esta recolha de dados é baseada nos relatos dos membros da família e não na observação directa, e a informação diária é colectada relativamente às quantidades de bens alimentares comprados para consumo futuro ou provenientes da produção própria. No caso dos itens comprados são recolhidas informações sobre o preço de compra; para os produtos de produção própria, os preços são imputados. Dados sobre o consumo alimentar também são obtidos a partir das receitas em espécie e das despesas individuais em refeições fora de casa.

O método de recolha de dados sobre receitas em espécie evoluiu nos inquéritos recentes. No IAF02 os dados sobre receitas em espécie eram recolhidos seguindo um questionário semelhante ao das despesas diárias; as famílias reportavam quantidades e valores das receitas (alimentares) por tipo de alimento específico. Em 2008/09 as receitas em espécie relativas ao emprego continuaram a seguir este formato, no entanto as famílias reportavam apenas o valor fixo das receitas em espécie recebidas de familiares e instituições sem fins lucrativos e religiosas; nenhuma distinção foi feita entre alimentos e outros tipos de receitas.³⁹ O IOF14 recolheu ainda menos detalhes. As receitas em espécie relativas ao emprego são classificadas como alimentação, alojamento ou transporte. Como no caso do IOF08 as receitas alimentares em espécie recebidas de familiares e de instituições sem fins lucrativos e religiosas não são diferenciadas das outras categorias de receitas em espécie. Embora esta mudança nos métodos de recolha não afecte o agregado de consumo, a falta de dados quantitativos para algumas receitas alimentares em 2008/09 e para todas as receitas alimentares em 2014/15 reduz a comparabilidade das estimativas de calorias entre os vários inquéritos.⁴⁰

³⁹ Consulte a secção 10.5 da Terceira Avaliação da Pobreza para uma discussão sobre a imputação das receitas em espécie feita nas estimativas oficiais de pobreza de 2008/09 para manter a consistência com os dados de 2002/03. A metodologia actual não imputa as receitas em espécie, mas só usa os dados disponíveis.

⁴⁰ A metodologia de estimação das linhas de pobreza exclui as receitas em espécie das estimativas do índice de preço temporal, das estimativas dos preços e das estimativas da cesta básica alimentar, e portanto as mudanças nas formas de recolha das receitas em espécie não afecta a comparabilidade entre as linhas de pobreza e entre as

Em resposta à possibilidade de subnotificação das refeições compradas e consumidas fora de casa, como em restaurantes ou bares, o IOF14 introduziu perguntas sobre despesas individuais.⁴¹ Estas perguntas visam captar as compras feitas individualmente por membros do agregado familiar, separadamente das outras compras domésticas. O questionário individual recolhe o valor das compras, mas não tem dados sobre quantidades, tanto para os itens alimentares como para os não alimentares, tais como recargas de telefone celular, lanches, bebidas e refeições em restaurantes. A falta de quantidades impede a estimativa de preços e portanto as despesas individuais não estão incluídas nas estimativas da linha da pobreza.⁴² A falta de quantidades também não permite a inclusão dessas despesas nas estimativas de calorias. Apesar destes desafios, esses itens alimentares e não alimentares anteriormente excluídos contribuem para uma estimativa mais precisa do agregado de consumo.

A Tabela 7-1 apresenta a proporção das despesas em refeições fora de casa nas despesas alimentares totais em 2008/09 e 2014/15. Claramente, o consumo reportado de alimentos consumidos fora de casa aumentou substancialmente entre estes dois inquéritos e representa uma componente importante das despesas alimentares particularmente no sul urbano. Este grande aumento sugere duas explicações possíveis que não podem ser diferenciadas com base nos dados só. Em primeiro lugar, é provável que os alimentos consumidos fora de casa se tornaram uma fonte de alimentos mais comum. Em segundo lugar, o IOF14 captura de forma mais eficaz esta categoria de consumo de alimentos.

Tabela 7-1: Proporção das despesas em refeições fora de casa nas despesas alimentares totais

	2008/09	2014/15
Nacional	0,6	11,4
Urbano	1,2	19,4
Rural	0,4	7,8
Norte Rural	0,4	5,8
Norte Urbano	0,7	9,7
Centro Rural	0,4	8,3
Centro Urbano	1,0	17,6
Sul Rural	0,2	10,3
Sul Urbano	1,7	28,3

taxas de pobreza, em todos os inquéritos. As receitas em espécie estão incluídas no agregado de consumo e, portanto, contribuem para as estimativas das taxas de pobreza. Todas as receitas em espécie de familiares e instituições sem fins lucrativos e religiosas são classificadas como consumo de alimentos. Esta decisão de classificar essas receitas como alimento e não como itens não alimentares tem um impacto extremamente pequeno sobre as linhas de pobreza não alimentares.

⁴¹ Os inquéritos anteriores recolheram os dados sobre refeições fora de casa no questionário das despesas diárias, o que levou a ter muito poucas observações relativamente ao IOF14.

⁴² No IAF02 e no IOF08 as quantidades foram recolhidas para um subconjunto desta categoria, mas de toda forma as refeições fora de casa deram uma contribuição muito pequena às estimativas das calorias consumidas.

A Tabela 7-1 tem implicações na avaliação da mudança de taxas de pobreza entre 2008/09 e 2014/15. Existem dois efeitos contraditórios em jogo. O primeiro é um declínio das calorias consumidas, como apresentado na Tabela 3-4, que podem ser razoavelmente interpretados como a estimativa absolutamente mínima da variação na subestimação de consumo alimentar (gerando um enviesamento no sentido de menores reduções de pobreza). Os aumentos aparentes na Tabela 7-1 resultam da combinação de efectivos aumentos na aquisição de refeições fora de casa e melhorias na recolha de dados. A melhoria na recolha de dados envia resultados no sentido de maiores reduções de pobreza.

Como a subestimação não é observada, é impossível conhecer com certeza se o efeito total está a tornar-se mais ou menos pronunciado em termos de taxas de pobreza. No entanto, o peso da prova sugere que as reduções estimadas na pobreza apresentadas nas tabelas 3-1 e 3-2 subestimam a verdadeira redução da taxa de pobreza por um conjunto de razões. Em primeiro, os números apresentados na Tabela 7-1 são médias. Os valores medianos são muito reduzidos e frequentemente iguais a zero. Isso indica que a maioria dos agregados familiares despense uma proporção relativamente reduzida dos seus orçamentos em refeições fora de casa. Pode se esperar que agregados familiares vivendo no limiar da pobreza gastem relativamente pouco em refeições fora de casa. Em segundo, os maiores aumentos apresentados na Tabela 7-1 estão em áreas urbanas e no sul, onde as taxas de pobreza são já relativamente reduzidas. Em terceiro, a nível nacional, a medida absolutamente mínima de calorias perdidas sugerida acima é uma parte proporcionalmente superior do total de categorias consumidas em 2014/15 que o aumento total de refeições fora de casa apresentados na Tabela 7-1, também a nível nacional. Deste modo, quer trabalhando com estimativas mínimas ou máximas, o efeito líquido é aproximadamente nulo.

No entanto, como será ilustrado em detalhe na próxima secção, o crescimento nas despesas alimentares reais (incluindo refeições fora de casa) está efectivamente a reduzir-se nas áreas rurais, a partir dos valores depressionários observados em 2008/09, enquanto o consumo não alimentar está a aumentar. Nas zonas urbanas, o crescimento da despesa alimentar real é muito menor que o crescimento da despesa não alimentar, particularmente para agregados familiares vivendo perto do limiar de pobreza. A mais provável explicação para este fenómeno é uma expansão da subestimação do consumo alimentar em 2014/15. Isto implica que as reduções de pobreza são provavelmente superiores às ilustradas nas tabelas 3-1 e 3-2.

7.2.2 Evidência sobre sub-registo de alimentos

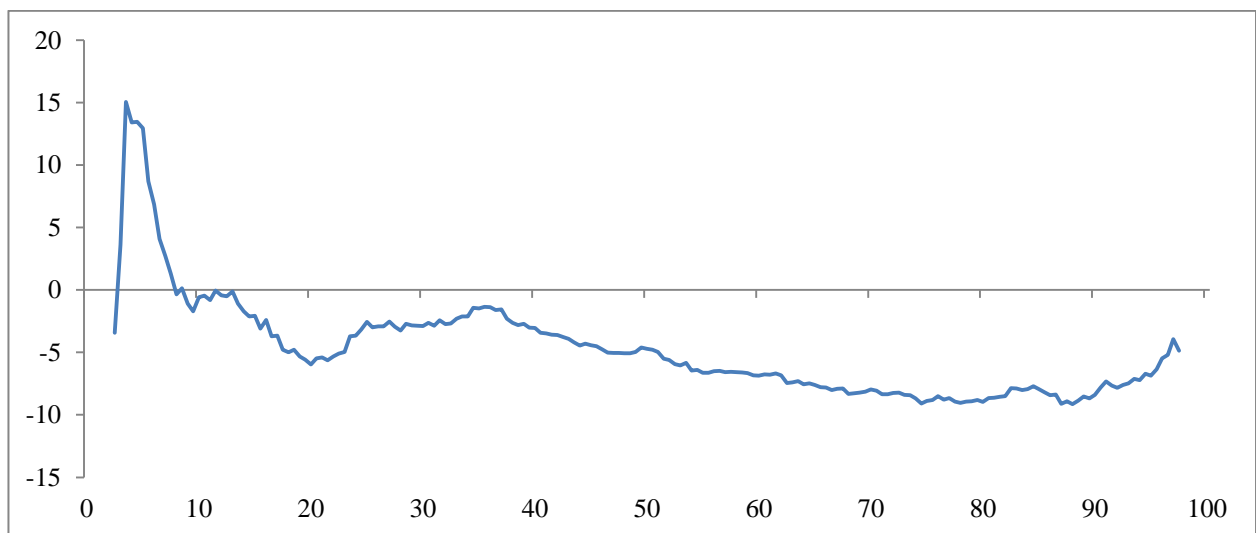
7.2.2.1 *Crescimento do consumo alimentar e não alimentar*

Apesar da tentativa de ampliar o consumo alimentar reportado através da recolha de dados sobre alimentos consumidos fora de casa, a evidência disponível continua a sugerir que o consumo de alimentos é subestimado. A Figura 7-1 apresenta as curvas de incidência do crescimento (do consumo) real *per capita* para as zonas rurais entre 2008/09 e 2014/5. A figura indica um declínio bastante uniforme nas despesas alimentares reportadas, enquanto as despesas não alimentares cresceram em todos os quantis. Este padrão de crescimento não parece viável. Em 2008/09 o consumo alimentar nas zonas rurais foi extremamente baixo, e

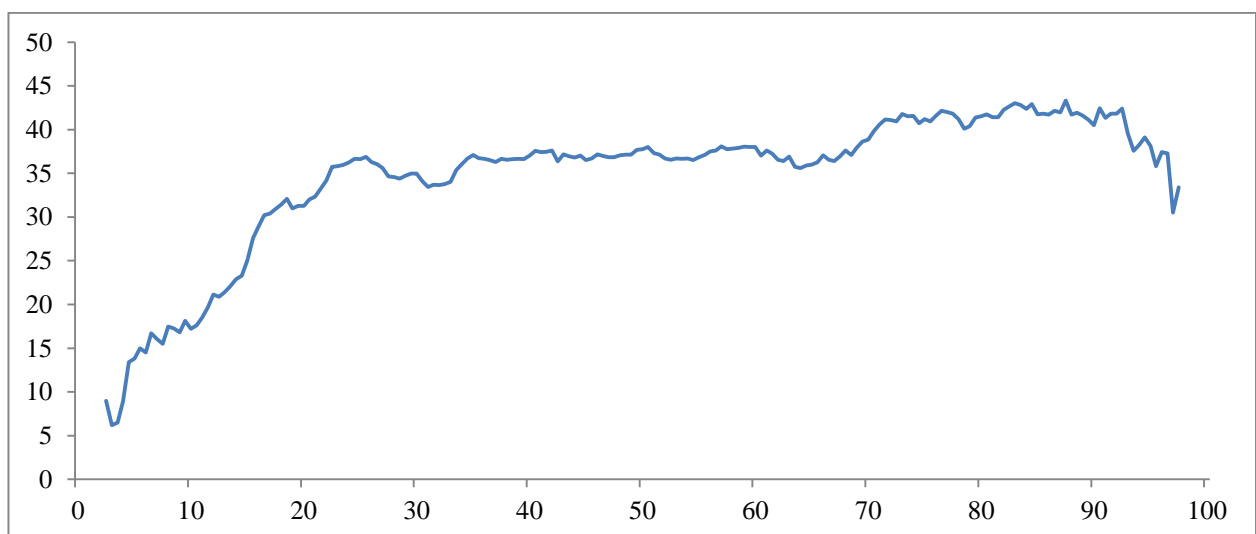
esta conclusão foi comprovada tanto por evidência anedótica como antropométrica, consistentemente com a existência de insegurança alimentar. Em contraste, não há evidências de que a insegurança alimentar rural aumentou substancialmente em 2014/15 comparado com a situação já muito difícil observada em 2008/09. A possibilidade de que as famílias, que já enfrentavam períodos difíceis do ponto de vista alimentar, iriam reduzir ainda mais o consumo de alimentos, ao mesmo tempo aumentando substancialmente as despesas não alimentares, particularmente nas áreas rurais onde as despesas não alimentares necessárias tendem a ser baixas, parece improvável. Mais do que um declínio efectivo no consumo alimentar, parece mais provável que este seja um sinal de como a partir do IOF14 a subnotificação de alimentos, que já era preocupante nas áreas urbanas em 2002/03 e 2008/09, tenha atingido também as zonas rurais.

Figura 7-1: Curvas de incidência do crescimento (do consumo) real *per capita* para as zonas rurais, 2008/09 - 2014/15

Consumo alimentar (real, *per capita*)



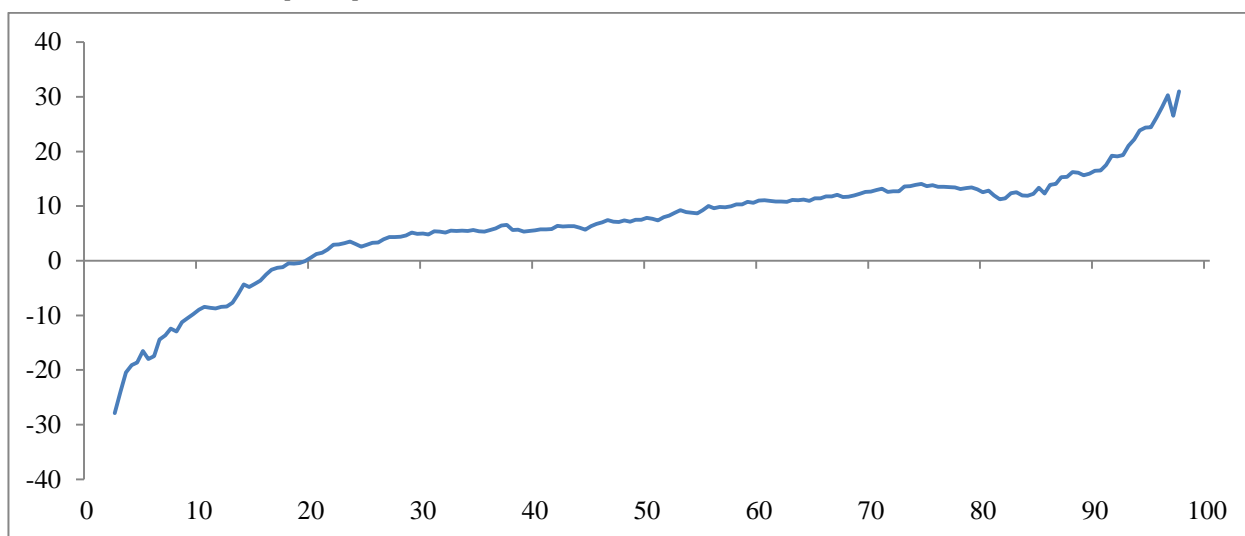
Consumo não alimentar (real, *per capita*)



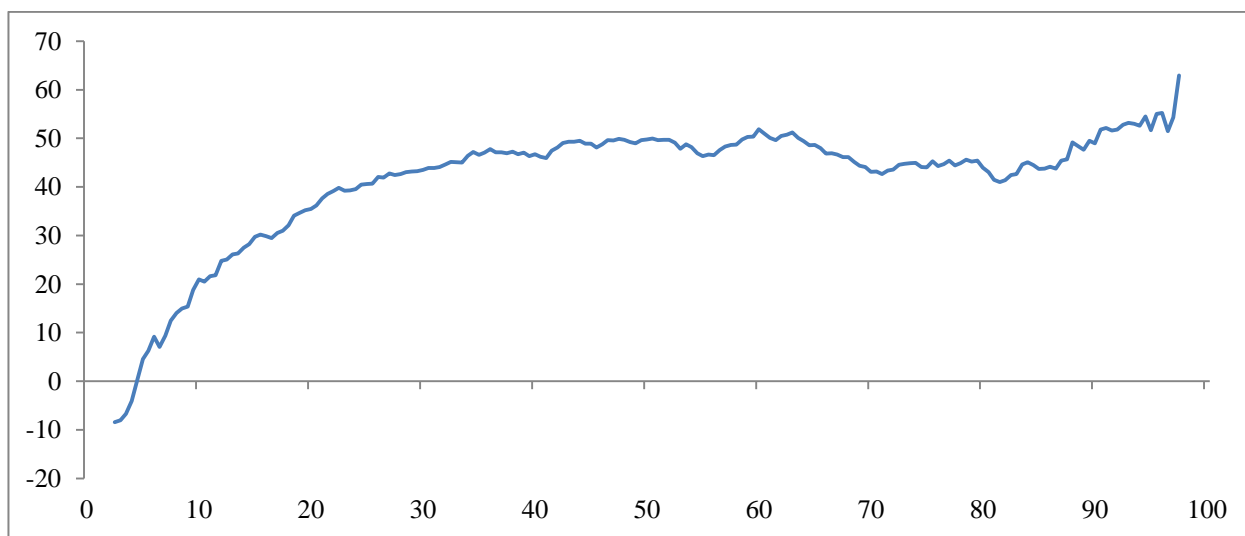
Em contraste, a Figura 7-2 indica que o consumo alimentar reportado nas zonas urbanas diminuiu só para o quintil mais baixo. Tal como acontece com as áreas rurais, esta diminuição no consumo alimentar parece improvável, dada a dimensão do crescimento do consumo não alimentar. O aumento do consumo alimentar para os quatro quintis mais ricos está também em contraste com a redução na ingestão calórica estimada para os agregados familiares urbanos (ver Tabela 3-4). Este aumento no consumo alimentar reportado é provavelmente o resultado do aumento nos alimentos consumidos fora de casa que são reportados.

Figura 7-2: Curvas de incidência do crescimento (do consumo) real *per capita* para as zonas urbanas, 2008/09 - 2014/15

Consumo alimentar (real, *per capita*)



Consumo não alimentar (real, *per capita*)



Como acima observado, o incremento nos alimentos consumidos fora de casa que são reportados pode ser devido ao crescimento nesse tipo de consumo e/ou ao melhoramento ocorrido na recolha destas despesas no IOF14. Em ambos os cenários, a falta de dados sobre quantidades impede que esta componente significativa de consumo contribua para as estimativas das calorias, o que poderia explicar a evidência relativa ao consumo alimentar nas áreas urbanas, que ao mesmo tempo sobe (conforme às curvas de incidência do crescimento) e baixa (conforme às estimativas de calorias).

7.2.3 Consumo calórico

O consumo calórico é uma componente essencial das estimativas das linhas de pobreza. É importante lembrar que as linhas de pobreza alimentares regionais são desenhadas para reflectir o custo necessário para alcançar os requisitos calóricos regionais, dados os padrões de consumo das famílias pobres na região. No entanto, é o consumo monetário dos agregados familiares e não o consumo calórico que é a medida de bem-estar, a qual é comparada com a linha de pobreza e por sua vez permite determinar se uma família é considerada pobre ou não pobre. Ao mesmo tempo, é útil considerar o consumo calórico do agregado familiar por várias razões.

Em primeiro lugar, as estimativas de calorias fornecem uma verificação de consistência do consumo alimentar agregado muito útil. Se a mediana do consumo calórico cai significativamente abaixo dos requisitos mínimos de calorias, isso pode indicar uma falha na captação adequada do consumo alimentar. Em segundo lugar, dado o papel das calorias na determinação da linha de pobreza alimentar, temos a expectativa de que exista uma correspondência entre as calorias consumidas e as taxas de pobreza. De forma alternativa podemos dizer que é de esperar que os não-pobres consumam pelo menos um conjunto mínimo de calorias razoável. A Terceira Avaliação Nacional da Pobreza fornece uma discussão e uma análise detalhadas desta questão com base no inquérito de 2008/09 (Ministério da Planificação e Desenvolvimento / DNEAP 2010).

A Tabela 7-2 mostra que o baixo consumo calórico estimado é um problema tanto para as famílias pobres como para as não pobres, particularmente nas áreas urbanas; portanto, no que se segue vamos-nos focar nas calorias como um indicador de sub-registo do consumo.

Tabela 7-2: Estimativas do consumo calórico mediano por estado de pobreza

Área	Não pobres	Pobres
Nacional	1.547	1.057
Urbano	886	672
Rural	1.938	1.166
Norte Rural	2.038	1.273
Norte Urbano	1.058	734
Centro Rural	2.029	1.140
Centro Urbano	974	709
Sul Rural	1.203	872
Sul Urbano	804	536

7.2.4 Possíveis explicações para os baixos níveis de consumo calórico

As estimativas do consumo calórico obtidas a partir do consumo alimentar reportado são susceptíveis a erros, o que implica que as estimativas calóricas não podem ser consideradas particularmente robustas.

Uma grande diferença entre as duas pode ser causada por: (a) um erro na relação entre quantidades de alimentos e calorias; ou (b) uma falha na captação total do consumo alimentar real da família. Em qualquer um dos casos a constatação, para uma dada família, da presença de um consumo real relativamente alto de bens não-alimentares em simultâneo com um consumo baixo de calorias pode ser interpretada como um indicador de subestimação de calorias. No caso (b), se os itens de consumo não aparecem ou estão mal classificados, então o valor total do consumo pode ser subestimado, assim aumentando o risco de classificar incorrectamente a família como pobre.

Por exemplo, isto pode derivar da existência de dietas mais diversificadas nas áreas urbanas, ou da presença de itens comprados em estoque os quais não podem ser adequadamente considerados nos diários semanais onde é anotado o consumo. A secção 3.2.3.2 discute mais em detalhe o caso de alimentos que são consumidos mas não são reportados nos diários de consumo. Estes factores aumentam a probabilidade de erro não-amostal no consumo alimentar reportado pelas famílias inquiridas. Na medida em que a subnotificação de calorias reflecte a existência de itens de consumo que foram omissos, o nível total do consumo familiar correspondente será enviesado para baixo, aumentando assim o risco de classificar incorrectamente algumas famílias como pobres.

7.2.4.1 Problemas na correspondência entre consumo e calorias

O consumo de alguns alimentos reportados é usado para calcular os agregados de consumo, mas como não inclui dados sobre quantidades utilizáveis, ele não é usado nas estimativas calóricas. Isso ocorre em três casos: alimentos consumidos em refeições fora de casa; receitas em espécie; e alimentos reportados em unidades locais difíceis de converter.

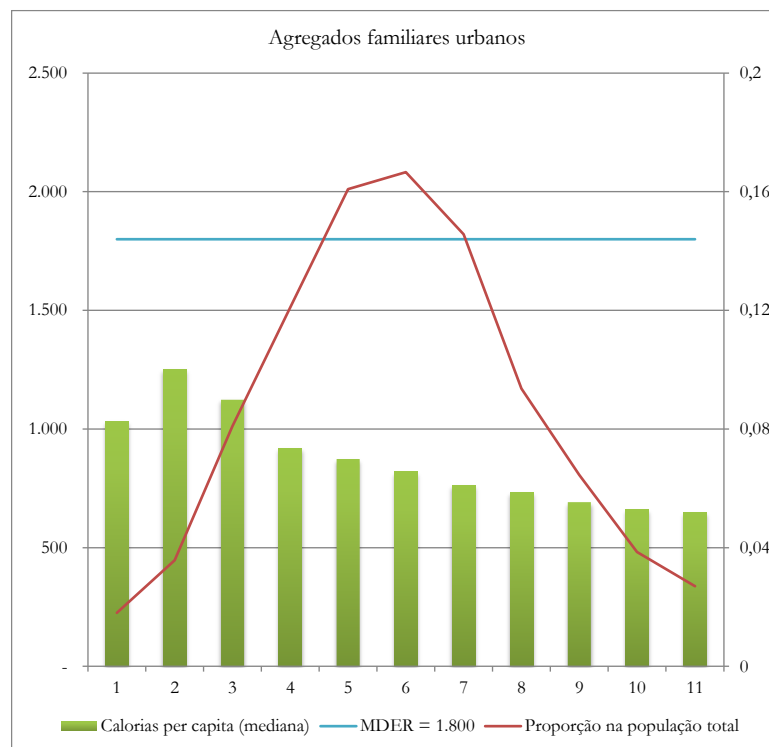
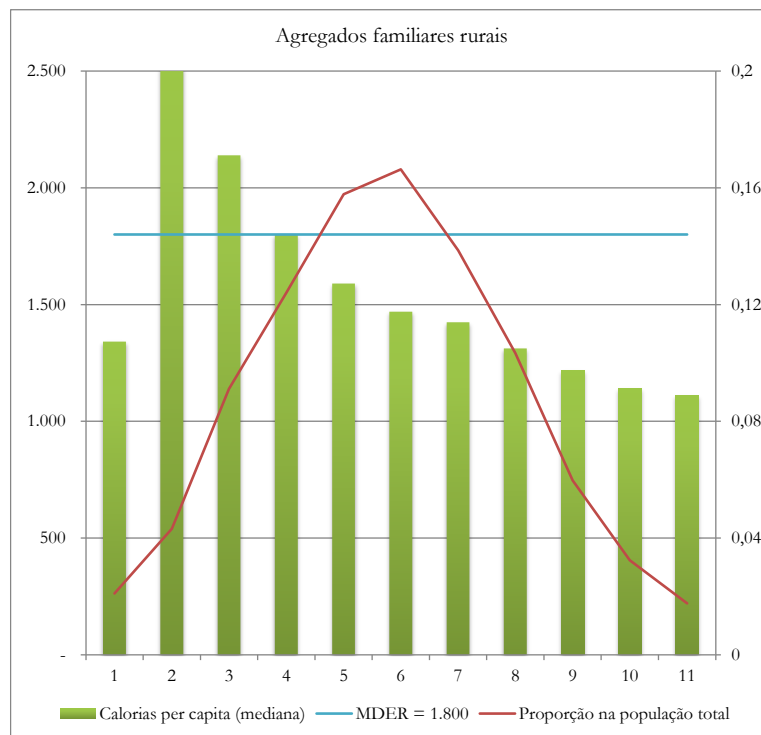
7.2.4.2 Consumo alimentar reportado e tamanho do agregado familiar

Como observado na secção 3.2.3, existe uma correlação muito fraca entre o tamanho do agregado familiar e o consumo calórico total do agregado familiar, o que indica que o consumo de alimentos pode ser mais propenso a ser subnotificado em agregados familiares maiores.

A Figura 7-3 mostra o consumo de calorias *per capita* por tamanho do agregado familiar, e ajuda a perceber a magnitude deste problema: o consumo de calorias *per capita* diminui significativamente com o aumentar do tamanho do agregado familiar. Esta relação é válida para ambas as áreas urbanas e rurais. É de salientar que o consumo de calorias para as famílias rurais com tamanho do agregado familiar entre dois e quatro membros alcança ou excede o MDER de 1.800 calorias. Uma possível explicação para este fenómeno é que as famílias maiores podem ser subdivididas em subconjuntos familiares, os quais fazem as compras e comem de forma independente. Portanto não é de excluir a possibilidade de que os

respondentes reportem só o consumo dos próprios subconjuntos familiares e não do agregado familiar inteiro.

Figura 7-3: Consumo calórico mediano por tamanho do agregado familiar e área de residência



7.3 Análises adicionais: pobreza de consumo, 2014/15

Tabela 7-3: Linhas de pobreza alimentares, linhas de pobreza não alimentares e linhas de pobreza totais, IOF14

Domínio espacial	Linhas de pobreza alimentar	Linhas de pobreza não alimentar	Linhas de pobreza total
Niassa & Cabo Delgado-rural	22,4	7,3	29,6
Niassa & Cabo Delgado-urbano	23,0	10,6	33,6
Nampula-rural	14,9	4,8	19,7
Nampula-urbano	18,7	8,0	26,7
Sofala & Zambézia-rural	15,1	4,5	19,6
Sofala & Zambézia-urbano	18,7	8,1	26,9
Manica & Tete-rural	18,2	6,3	24,5
Manica & Tete-urbano	23,0	10,9	34,0
Gaza & Inhambane-rural	18,6	9,6	28,2
Gaza & Inhambane-urbano	21,0	11,7	32,7
Maputo Província-rural	24,5	13,1	37,6
Maputo Província -urbano	26,9	14,8	41,7
Maputo Cidade	25,2	15,0	40,2

Nota: As linhas de pobreza são calculadas para 13 domínios espaciais suficientemente homogéneos. Elas representam o custo de aquisição de uma cesta básica nos diferentes domínios espaciais. As linhas de pobreza alimentares representam o custo de aquisição de uma cesta básica alimentar enquanto as linhas de pobreza não alimentares representam o custo de aquisição de um conjunto básico de bens não alimentares (para detalhes ver secção 7.1). Todas as linhas de pobreza apresentadas estão expressas em Meticais por pessoa por dia. A linha de pobreza média a nível nacional é 26,7 Meticais por pessoa por dia (linha de pobreza alimentar: 18,9; linha de pobreza não alimentar: 7,8).

Tabela 7-4: Incidência da pobreza de consumo em cada trimestre e para a amostra completa (%)

Área	1	2	4	IOF14
Nacional	43.9	55.0	43.2	46.1
Urbano	34.8	42.8	36.9	37.4
Rural	48.1	60.6	46.1	50.1
Norte	53.5	65.7	50.6	55.1
Centro	43.9	56.6	42.5	46.2
Sul	29.9	36.0	33.7	32.8
Niassa	60.1	69.5	58.0	60.6
Cabo Delgado	45.5	54.4	40.8	44.8
Nampula	54.4	68.8	51.9	57.1
Zambézia	54.2	62.9	56.1	56.5
Tete	35.7	51.6	19.2	31.8
Manica	35.2	57.0	31.8	41.0
Sofala	38.1	47.7	48.8	44.2
Inhambane	43.8	53.6	49.4	48.6
Gaza	44.3	55.9	53.8	51.2
Maputo Província	17.3	21.7	19.5	18.9
Maputo Cidade	13.7	11.7	11.7	11.6

Nota: Percentagem de pessoas pobres em cada trimestre para diferentes áreas geográficas. O segundo trimestre mostra taxas de pobreza mais elevadas do que os outros trimestres. Este resultado era de esperar pois o segundo trimestre do IOF14 incluiu os meses de Novembro, Dezembro e Janeiro que normalmente são os meses em que muitos agregados familiares acabam as reservas de alimentos. A última coluna reporta os resultados da pobreza para a amostra completa (todos os trimestres) já apresentados na Tabela 3-2.

Tabela 7-5: Profundidade da Pobreza (medida P_i) usando a metodologia PLEASE, IAF96, IAF02, IOF08, IOF14.

Área	IAF96	IAF02	IOF08	IOF14
Nacional	29,3	19,4	19,2	16,7
Urbano	26,3	18,1	17,3	14,6
Rural	30,1	20,0	20,1	17,7
Norte	27,0	18,0	15,7	20,1
Centro	33,0	17,3	22,2	16,8
Sul	26,4	24,5	18,6	11,4
Niassa	31,4	14,5	12,5	24,4
Cabo Delgado	20,5	20,1	11,4	14,6
Nampula	28,5	18,0	18,5	20,7
Zambézia	25,4	15,5	24,6	21,7
Tete	38,6	26,6	15,6	10,5
Manica	23,8	17,7	19,9	13,3
Sofala	48,8	12,3	25,8	16,5
Inhambane	38,6	39,5	18,5	17,4
Gaza	22,7	17,9	26,7	19,7
Maputo Província	27,5	23,6	18,7	5,8
Maputo Cidade	16,3	14,5	8,8	2,4

Nota: Profundidade da Pobreza (*poverty gap*) para diferentes áreas e para todos os IAF/IOF. As percentagens apresentadas são obtidas usando a metodologia revista, ou metodologia PLEASE, e não corrigindo pela subestimação do consumo no IOF14.

Tabela 7-6: Indivíduos pobres (números absolutos) usando a metodologia PLEASE, IAF96, IAF02, IOF08, IOF14.

Área	IAF96/97	IAF02/03	IOF08/09	IOF14/15
Nacional	12.075.464	9.666.162	11.136.448	11.826.280
Urbano	2.250.852	2.831.809	3.065.169	3.038.517
Rural	9.824.613	6.834.353	8.071.279	8.787.763
Norte	3.677.589	3.071.318	3.202.780	4.703.672
Centro	5.380.460	3.779.904	5.291.166	5.204.582
Sul	3.017.415	2.814.940	2.642.502	1.918.026
Niassa	626.068	448.420	420.618	995.620
Cabo Delgado	790.938	929.346	657.308	847.543
Nampula	2.260.583	1.693.552	2.124.854	2.860.509
Zambézia	2.262.315	1.750.211	2.753.325	2.722.605
Tete	959.677	850.230	794.011	797.473
Manica	616.833	547.296	791.668	788.476
Sofala	1.541.635	632.167	952.162	896.028
Inhambane	1.042.651	1.050.268	720.034	727.297
Gaza	784.712	710.778	827.859	726.144
Maputo Província	646.512	602.413	758.588	319.219
Maputo Cidade	543.540	451.482	336.021	145.366
População total	17.354.533	18.301.897	21.537.188	25.667.328

Nota: Indivíduos pobres (em números absolutos) para diferentes áreas e para todos os IAF/IOF. Os números apresentados são obtidos usando a metodologia revista, ou metodologia PLEASE, e não corrigindo pela subestimação do consumo no IOF14. Deve notar-se igualmente que a estrutura amostral para o IAF 1996/97 foi construída antes do censo de 1997. Os números apresentados na Tabela 7-6 pertencem a esse enquadramento amostral. O censo subsequente produziu uma estimativa populacional ligeiramente inferior. Ambas as estimativas populacionais implicam, essencialmente, o mesmo número de pobres em 2014/15 como em 1996/97. Se a subestimação do consumo alimentar é tida em conta em 2014/15 usando a coluna final da Tabela 3-7, então a estimativa do número absoluto de pobres em 2014/15 reduz-se para 10,5 milhões.

7.4 Análises adicionais: pobreza multidimensional, 1996/97-2014/15

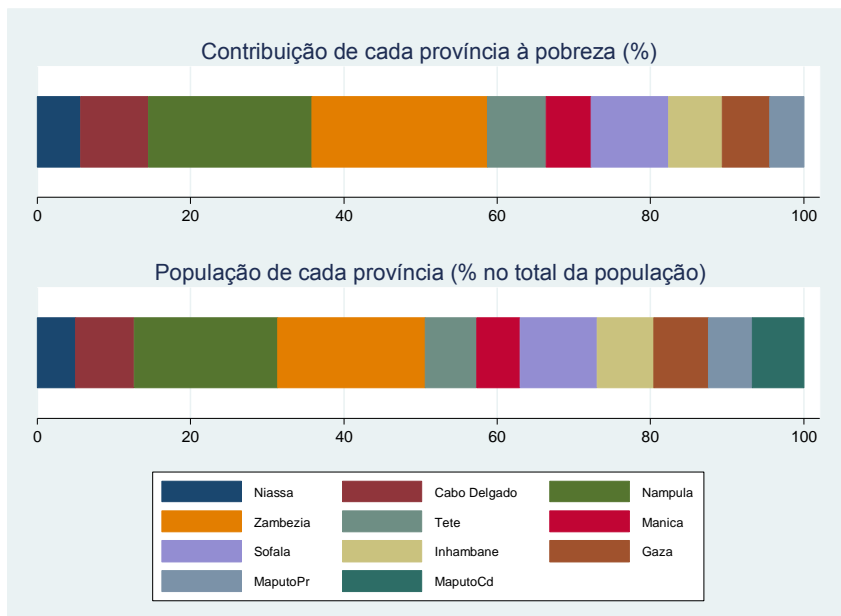
Tabela 7-7: Prevalência de privação por cada indicador, 1996/97-2014/15 (%)

	Educação				Água				Saneamento			
	1997	2002	2008	2014	1997	2002	2008	2014	1997	2002	2008	2014
País	64,1	53,3	40,4	32,4	73,2	58,7	57,6	47,6	95,5	86,0	82,0	71,6
Urbano	28,6	22,4	16,1	10,8	34,7	30,6	33,0	16,5	85,4	61,8	54,9	41,1
Rural	73,6	67,8	51,0	42,6	83,5	72,0	68,3	62,2	98,3	97,4	93,9	85,9
Norte	72,1	64,0	49,4	43,1	80,1	57,8	60,8	57,9	98,6	92,8	90,6	79,3
Centro	70,2	58,5	44,0	35,1	78,5	67,4	64,9	54,1	98,3	91,0	89,1	80,0
Sul	45,4	31,2	21,5	11,9	56,9	45,8	40,0	20,4	87,9	69,2	57,5	44,3
Norte rural	76,6	75,7	57,1	52,3	86,7	72,7	65,8	69,9	99,0	99,5	95,2	84,7
Norte urbano	50,9	39,6	28,0	19,8	49,2	26,6	46,8	27,5	96,4	78,7	77,7	65,6
Centro rural	76,1	69,8	51,8	42,1	83,8	77,0	72,6	63,5	99,1	98,4	96,7	90,1
Centro urbano	26,9	17,1	14,9	10,5	39,0	32,2	35,9	21,3	92,3	64,1	60,6	45,0
Sul rural	63,2	49,6	35,8	21,3	77,5	58,4	60,9	39,8	95,3	91,4	82,5	74,8
Sul urbano	17,8	12,0	8,8	4,3	25,2	32,7	21,4	4,7	76,4	46,2	35,2	19,6
Niassa	67,3	57,0	45,0	43,2	88,4	66,8	58,2	58,5	97,6	95,0	81,9	80,8
Cabo Delgado	77,3	68,6	49,7	43,5	66,4	52,5	63,3	54,5	99,0	92,2	94,2	82,3
Nampula	71,2	63,9	50,7	42,8	83,5	57,7	60,5	58,9	98,6	92,5	91,8	77,6
Zambézia	74,1	63,5	50,0	42,4	88,5	83,1	78,6	68,3	99,1	96,3	93,0	85,8
Tete	70,1	66,0	44,5	44,1	82,8	58,4	49,9	47,3	98,8	95,9	93,1	77,1
Manica	66,2	47,0	35,2	16,8	63,6	51,2	63,1	47,6	97,8	77,3	90,6	77,8
Sofala	65,0	49,3	36,9	24,1	64,8	52,6	50,9	35,1	96,5	85,4	74,4	72,1
Inhambane	53,3	49,6	32,8	18,9	78,1	66,4	67,0	44,6	92,9	93,0	78,2	75,4
Gaza	59,9	40,4	33,0	18,3	66,1	37,7	47,7	24,8	94,5	76,8	83,4	62,5
Maputo Pr	55,2	19,6	11,7	7,5	70,5	42,3	37,0	10,0	92,0	68,9	42,7	26,3
Maputo Cd	12,5	7,6	6,3	2,3	12,4	32,7	2,9	0,6	71,6	29,7	20,0	10,7
	Cobertura				Electricidade				Bens Duráveis			
	1997	2002	2008	2014	1997	2002	2008	2014	1997	2002	2008	2014
País	78,3	70,9	67,3	58,0	93,9	91,1	84,8	72,9	87,3	79,5	68,7	49,8
Urbano	38,0	37,3	31,8	25,3	75,2	73,2	53,3	28,8	69,2	60,8	43,8	26,4
Rural	89,0	86,7	82,8	73,3	98,9	99,5	98,6	93,5	92,2	88,3	79,6	60,7
Norte	95,9	90,4	85,8	77,1	96,6	93,6	90,9	79,8	91,2	87,3	75,0	59,7
Centro	90,4	83,6	78,3	65,7	97,3	95,0	91,4	82,8	93,8	83,2	78,3	55,4
Sul	38,9	25,5	22,0	15,2	85,5	81,4	64,7	43,9	72,8	63,6	43,0	24,6
Norte rural	97,5	99,4	92,8	86,3	98,7	100,0	98,8	95,4	92,2	91,9	80,0	68,0
Norte urbano	88,5	71,8	66,4	53,7	87,0	80,3	68,8	40,2	86,4	77,9	60,8	38,8
Centro rural	96,2	95,2	89,7	77,2	99,3	99,6	99,7	96,4	96,0	89,6	85,4	61,9
Centro urbano	48,5	41,1	35,4	26,0	82,4	78,3	59,9	35,8	77,8	59,9	51,3	32,7
Sul rural	59,6	44,4	40,4	29,7	98,4	98,4	94,6	79,6	83,5	79,4	61,2	39,8
Sul urbano	6,9	5,9	5,5	3,4	65,6	63,8	38,0	15,0	56,1	47,3	26,8	12,2
Niassa	96,9	94,8	90,0	86,0	98,5	94,6	93,3	85,8	87,3	78,2	61,3	60,5
Cabo Delgado	99,1	91,4	85,5	72,5	99,2	96,3	94,3	83,9	91,2	95,6	68,2	50,0
Nampula	94,4	88,8	84,7	75,9	95,1	92,2	88,7	76,2	92,3	86,1	81,9	63,2
Zambézia	98,4	94,7	85,9	76,1	97,7	96,5	94,7	87,1	93,9	85,6	80,0	60,8
Tete	91,6	86,1	83,7	67,5	97,4	95,6	93,3	88,2	95,9	94,6	88,3	64,3
Manica	87,2	72,8	70,8	52,2	97,1	92,5	90,8	76,7	92,3	73,4	72,7	46,5
Sofala	76,4	64,5	61,0	52,1	96,5	93,0	81,9	72,1	93,1	75,1	67,8	40,2
Inhambane	67,7	55,9	50,0	38,4	95,3	96,6	95,2	83,6	85,4	83,2	63,1	43,4
Gaza	51,7	30,7	30,8	18,1	95,5	92,2	85,5	61,6	78,3	66,2	49,9	29,5
Maputo Pr	27,6	4,9	4,0	2,7	91,7	78,2	49,0	22,4	75,2	64,9	35,9	16,8
Maputo Cd	3,3	0,3	0,2	0,8	58,7	52,0	22,7	5,3	50,9	34,2	19,8	7,0

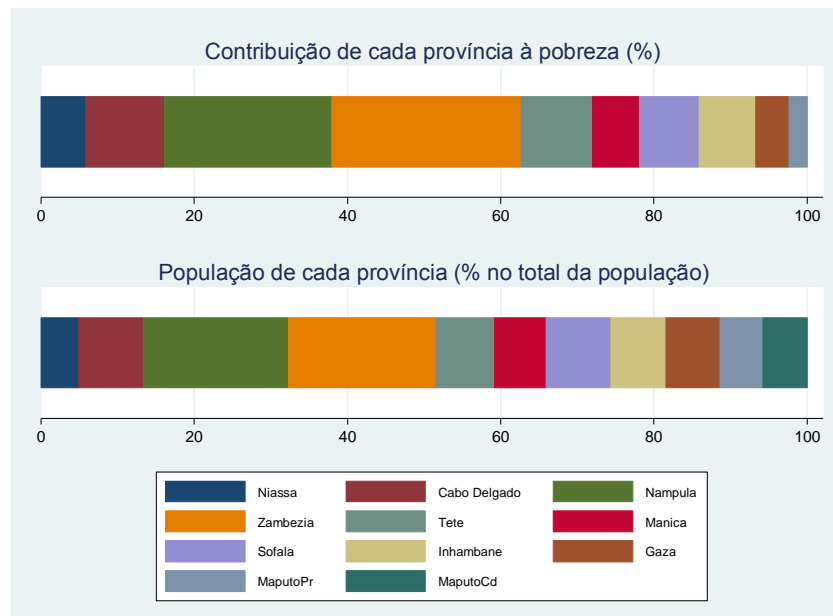
Nota: Prevalência de privação (em percentagem) por cada indicador de privação considerado na avaliação da pobreza multidimensional no longo prazo, 1996/97-2014/15.

Figura 7-4: Contribuição de cada província para a pobreza multidimensional do país e contribuição de cada província para a população total do país, 1996/97-2014/15

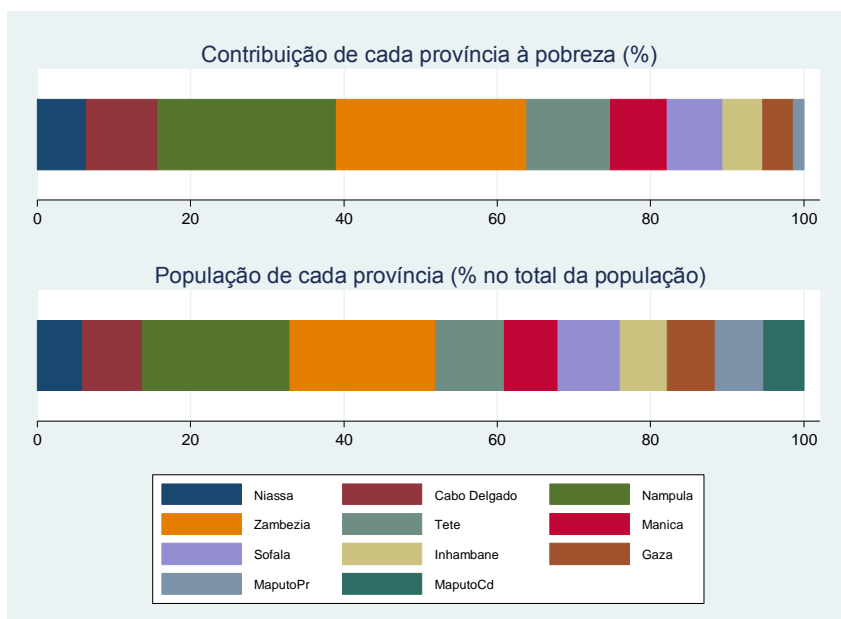
1996/97



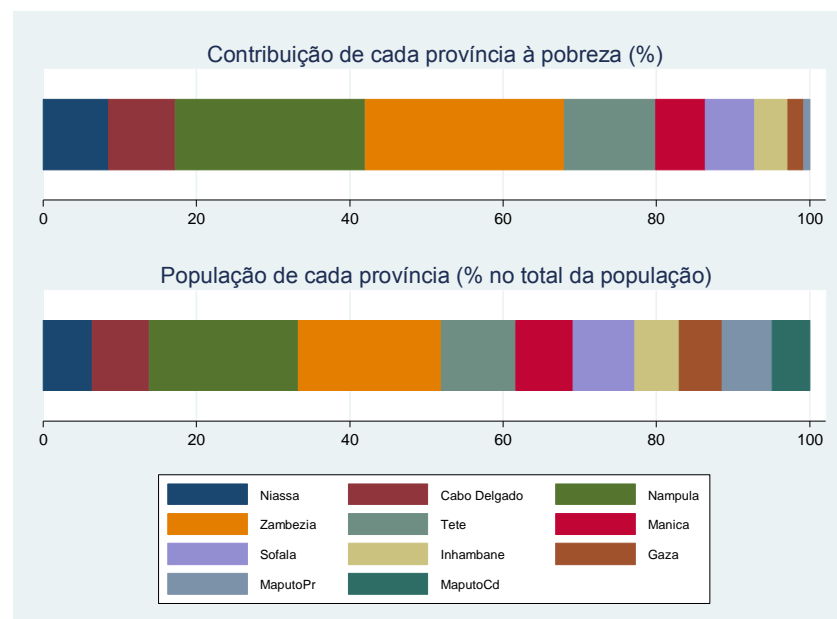
2002/03



2008/09



2014/15



Nota: Os gráficos acima mostram a contribuição percentual de cada província para o total da população e a contribuição percentual de cada província para a pobreza total. Podemos constatar, que de 1996/97 á 2014/15 as cinco províncias mais pobres (Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete) representam aproximadamente 60 por cento da população total em todos os anos, mas contribuem para uma percentagem crescente da pobreza do país, desde 65 por cento em 1996/97 até 80 por cento em 2014/15.

7.5 Indicadores de privação usados nas comparações internacionais

Nesta secção do Apêndice são apresentados de forma mais detalhada os indicadores de privação usados na secção das comparações internacionais (secção 4.3.3). Um conjunto de cinco indicadores binários foi definido de forma mais aproxima possível daqueles aplicados na análise do caso de Moçambique para Nigéria, Tanzânia e Zâmbia.

Cinco em vez de seis indicadores binários do bem-estar foram utilizados nos países de comparação.⁴³ Devido às diferenças entre os IDS comparativamente aos IAF/IOF, não foi possível replicar os indicadores na Tabela 4-1 relativos a água, saneamento e tipo de cobertura em todos os anos.

Os primeiros questionários do IDS não perguntavam sobre o tipo de material de cobertura das casas e nem distinguiam os poços protegidos dos não protegidos ou latrinas seguras das não seguras. Dadas estas limitações, é definido um conjunto de indicadores de água, saneamento e habitação não sempre consistente.⁴⁴ Embora inconsistente, um conjunto de indicadores de longo prazo provê um indicativo da melhoria do bem-estar entre o fim dos anos 1990 e o inquérito mais recente.

O *cutoff* para a água refere-se ao uso de qualquer poço; para o saneamento, o uso de qualquer tipo de latrina. O chão, ao invés do material de cobertura da casa, mede a qualidade da habitação. Os indicadores utilizados como comparativo são apresentados na Tabela 7-8. É importante notar que o conjunto de indicadores usado para Moçambique mantém-se constante. As figuras apresentadas sobre Moçambique estão sempre baseadas no conjunto de indicadores definidos na Tabela 4-1. A Tabela 7-9 mostra os anos dos inquéritos para cada país em comparação.

Tabela 7-8: Indicadores de privação multidimensional e condição de não privação para os países em comparação

Indicador	Condição de não privação
Água	Água canalizada, água do poço, água da chuva
Saneamento	Retrete séptica, qualquer latrina ou latrina de compostagem
Habitação	Cobertura feita de chapas de zinco, azulejos, cimento ou telhas
Electricidade	O agregado familiar tem acesso à electricidade
Educação	Pelo menos um membro do agregado familiar completou o ensino primário

Nota: Indicadores e condição de não privação usados para avaliar a pobreza multidimensional de Nigéria, Tanzânia e Zâmbia, e comparar os resultados com a de Moçambique.

⁴³ A DPO avalia a distribuição de cada população pertencente a todas as possíveis permutações e, assim, cada permutação pode ser vista como uma sub-amostra. Com a adição de cada um dos indicadores, o número de permutações aumenta num factor de dois de tal forma que com cinco indicadores binários tem-se $2^5=32$ possíveis resultados de bem-estar, e, com seis indicadores tem-se $2^6=64$. De uma forma geral, os primeiros IDS (incluindo o de 2007 da Zâmbia) consistiam de cerca de 8.000 ou menos agregados familiares, o que reduz consideravelmente a capacidade da metodologia DPO de suportar seis indicadores.

⁴⁴ Em Tanzânia por exemplo, só se pode definir o saneamento melhorado em 2010.

Tabela 7-9: Anos dos inquéritos dos países em comparação

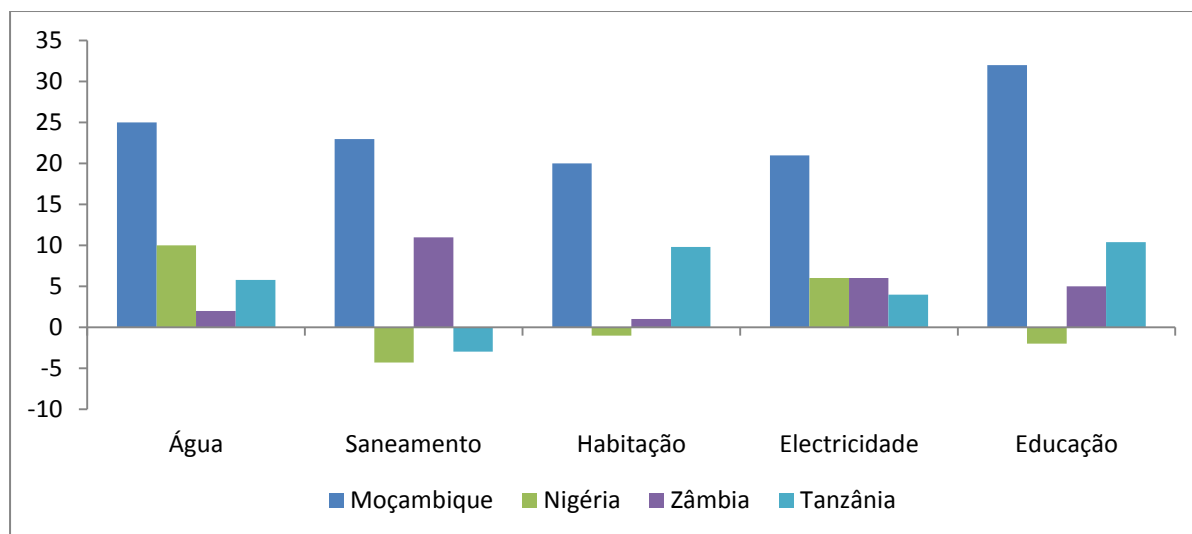
País	Ano
Nigéria	1999, 2003, 2008, 2013
Tanzânia	1996, 2004, 2010
Zâmbia	1996, 2001, 2007, 2013

Nota: Países considerados e anos em que os inquéritos foram feitos em cada país.

7.5.1 Níveis de Privação

Para ter uma ideia sobre como Moçambique se compara ao longo do tempo com outros países, a Figura 7-5 mostra a evolução dos indicadores de privação ao longo do tempo. Como acima mencionado, as estatísticas descritivas apresentadas para Moçambique continuam a basear-se nos indicadores originais definidos na Tabela 4-1. O progresso de Moçambique em todos os cinco indicadores ultrapassa o progresso alcançado pelos países em comparação. Embora as comparações relativas a água, saneamento e habitação devam ser interpretadas com atenção, os indicadores sobre a electricidade e educação são exactamente comparáveis. Os ganhos nestes indicadores são impressionantes.

Figura 7-5: Melhorias nos níveis de privação para os indicadores seleccionados (em pontos percentuais).



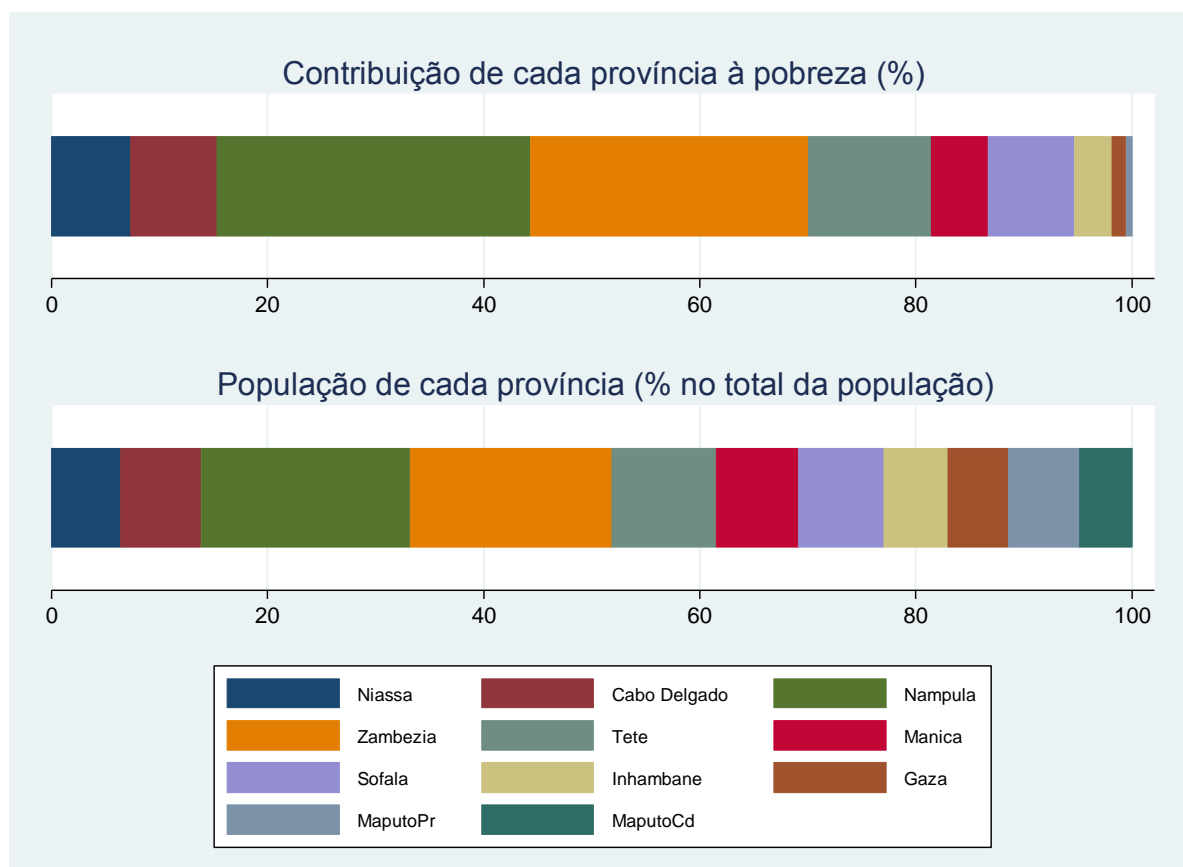
Nota: Melhorias observadas entre o inquérito mais antigo e o inquérito mais recente nos níveis de privação para os indicadores seleccionados.

7.6 Análises adicionais: pobreza multidimensional, 2014/15

A contribuição de cada província para a pobreza multidimensional do país é apresentada na Figura 7-6, junto com a contribuição de cada província à população total do país. Nota-se que as cinco províncias mais pobres do país (Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete) representam pouco mais do 60 por cento da população, mas a contribuição das mesmas para a pobreza multidimensional total é superior ao 80 por cento.

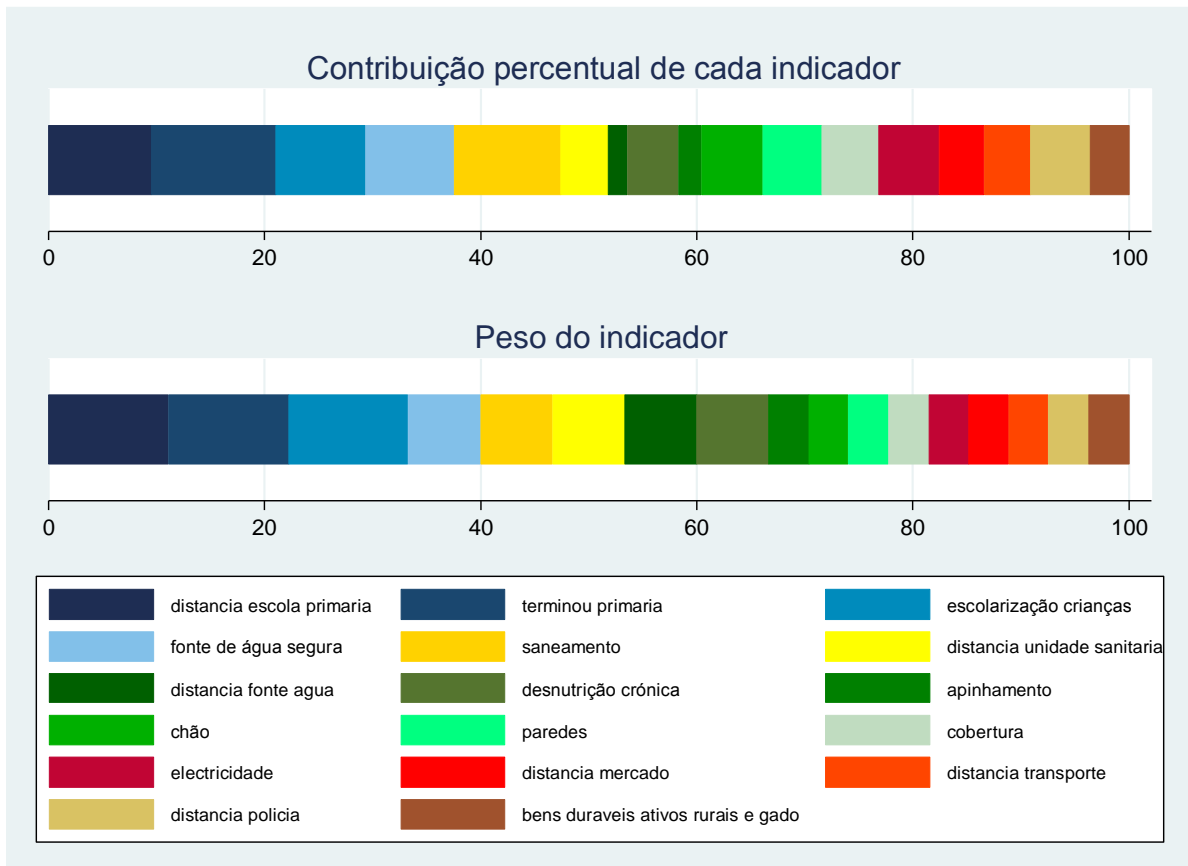
A contribuição percentual de cada indicador à pobreza multidimensional é exposta na Figura 7-7, enquanto a correlação existente entre os vários indicadores de bem-estar é mostrada na Tabela 7-10. Pode-se notar que o indicador de privação referido ao chão está bastante correlacionado com os indicadores de cobertura, paredes e electricidade. Os coeficientes de correlação são superiores a 0,60 nestes casos, o que indica que é muito provável para uma família ser privada (ou ser não privada) nas quatro características ao mesmo tempo.

Figura 7-6: Contribuição de cada província para a pobreza multidimensional do país e contribuição de cada província para a população total do país, 2014/15 (%)



Nota: Contribuição percentual de cada província para a pobreza multidimensional do país e contribuição de cada província para a população total do país relativas aos dados de 2014/15.

Figura 7-7: Contribuição percentual de cada indicador para a pobreza multidimensional, 2014/15 (%)



Nota: Contribuição percentual de cada indicador à pobreza multidimensional do país e ponderadores dos indicadores usados para a análise de 2014/15.

Tabela 7-10: Correlação entre os indicadores de bem-estar (2014/15)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
1	1,00																
2	0,17	1,00															
3	0,13	0,22	1,00														
4	0,25	0,28	0,16	1,00													
5	0,19	0,28	0,16	0,35	1,00												
6	0,08	0,05	0,05	0,09	0,10	1,00											
7	0,18	0,09	0,08	0,15	0,13	0,07	1,00										
8	0,05	0,06	0,10	0,11	0,12	0,03	0,06	1,00									
9	0,08	0,06	0,10	0,08	0,15	0,02	0,07	0,17	1,00								
10	0,21	0,37	0,24	0,42	0,53	0,16	0,14	0,17	0,17	1,00							
11	0,17	0,26	0,18	0,31	0,45	0,14	0,12	0,14	0,12	0,61	1,00						
12	0,20	0,35	0,23	0,39	0,45	0,13	0,13	0,15	0,17	0,70	0,57	1,00					
13	0,23	0,34	0,20	0,42	0,52	0,16	0,14	0,13	0,17	0,65	0,48	0,55	1,00				
14	0,40	0,24	0,12	0,34	0,28	0,10	0,16	0,08	0,13	0,33	0,22	0,31	0,37	1,00			
15	0,34	0,24	0,14	0,34	0,29	0,10	0,15	0,10	0,12	0,39	0,28	0,34	0,36	0,55	1,00		
16	0,30	0,23	0,14	0,34	0,37	0,20	0,15	0,10	0,12	0,41	0,32	0,35	0,44	0,44	0,43	1,00	
17	0,11	0,30	0,12	0,22	0,27	0,08	0,04	0,04	0,07	0,39	0,29	0,38	0,38	0,17	0,20	0,17	1,00

Nota: Coeficiente de correlação entre os indicadores de bem-estar, dados de 2014/15. 1: Acesso à escola primária; 2: Alguém no AF concluiu o EP1; 3: Escolarização das crianças; 4: Fonte de água segura; 5: Saneamento seguro; 6: Acesso à saúde; 7: Acesso a fonte de água; 8: Desnutrição crónica; 9: Pessoas por quarto; 10: Chão; 11: Paredes; 12: Cobertura de material convencional; 13: Acesso à electricidade; 14: Acesso ao mercado; 15: Acesso ao transporte; 16: Acesso à segurança; 17: Posse de bens duráveis, activos rurais e gado. Em amarelo são assinalados os coeficientes de correlação superiores a 0,5, e em laranja os coeficientes de correlação superiores a 0,6.

7.7 Comparação entre os dois IOF mais recentes (IOF08 e IOF14) usando um conjunto alargado de indicadores

Nesta secção do Apêndice voltamos a apresentar os resultados de pobreza multidimensional para 2014/15 já apresentados na secção 4.4, mas comparando-os agora com os resultados de 2008/09 para os mesmos indicadores.⁴⁵

Tabela 7-11: Incidência da pobreza (*H*), intensidade (*A*), e índice de pobreza multidimensional (*M*⁰) utilizando os indicadores da Tabela 4-12. 2008/09-2014/15

	H		A		M ⁰	
	2008/09	2014/15	2008/09	2014/15	2008/09	2014/15
País	0,64	0,53	0,60	0,58	0,39	0,31
Urbano	0,27	0,17	0,56	0,55	0,15	0,09
Rural	0,80	0,70	0,61	0,59	0,49	0,41
Norte	0,74	0,67	0,60	0,60	0,44	0,40
Centro	0,74	0,62	0,62	0,58	0,46	0,36
Sul	0,32	0,18	0,57	0,52	0,19	0,10
Norte urbano	0,47	0,33	0,59	0,56	0,27	0,19
Norte rural	0,83	0,81	0,60	0,60	0,50	0,49
Centro urbano	0,30	0,20	0,55	0,53	0,16	0,11
Centro rural	0,86	0,74	0,63	0,58	0,54	0,43
Sul urbano	0,11	0,03	0,53	0,51	0,06	0,01
Sul rural	0,56	0,37	0,58	0,52	0,33	0,19
Niassa	0,66	0,69	0,57	0,57	0,38	0,39
Cabo Delgado	0,80	0,63	0,58	0,56	0,46	0,35
Nampula	0,73	0,68	0,61	0,62	0,45	0,42
Zambézia	0,83	0,71	0,62	0,59	0,52	0,42
Tete	0,79	0,63	0,62	0,58	0,49	0,36
Manica	0,69	0,46	0,60	0,55	0,42	0,25
Sofala	0,52	0,53	0,63	0,59	0,33	0,32
Inhambane	0,61	0,47	0,58	0,52	0,36	0,24
Gaza	0,46	0,18	0,56	0,53	0,26	0,09
Maputo Pr	0,16	0,07	0,57	0,51	0,09	0,04
Maputo Cd	0,02	0,00	0,48	0,43	0,01	0,00

Nota: Incidência da pobreza (*H*), intensidade (*A*), e índice de pobreza multidimensional (*M*⁰) na avaliação da pobreza multidimensional para 2008/09 e 2014/15. Nível nacional, urbano/rural, regional, regional-urbano/rural e provincial. A Incidência da Pobreza (*H*) é a percentagem de indivíduos identificados como pobres, ou seja indivíduos que enfrentam uma percentagem de privações superior ao limite (*cutoff*) de pobreza estabelecido (neste caso 40 por cento das dimensões de privação). A Intensidade da Pobreza (*A*) indica o nível médio de privação entre a população considerada pobre. A Incidência Ajustada da Pobreza ou Índice de Pobreza Multidimensional (*M*⁰) indica a medida em que a população numa determinada região é pobre, tendo em consideração a incidência da pobreza e a sua intensidade: $M^0 = HA$.

⁴⁵ O único indicador de bem-estar de 2008/09 que não é completamente comparável com o mesmo indicador em 2014/15 é o indicador de “Posse de bens duráveis, activos rurais e gado”, em quanto não temos dados disponíveis para activos rurais e gado para 2008/09. Portanto, para 2008/09 usamos só a posse de bens duráveis como indicador substituto. A definição para este indicador para 2008/09 permanece a mesma da Tabela 4-1, secção 4.2.

Na Tabela 7-11 temos os resultados da incidência da pobreza (H), intensidade (A), e índice de pobreza multidimensional (M^0) obtidos utilizando os indicadores da Tabela 4-12, secção 4.4, para 2008/09 e 2014/15, com cutoff $K = 40$ por cento. É possível notar que a incidência da pobreza e o índice de pobreza multidimensional reduziram no período entre os dois inquéritos, a nível nacional, a nível urbano e rural, e para todas as zonas do país (norte, centro, sul).

A nível provincial, é evidente uma diminuição das taxas de pobreza multidimensional na maioria das províncias, com a excepção de Niassa e Sofala, onde as taxas de pobreza estagnaram ou aumentaram. A redução é particularmente evidente nas províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Manica, Inhambane e Gaza. Contudo, como já salientado na secção 4.2, as diferenças entre zonas urbanas e zonas rurais, e as diferenças entre as zonas centro e norte e a zona sul, permanecem muito grandes. Além disso, constata-se a partir da Tabela 7-11 que a região onde houve menores melhorias é o norte rural.

7.8 Implicações da falta de dados no terceiro trimestre do IOF 2014/15

Por razões tanto monetárias quanto práticas, a recolha de dados foi interrompida durante o terceiro trimestre do IOF 2014/15, correspondente aos meses de Fevereiro, Março e Abril de 2015. O plano original tinha sido entrevistar aproximadamente 11.000 agregados familiares quatro vezes por ano, uma vez por trimestre. O propósito desta secção é considerar as implicações potenciais da falta de dados do terceiro trimestre.

Para conseguir isto, nós calculámos as medidas da pobreza em todos os inquéritos anteriores para os agregados familiares que foram entrevistados durante os meses de Fevereiro, Março e Abril. As amostras para os inquéritos 2002/03 e 2008/09 foram desenhadas e implementadas a fim de serem representativas por trimestre. O inquérito 2008/09 é o mais comparável ao inquérito 2014/15 em que cada trimestre representa os mesmos meses do ano. Deste modo, o terceiro trimestre do inquérito 2008/09 também corresponde aos meses de Fevereiro, Março e Abril.

Em 2002/03, o inquérito foi lançado em Julho. Como resultado, os meses de Fevereiro e Março caem no terceiro trimestre enquanto Abril cai no quarto. Ao abandonar os três meses seleccionados da amostra 2002/03, não há garantia que a amostra restante seja representativa. No entanto, na prática, os agregados familiares abandonados foram razoavelmente distribuídos através do país. Portanto, os impactos de abandonar os meses específicos são principalmente temporais, não havendo efeitos na composição regional das amostras.

Para 1996/97, a amostra escolhida não foi explicitamente representativa por trimestre e os exercícios de recolha de dados estenderam-se por mais de um ano. Como resultado, os agregados familiares foram entrevistados tanto em Fevereiro 1996 quanto em Fevereiro 1997. Além disso, as entrevistas para as principais regiões concentraram-se em particulares épocas do ano (o que é conveniente e eficaz em termos de custos no ponto de vista da recolha de dados). Por exemplo, todas as famílias no domínio espacial urbano Gaza/Inhambane foram entrevistadas nos meses seleccionados. Como resultado, a amostra restante, depois de abandonar os agregados familiares nestes meses, claramente não é representativa.

Mesmo assim, as implicações de abandonar esses meses são relativamente pequenas (uma redução do 1,2 por cento na taxa da pobreza nacional). No entanto, a origem da diferença nas taxas da pobreza reflecte, pelo menos em parte e provavelmente em grande medida, o padrão espacial dos agregados familiares que foram abandonados (e por conseguinte o padrão espacial dos agregados familiares que permanecem) em vez das características dos meses em foco. Em consequência, os resultados do exercício para 1996/97 não são apresentados.

A Tabela 7.12 ilustra as diferenças das estimativas PLEASE (apresentadas na Tabela 3-2 e aqui reproduzidas por conveniência) para os anos 2002/03 e 2008/09 e para as áreas principais de Moçambique, quando os meses de Fevereiro, Março e Abril são abandonados dos cálculos de contagem da pobreza. Nos dois inquéritos, a taxa da pobreza a nível nacional é ligeiramente mais elevada, sugerindo que esses meses possam ser ligeiramente desfavoráveis em termos de consumo. Isto é muito plausível. Frequentemente, os preços dos alimentos, particularmente o preço do milho, está elevado em Fevereiro. Contudo, a partir de Março, o preço do milho geralmente diminui de forma dramática quando produtos da estação (tal como o milho forrageiro) entram no mercado. Geralmente a diminuição do preço continua em Abril.

Tabela 7-12: Taxas de pobreza incluindo e excluindo as entrevistas realizadas em Fevereiro, Março e Abril

Área	Incluindo		Excluindo		Diferença	
	IAF0203	IOF0809	IAF0203	IOF0809	IAF0203	IOF0809
Nacional	52,8	51,7	53,1	52,2	0,3	0,5
Urbano	48,2	46,8	48,4	46,7	0,1	-0,2
Rural	55,0	53,8	55,2	54,7	0,3	0,8
Norte	51,9	45,1	54,1	46,8	2,2	1,6
Centro	49,2	57,0	48,4	56,0	-0,8	-0,9
Sul	59,9	51,2	59,1	52,1	-0,8	0,9
Norte Rural	54,9	44,5	57,1	46,5	2,2	2,0
Norte Urbano	45,6	47,0	46,6	47,6	1,0	0,6
Centro Rural	49,4	57,7	48,5	56,6	-0,9	-1,1
Centro Urbano	48,4	54,3	48,1	53,8	-0,3	-0,5
Sul Rural	69,1	62,4	68,5	66,3	-0,6	3,9
Sul Urbano	50,3	41,3	49,7	41,1	-0,6	-0,3

É de salientar que as diferenças de dimensão tendem a ser pequenas, independentemente da área considerada, e não são completamente consistentes em sinal. A evidência indica que o impacto de não entrevistar os agregados familiares em 2014/15 no terceiro trimestre é provavelmente pequeno, particularmente a nível nacional. A níveis inferiores de desagregação, os impactos são potencialmente um pouco maiores. No entanto, o sinal do impacto não é claro. Em suma, não consideramos imperativa nenhuma correcção.